Serviço Público Federal

PROCESSO Nº 02001.006711/2008-79

NOME: **UHE TELE PIRES**

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE

VOLUME XXV

ANO: **2008**

PROCEDÊNCI

REFERÊNCIA:

ASSUNTO:

MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 02001.006711/2008-79
INTERESSADO: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 414.2
DATA: 07/12/2012
DOCUMENTO PROCEDÊNCIA: 21/10/2008
RESUMO: UHE;LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREEENDIMENTO UHE TELES PIRES; VOLUMES 1 A 25

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

DILIC/IBAMA
Fl. 4709
Ass.:

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 29 dias do mês de janeiro de 2014, procedemos a abertura deste volume nº XXV do processo de nº 02001.006711/2008-79, que se inicia com a página nº 4709. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Martins

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) /IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

DILIC/IBAMA
Fl. 4710
Ass.:

DESP. ABERT. VOL. 000088/2014 COHID/IBAMA

Brasilia, 28 de janeiro de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos a abertura de volume no processo nº 02001.006711/2008-79. Após abertura tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

MARIANA TENEDINI
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

02001.018942/2013-92
09.10.2013

Fls.: 4711
Proc.: 02/11/08
Rubr.:

TELES PIRES

Paranaíta, 27 de Setembro de 2013.

Carta CHTP – 279/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Atendimento a Condicionante 2.2 da Licença de Instalação Nº. 818/2011.

Senhor (a) Coordenador (a):

Em atendimento à Condicionante 2.2 da Licença de Instalação nº 818/2011 de 19 de agosto de 2011 para a implementação das atividades dos Programas Ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, e, em complementação à Carta CHTP 260/2013 que encaminhou o 4º Relatório Semestral de Acompanhamento do PBA da UHE Teles Pires, vimos através desta encaminhar o 4º Relatório Semestral do P.02 - Programa Ambiental da Construção - PAC

Faz parte deste documento:

Anexo I – 4º Relatório Semestral do P.02 - Plano Ambiental da Construção - PAC.

Sendo assim, certos de estarmos cumprindo os requisitos do licenciamento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Ambiental

Ao analista Rafael Reis, para elaboração de Parecer de acompanhamento.

10/10/13

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula n.º 15.121-56
Chefe Substituto
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Fls.: 4112
Proc.: 6711/08
Rubr.:

TELES PIRES

Anexo I

4º Relatório Semestral do P.02 - Plano Ambiental da Construção - PAC.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0359 / 3251-0252– Botafogo - CEP 22281-036 – Rio de Janeiro, RJ
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP 78.[illegible] – Paranaíta – MT
www.[illegible]hetelespires.com.br

00032047/2013
07.11.2013

4713
C711/08

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

*OFÍCIO N. **5208/2013** – PR/MT/4º OFÍCIO CÍVEL*
*Etiqueta n.: **PR-MT-00032047/2013***

Cuiabá, 29 de outubro de 2013.

DIGITALIZADO NO IBAMA

À Ilustríssima Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – BAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama, 70818-900 Brasília – DF
Tel: (61) 3316-1282 e 3316-1745 - Fax: (61) 3316-1952

Ref.: Inquérito Civil Público nº 1.20.000.000717/2012-55

Senhora Diretora

Ao tempo em que a cumprimento, faço uso do presente para, no interesse da instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, solicitar a Vossa Senhoria informações sobre a constatação, no curso do acompanhamento do cumprimento das condicionantes da licença de instalação da UHE Teles Pires, da diminuição da qualidade da água do rio. Solicito, ainda, que informe quais medidas serão adotadas, no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento, para a correção/mitigação dos problemas apontados na representação em anexo.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de consideração e respeito, bem como tabulo o prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento deste ofício, para envio da resposta, devidamente acompanhada dos documentos necessários para os questionamentos sobreditos, nos termos do art. 8º, II, §§ 3º e 5º, da Lei Complementar n. 75/93. Solicito ainda que seja consignado em sua resposta o número deste ofício e de etiqueta, em epígrafe.

Manoel Antonio Gonçalves da Silva
Procurador da República

Para a CGENE

Para as providencias que o caso requer. atentar ao prazo.

11/11/2013

Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/IBAMA

À COHID I,

PARA MINUTAR RESPOSTA.

20/11/13

Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

À analista Mariane Tenedini, para juntar ao processo. Resposta encaminhada pelo ofício 14049/2013 DILIC/IBAMA.

21/11/2013

Mônica Cristina Cardoso de Fonseca
Matrícula 1 423 150
Chefe
CGENE/DILIC

4714
6711/08

Ao Ministério Público Federal de Cuiabá

A/C MD. Procurador da República

PR - MT
28084 /2013

Exmo. Sr. Dr. Manoel Antônio Gonçalves da Silva

Assunto: Degradação da qualidade da água, no rio Teles Pires, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires.

Senhor Procurador:

Cumprimentando-o cordialmente, informo que a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, vêm causando graves ameaças à saúde, à vida e a dignidade humana dos povos indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku, em virtude do comprometimento da qualidade da água do rio Teles Pires, conforme passo a relatar a seguir.

Na terra indígena Kayabi, vivem indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku. Sabe-se que em todas as aldeias "Kayabi", desde a aldeia de São Benedito (no rio São Benedito, afluente do rio Teles Pires), até as aldeias Coelho, Tucumã, Lage, Dinossauro, Kururuzinho, Minhocuçu e Sapé, todas elas distribuídas no leito do rio Teles Pires, não há poço artesiano, água tratada, tampouco rede de tratamento de esgoto. Nas aldeias Apiaka de Artur Santo, Três Maria, Três Maria 2 (antiga aldeia Cordeiro), Bem Fica e Barro Vermelho, os indígenas também não contam com água tratada ou poço artesiano.

Nessas condições, toda a água consumida é retirada "in natura" do rio Teles Pires e não costuma passar por quaisquer processos de filtragem ou tratamento. Além de servir ao consumo humano, a água também é utilizada em todas as atividades produtivas desses povos (caça, pesca, roças, áreas de uso e coleta de recursos), bem como para tomar banho, lavar roupa e louça ou ainda para o lazer da criançada. Para o modo de vida dos indígenas que vivem no Teles Pires, a água e sua qualidade são fundamentais, pois

4715
6711/08

184

parte indissociável da significação cultural e manutenção da própria vida humana, por ser recurso indispensável.

Ocorre que, inúmeros indígenas tem relatado que, desde o início da construção das obras da usina hidrelétrica de Teles Pires, a qualidade da água tem se deteriorado muito: inicialmente relataram que perceberam muito sedimento na água, o que atribuíram a detonação de rochas no rio para implantação das obras. A situação, no entanto vem se agravando a cada dia, em especial, após o curso normal do rio ter sido desviado. Após o desvio do rio, os indígenas relatam que a água se tornou barrenta e suja, o que não é normal em tempos de seca, onde o rio, normalmente, adquire uma coloração esverdeada/azulada e, em locais mais rasos, torna-se límpido e transparente.

Os indígenas relatam que em alguns dias a água estava tão barrenta que seu consumo se tornou impossível e que "nem mesmo para lavar roupa a água está servindo". Tal informação foi corroborada pela servidora da FUNAI de Brasília, Vivian Gladys, no dia 11/09/2013, quando foi apresentado em Alta Floresta o "Estudo de Componente Indígena" da Usina Hidrelétrica de São Manoel. Segundo a servidora, os indígenas perceberam que a água tornou-se muito barrenta e entraram em contato com ela. Imediatamente, a servidora relatou que entrou em contato com uma senhora de nome "Cleide", responsável pelos programas relativos aos indígenas na UHE Teles Pires. A servidora prosseguiu informando que a senhora Cleide "realizou um sobrevoo sobre a usina e constatou que realmente havia uma grande mancha de barro na água, que saía da usina e chegava até a aldeia Kururuzinho", que a mancha era visível e que realmente começava no empreendimento e que isso se deu por conta das obras que deslocaram uma grande quantidade de argila no rio.

De acordo com relatos dos indígenas, a Sra. Cleide prometeu que seriam doados para a comunidade alguns filtros de barro, mas que, passados mais de quarenta dias, eles continuavam a consumir a água imprópria, pois nenhuma providência foi realmente tomada pela UHE Teles

Pires.

Saliente-se que a UHE Teles Pires está a cerca de 50 (cinquenta) quilômetros do limite da Terra Indígena e que sempre foi dito aos indígenas que, devido a essa "enorme" distância, o empreendimento causaria apenas "impactos indiretos" à Terra e ao povo Kayabi, Apiaka e Munduruku, motivo pelos quais as medidas de mitigação são consideradas "pequenas" ou "poucas". 183

Outra reclamação constante dos indígenas é que o peixe do rio tem diminuído drasticamente e que é difícil pescar, principalmente nos dias em que há dinamitação de rochas na área do empreendimento. Segundo os indígenas o barulho das explosões "espanta o peixe".

Destaque-se que os peixes são um alimento muito apreciado pelos Kayabi, Apiaka e Munduruku, além de outras iguarias que dependem da "saúde" do rio, tais como os tracajás e seus ovos. Há, no entanto uma preferência alimentar em relação a algumas espécies da ictiofauna, sendo que algumas são mais apreciadas e outras menos, mas todas elas consumidas. Deve-se destacar, por exemplo, que mulheres Kayabi, quando gestantes ou em resguardo, por exemplo, devem se alimentar, preferencialmente, de um tipo de peixe, considerado dentro da cosmovisão Kayabi, mais adequado a recomposição física e preservação da vitalidade e capacidade reprodutiva feminina, bem como protetivas à saúde de seus filhos recém-nascidos. Assim, os peixes além de ser uma base alimentar importante, constituem também elementos simbólicos que conferem significados a vida cotidiana, ou seja, contribuem, juntamente com uma miríade de outros aspectos, para os rituais cotidianos de um modo de vida único e específico.

Nesse contexto, deve-se relatar ainda, que **os indígenas Apiaka, da aldeia Mairowi, que vivem mais à jusante do empreendimento, também tem reclamado com frequência que a água está com uma coloração "esbranquiçada" e incomum, "como nunca vimos antes", o que também vêm impedindo que a água do rio possa ser consumida**. Suas

preocupações aumentam com a chegada das chuvas, vez que temem que a água se torne ainda mais suja, com muita terra e areia escorrendo para dentro do rio, em virtude da imensa quantidade de vegetação nativa retiradas das margens do rio, para implantação do canteiro de obras, o que deixou uma vasta área à descoberto. Para os indígenas, mais terra, mais sedimento, mais areia, irão escorrer para dentro do rio, agora que a floresta não está mais ali, deixando a água que bebem mais barrenta que o normal, impedindo o seu consumo.

187

A foto abaixo representa o estágio atual do empreendimento. Nela pode-se verificar que o impacto na qualidade da água deve ser realmente muito alto. Deve-se considerar que no lugar do empreendimento, havia, anteriormente, uma área florestada. Inclusive, é possível notar a diferença de coloração da água que está à montante do desvio e da água que sai à jusante, além da quantidade de sedimentos e areia no leito do rio.

4718
GTII/08

(FOTO 1: UHE TELES PIRES)

Diante desse contexto, solicita-se a esse Ministério Público Federal, que tome as medidas cabíveis para a preservação da sadia qualidade de vida dos indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku, pois, em que pese a obra da UHE Teles Pires já estar em adiantada fase de construção, nenhuma providência concreta tem sido tomada para que os indígenas não tenham sua vida, saúde, segurança alimentar e cultura resguardadas dos impactos ambientais e culturais causados pelo empreendimento.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e estima.

4719
6711/08

Alta Floresta, 20 de setembro de 2013.

191

Juliana de Paula Batista

Advogada – OAB/MT 16584

Etiqueta Único: **PR-MT-00029147/2013**
Inquérito Civil Público n. 1.20.000.000177/2012-55
Representante: MPF
Representado: A definir

DESPACHO

O Inquérito Civil Público em questão tem por finalidade investigar irregularidades e ilegalidades ambientais e indígenas decorrentes do empreendimento energético denominado UHE Teles Pires.

Dentre os fatos apurados neste feito, verifica-se a má qualidade da água do rio Teles Pires, especificamente no trecho de rio à jusante do empreendimento e que banha as *Terras Indígenas* habitadas pelos povos *Kayabi, Apiaká e Munduruku* em aldeias instaladas às margens do Teles Pires.

Há nos autos notícia de que à jusante do empreendimento o rio apresenta água barrenta e com muitos sedimentos, possivelmente da construção da barragem UHE Teles Pires. As mesmas informações sobreditas narram o fato de que os povos indígenas acima citados servem-se da água do rio Teles Pires para manutenção das suas aldeias. Contudo, após a constatação da má qualidade da água os indígenas estão experimentando restrições alimentares, tendo em vista o fato de que a água está imprópria para consumo. Noticia-se, ainda, que em virtude da baixa qualidade da água seu uso pelos indígenas, inclusive para fins sanitários, foi descartado.

Consta ainda das informações já mencionadas que as aldeias servidas pelo trecho de rio que fica à jusante da UHE Teles Pires são desprovidas de poços artesianos e não há nessa localidades qualquer equipamento para filtragem da água, que antes era consumida sem necessidade de qualquer tratamento.

Cabe destacar que às fls. 102/104 consta cópia da licença ambiental de instalação do empreendimento hidrelétrico em questão, emitida pelo **IBAMA** em 19/08/2011, com validade de 04 anos. Tal licença tem sua validade condicionada ao cumprimento de obrigações

4121
GAU/08

PR / MT
Fls. 1939

de fazer, dentre elas destacam-se o monitoramento hidrossedimentológico, o limnológico, o de qualidade da água e também o monitoramento da ictiofauna, tudo no interesse de inibir, prevenir e mitigar danos socioambientais.

É o relatório.

Diante disso e das notícias apresentadas neste feito determino o que segue:

1. *expedição de ofício à Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A., com cópia deste despacho e de fls. 186/191, para que se manifeste sobre a representação sobredita e apresente cópia dos relatórios de monitoramento hidrossedimentológico, limnológico, qualidade da água e ictiofauna do rio Teles Pires, referentes ao trecho do rio à jusante do empreendimento;*

2. *expedição de ofício ao IBAMA, com cópia deste despacho e de fls. 186/191, para que informe se foi constatado por aquela autarquia, no curso do acompanhamento do cumprimento das condicionantes da licença de instalação da UHE Teles Pires, a diminuição da qualidade da água do rio, e informe quais medidas pretende adotar para a correção dos problemas apontados nas informações de fls. 186/191;*

3. *expedição de ofício à FUNAI, com cópia deste despacho e de fls. 186/191, para que informe se tem conhecimento sobre dificuldades dos povos indígenas Apiaká, Munduruku e Kayabi afetados pela UHE Teles Pires para conseguir água potável e quais medidas estão sendo tomadas para o atendimento a tais comunidades indígenas.*

4. *Em virtude da urgência do caso, determino que as respostas sejam apresentadas a este subscritor no prazo de 10 dias corridos, contados da data do recebimento dos ofícios, encaminhados por fax, primeiramente;*

Cuiabá, 04 de outubro de 2013.

Manoel Antonio Gonçalves da Silva
Procurador da República

4722
6711/08

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA N. 0067010-42.2013.4.01.0000/MT (ø)

REQUERENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR : ADRIANA MAIA VENTURINI
REQUERIDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL E OUTRO(A)
PROCURADOR : MARCIA BRANDAO ZOLLINGER

D E C I S Ã O

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) interpõe nova medida cautelar inominada "para emprestar efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão proferido em agravos regimentais nos autos 5891-81.2012.4013600" (fl. 03), com pedido liminar, a fim de que seja dada continuidade ao procedimento de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires, até que seja proferida decisão final nos autos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Informa que o objeto da ação civil pública é a condenação do réu na obrigação de não fazer "consistente no impedimento de se prosseguir o licenciamento e as obras do empreendimento citado até que seja realizado o Estudo do Componente Indígena (ECI) e a obrigação de fazer consistente na renovação das fases do licenciamento ambiental a partir de novo aceite do EIA/RIMA" (fl. 04).

Aduz que a ação civil pública em questão (processo n. 005891-81.2012.4.01.3600/MT) foi extinta sem resolução do mérito, em razão da existência de litispendência com o processo n. 003947-44.2012.4.01.3600.

O MPF interpôs recurso de apelação, argumentando sobre a inexistência de litispendência, "tendo em vista que, embora no bojo da outra ação civil pública posteriormente proposta também se busque a suspensão do licenciamento ambiental em referência, as causas de pedir são distintas" (fl. 05).

Relata que a parte apelante, em descompasso com o requerido no recurso de apelação, formulou pedido de antecipação da tutela recursal para que fosse determinada a imediata paralisação do empreendimento, no que foi plenamente atendida pelo relator.

Documento de 6 página(s) assinado digitalmente. Pode ser conferido pelo código [illegible] no endereço www.trf1.jus.br/autenticidade

À analista Mariane Tenderini
para juntar ao processo do
AHE Teles Pires.

11/11/2013

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

Tal decisão antecipatória, além de ter sido atacada por meio de agravos regimentais, teve seus efeitos suspensos em razão de medida liminar proferida pelo eminente Vice-Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, nos autos da Suspensão de Liminar n. 722/MT.

Acrescenta que, por ocasião do julgamento dos agravos regimentais, o relator consignou em seu voto:

> Há de ver-se, assim, que, neste momento processual, a decisão monocrática por mim proferida, com natureza jurídica de antecipação de tutela inibitória de danos ambientais, como assim requerida, pelo douto Ministério Público Federal, nestes autos, perante minha Relatoria e que teve sua eficácia suspensa pela decisão, também monocrática, da douta Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Suspensão de Liminar nº. 722/MT, está sendo substituída, aqui e agora (hic et nunc), por esta decisão colegiada da colenda Quinta Turma deste Tribunal, **com eficácia plena**, na dimensão legal do art. 512 do CPC, posto que aquela minha decisão monocrática **teve apenas sua eficácia suspensa** em nível de suspensão de liminar, mas não fora anulada, evidentemente, **perdendo sua vigência somente pelo fenômeno processual de sua substituição, que ora se pratica, nos termos do já referido art. 512 do CPC, restando sem objeto, a meu sentir, a decisão tomada pela Suprema Corte na aludida Suspensão de Liminar.**

E prossegue, afirmando que, na mesma sessão, agora por ocasião do julgamento da apelação, a Turma entendeu que não se vislumbraria, no caso, qualquer litispendência em relação à Ação Civil Pública n. 003947-44.2012.4.01.3600, pela distinção da causa de pedir, motivo pelo qual deu provimento ao recurso do MPF, anulando a sentença monocrática e determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de que tenha o feito o curso regular.

Acerca do mérito desta medida cautelar, a parte autora afirma a higidez e validade da decisão na suspensão de liminar, proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em razão do que dispõe o art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992 e da Súmula n. 626/STF, ao argumento de que a suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal, fato que ainda não ocorreu, uma vez que os autos tornaram ao primeiro grau para terem seu curso restabelecido.

Afirma, também, a ocorrência de violação aos artigos 296, 273, § 7º, e 515, § 3º, todos do Código de Processo Civil (CPC), visto que, nas razões recursais, não foi formulado pedido de antecipação dos efeitos da tutela, tendo, ao contrário, pugnado pela devolução dos autos ao 1º grau, para que lá fosse feita essa análise, sendo inadequado, pois, o pedido formulado em momento posterior.

Documento de 6 página assinado digitalmente. Pode ser conferido pelo código [illegible]

Para demonstrar a existência do perigo da demora, afirma que o os efeitos do cumprimento provisório do acórdão recorrido "são nefastos" (fl. 15), "podendo causar grave dano social e econômico" (fl. 16), considerando que diversos operários podem ser demitidos, com reflexos diretos em suas famílias, caso o empreendimento continue paralisado.

Decido.

A presente medida cautelar objetiva a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial interposto e ainda pendente de apreciação do juízo de admissibilidade, sendo de competência do Tribunal, consoante a Súmula n. 635 do STF: "Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade".

Para a concessão de medida liminar em ação cautelar, a fim de atribuir efeito suspensivo ao recurso especial ou ao recurso extraordinário, é necessária a verificação da presença concomitante de seus requisitos específicos, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, pressupostos processuais do exercício do poder geral de cautela, que devem estar conectados à possibilidade de êxito do recurso, uma vez que a atribuição de efeito suspensivo aos aludidos recursos constitui medida excepcional, porquanto, em regra, somente são recebidos no efeito devolutivo (CPC, art. 542, § 2º).

Na hipótese, entendo que estão presentes os requisitos para a concessão da medida pleiteada.

Inicialmente, é pertinente a transcrição do pedido formulado no recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal (fl. 159):

> Feitas essa considerações o Ministério Público Federal requer a esse Egrégio Tribunal Regional Federal o recebimento do presente recurso, no seu duplo efeito, bem como o conhecimento destas razões para **reformar a decisão monocrática**, posto que ausente a alegada litispendência, **devolvendo os autos ao Juízo da Segunda Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso para que aprecie o pedido de concessão de antecipação da tutela** pretendida pelo recorrente e para que dê regular prosseguimento ao feito.

No recurso especial interposto, o recorrente (requerente desta medida cautelar) alega violação ao art. 4º, § 9º, da Lei n. 8.437/1992, e aos artigos 296, 273, § 7º, 301, inciso V e § 1º, 512 e 515, § 3º, do CPC.

Efetivamente, a concessão da "antecipação da tutela recursal", no acórdão impugnado, em maior extensão do que foi pedido pela parte apelante, a qual se limitou a requerer a reforma da decisão e a consequente devolução dos autos ao

juízo competente para que ele aprecie o pedido de antecipação da tutela, parece configurar julgamento *ultra petita*.

Noutro prisma, ainda com os olhos voltados para a extensão dos efeitos do acórdão impugnado, no exame que me é permitido neste feito, parece também violar o princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que suprime instância, retirando do juiz de primeiro grau o direito de decidir conforme o seu livre convencimento, concedendo ou denegando a antecipação da tutela pretendida pela parte.

Verifica-se plausibilidade na pretensão recursal, também, quanto à alegada violação ao § 3º do art. 515 do CPC, na medida em que a aplicação desse dispositivo demanda a verificação objetiva de dois requisitos, quais sejam: versar a causa questão exclusivamente de direito e estar em condições de imediato julgamento. Essa não é a hipótese que se apresenta, razão pela qual parece assistir razão à parte autora quando afirma, nas razões recursais, a ocorrência de negativa de vigência do dispositivo infraconstitucional mencionado.

Acresça-se que a aplicação do art. 515 do CPC deve se referir ao mérito da lide (resolução de mérito) e não para antecipar tutela de urgência.

De igual forma, quanto à alegada violação à Súmula n. 626/STF e ao art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992, que assim dispõem, respectivamente:

> **Súmula 626 do STF:** A suspensão da liminar em mandado de segurança, **salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança** ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.
>
> **Lei n. 8.437/1992:** Art. 4º. Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
>
> [...]
>
> **§ 9º A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.**

Assim, há plausibilidade na alegação de ter havido violação ou negativa de vigência dos dispositivos legais e da súmula acima transcritos.

Documento de 9 página(s) assinado digitalmente. Pode ser conferido pelo código [illegible] no endereço www.trf1.jus.br/autenticidade

[illegible] - Nº Único [illegible] - 9 - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA [illegible]

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA N. 0067010-42.2013.4.01.0000/MT (d)

Relativamente ao perigo da demora, alega o requerente que a paralisação do processo de licenciamento causará "grave dano social e econômico", enfatizando, *verbis* (fls. 17-18):

> Por certo, permitir que o acórdão impugnado pelo recurso especial possa produzir eficácia, com a manutenção da paralisação da obra que se encontra em pleno andamento, implicaria em sérios prejuízos econômicos de difícil reparação ao Estado podendo, inclusive, replicar em possível demissão de trabalhadores que nela são empregados.
>
> Em verdade, a paralisação abrupta das atividades da UHE Teles Pires, sem o devido planejamento, causará danos ainda maiores no meio ambiente do que aqueles que se pretende evitar com a continuidade do empreendimento, além de possivelmente acarretar os prejuízos econômicos e sociais acima apontados.
>
> De fato, há prejuízo para o meio ambiente e para as comunidades indígenas, uma vez que estar-se-á obstando ao IBAMA de controlar e exigir do empreendedor a execução dos programas e projetos ambientais mitigadores dos impactos que ocorrerão nessa fase do licenciamento ambiental.

Ante o exposto, **defiro o pedido de liminar, a fim de atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto** pelo ora requerente.

Comunique-se, com urgência.

Junte-se cópia desta decisão ao processo principal.

Por outro lado, o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça é de que as medidas cautelares propostas com o objetivo de atribuir efeito suspensivo a recurso especial têm natureza jurídico-processual de mero incidente, ainda que processadas em autos apartados, não havendo que se falar em autonomia desse expediente, o qual se esgota no deferimento ou indeferimento da liminar.

Assim, depois de cumprida a presente decisão, arquivem-se os autos.

Intimem-se.

Publique-se.

Brasília, 7 de novembro de 2013.

Des. Federal DANIEL PAES RIBEIRO
Vice-Presidente

Documento contendo 6 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 16/10/2004, do Conselho da

4727
6711/08

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA N. 0067010-42.2013.4.01.0000/MT (d)

Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.jus.br/autenticidade, informando o código verificador 8.959.222.0100.2-15

Documento de ilustração assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código 8.959.222.0100.2-15, no endereço www.trf1.jus.br/autenticidade

- Nº Lote: 201 [illegible] - 8_1 - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA N. 0067010-42.2013.4.01.0000/MT (d) - TRIBUNAL

4728
6711/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.014041/2013-21 DILIC/IBAMA

Brasilia, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor
Marcos Azevedo Duarte
Diretor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires
RUA REAL GRANDEZA, 274 - Botafogo
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
CEP.: 22.281-036

Assunto: **AHE Teles Pires**

Senhor Diretor,

1. Em decorrência da decisão exarada em 07/11/2013 pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região frente à Medida Cautelar Inominada N. 0067010-42.2013.4.01.0000/MT (d), informo o prosseguimento do processo de licenciamento do AHE Teles Pires.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

4729
6/11/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.014049/2013-98 DILIC/IBAMA

Brasilia, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor
Manoel Antônio Gonçalves da Silva
Procurador da República Ao Senhor Mpf/Procuradoria da República em Mato Grosso
Rua Estevão de Mendonça, 830, Edifício "Green Tower", bairro Quilombo
CUIABA - MATO GROSSO
CEP.: 78.043-405

Assunto: **ICP no 1.20.000.000717/2012-55**

Senhor Procurador da República,

1. Em resposta ao Ofício nº 5208/2013-PR/MT/4oOFÍCIO CÍVEL, encaminho o Parecer 6042/2013 COHID/IBAMA, que traz a análise técnica do conteúdo do Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água presente no 3º Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas de Monitoramento, Controle, Manejo e Conservação, cuja abrangência se estende ao período de agosto de 2012 a janeiro de 2013.

2. Informo que o 4º Relatório Semestral de Acompanhamento, referente ao período de fevereiro a julho de 2013, foi encaminhado pelo empreendedor ao Ibama em 19/09/2013 e se encontra disponível no endereço eletrônico - http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/RELAT%C3%93RIOS%20SEMESTRAIS/. Contudo, a análise do 4º Relatório foi paralisada, em decorrência de ordem judicial emanada pelo Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1a Região, Souza Prudente.

3. Na inexistência de ordem judicial que impeça a realização de vistorias e a instrução do processo de licenciamento, o Ibama realizará tais atividades com a finalidade de esclarecer os fatos reportados no Ofício supracitado.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI

Diretora da DILIC/IBAMA

02001.021691/2013-97
14.11.13

4730
C711/08

DIGITALIZADO NO IBAMA

Hidrelétrica
TELES PIRES

Paranaíta, 12 de Novembro de 2013.

Carta CHTP – 341/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Atendimento a condicionante específica 1.4 da ACCTMB 262/2013 – 2ª Retificação.

Senhor (a) Coordenador (a):

Em atendimento a condicionante específica 1.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 262/2013 (2ª Retificação de 21/10/2013), e visando a manutenção da referida Autorização, tendo em vista a continuidade das atividades de Resgate de Fauna nas áreas 01 e 02 do futuro reservatório em virtude das atividades de supressão vegetal, vimos através desta:

1. Solicitar a renovação da ACCTMB 262/2013 (vencimento previsto em 31/01/2014) alterando o vencimento para **31/07/2014**.

2. Encaminhar Autorização para soltura da fauna silvestre resgatada do seguinte Proprietário: Orestino Higino da Costa.

3. Encaminhar Declaração de Recebimento de Material Biológico do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, para recebimento de material biológico proveniente das atividades de Resgate de Fauna nas Áreas 01 e 02 e solicitar a inclusão das instituições na referida ACCTMB para destinação do material.

4. Atualizar a lista de profissionais na referida ACCTMB, e, solicitar a inclusão dos profissionais: Débora Cristina de Oliveira Silva e Carlos Eduardo Pinto da Silva, bem como, solicitar a exclusão dos profissionais: Charles Fernando dos Santos e Penino Moraes e Silva, conforme quadro atualizado anexo.

Fazem parte deste documento:

Anexo I – Autorização para soltura da fauna silvestre do Proprietário: Orestino Higino da Costa.

Anexo II – Declaração de Recebimento de Material Biológico do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Anexo III – Tabela contendo dados da equipe técnica atualizada responsável pela execução das atividades.

À analista Mariane Trindade,

para análise.

26/11/2013

Mônica Cristina Cardoso de Barcellos
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
SOHIDRO/GENE/DILIC

4731
6111/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo IV – Declaração de Aptidão e Experiência e Certidão de Regularidade no CTF dos Profissionais: Débora Cristina de Oliveira Silva e Carlos Eduardo Pinto da Silva

Sendo assim, certos de estarmos cumprindo os requisitos necessários à manutenção da referida Autorização, colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

4732
C711108

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo I

Autorização para soltura da fauna silvestre do Proprietário: Orestino Higino da Costa

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaita – MT
www.hidrotelespires.com.br

4733
6/11/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

AUTORIZAÇÃO

O Senhor Orestino Higino da Costa CPF: 152.018.186-15

Proprietário ou ainda seu procurador, da Fazenda Vale Verde

Localizada no município de Paranaíta – MT (**Área**___) autoriza, no interior da propriedade acima mencionada, a soltura de parte dos animais silvestres não havendo a soltura de animais peçonhentos dentro de sua propriedade, a atividade faz parte do P.16 – Programa de Resgate e Salvamento Cientifico da Fauna Silvestre durante as atividades de supressão do reservatório da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Os referidos trabalhos estão sendo executados atualmente pela Biota e Arcadis, contratadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de acordo com a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico **002/2011 e 262/2013**.

Paranaíta, 16 de outubro de 2013.

Orestino Higino da Costa

Orestino Higino da Costa

Cia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Ambiental

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaíta – MT

4734
6711/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo II

Declaração de Recebimento de Material Biológico do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

4735
6711/08

MCT/MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

]Para: Companhia Hidrelétrica Teles Pires/BIOTA
Av. Airton Senna, s/nº
CEP 78590-000 Paranaíta, MT

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL BIOLÓGICO

Venho, através desta, confirmar o interesse em receber e depositar o material biológico (todos os grupos) coletado pelo Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna (P.16), durante as atividades de resgate de fauna na área de implantação do canteiro de obras e reservatório (Área 1, 2 e 3) da UHE Teles Pires. A coordenação de Zoologia do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG receberá o material fixado (anfíbios e répteis) em solução formol a 10% e conservados em solução de álcool 70ºGL; amostras do exemplar ou de partes de tecido, preservadas em álcool 92–96ºGL, serão também aceitas. Espécimes de aves e mamíferos serão recebidos apenas taxidermizados em bórax (pequenos mamíferos e aves) e ou arsênico (médios e grandes mamíferos), conforme técnicas usualmente utilizadas. O preenchimento deve ser feito com algodão hidrofóbico e ou pó de serragem, conforme o táxon.

Informo que o referido material será tombado nas respectivas coleções científicas do MPEG, que se comprometem a disponibilizá-lo para pesquisa científica, uma vez que a mesma é fiel depositária de material biológico de vários outros projetos.

José de Sousa e Silva Jú...
Chefe Substituto do CZO
...O.M. 738/05 DOU 28.11...
MCT/MPEG

4736
6711/08

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTA FLORESTA
DIREÇÃO REGIONAL DO *CAMPUS* DE ALTA FLORESTA

Ofício nº.: 088/2013

Alta Floresta/MT, 12 de novembro de 2013.

Da: Direção Regional do *Campus* de Alta Floresta

Assunto: Declaração de recebimento de material biológico

Prezada Senhora.

Venho, através deste, confirmar o interesse em receber e depositar o material biológico (todos os grupos) coletado pelo Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna (P.16), durante as atividades de resgate de fauna na área de implantação do canteiro de obras e reservatório (Área 1, 2 e 3) da UHE Teles Pires.

A Direção de Unidade Regionalizada da UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus* Alta Floresta receberá o material fixado (anfíbios e répteis) em solução formol a 10% e conservados em solução de álcool 70 GL; amostras do exemplar ou de partes de tecido, preservadas em álcool 92 - 96°GL. Também serão aceitos espécimes de aves e mamíferos apenas taxidermizados em bórax (pequenos mamíferos e aves) e ou arsênico (médios e grandes mamíferos), conforme técnicas usualmente utilizadas. O preenchimento deve ser feito com algodão sintético e ou pó de serragem, conforme o *taxon*.

Informamos que o referido material será tombado nas respectivas coleções científicas do Laboratório de Zoologia da UNEMAT - *Campus* Alta Floresta, que se compromete a disponibilizá-lo para pesquisa científica.

Sendo o que tínhamos para o momento, desde já agradecemos desde já agradecemos as Vossa atenção e colaboração.

Atenciosamente.

RUBENS MARQUES RONDON NETO
Diretor Regional Político-pedagógico e Financeiro
do *Campus* de Alta Floresta

Ilmo Srª.
MAÍRA FONSECA MOREIRA CASTRO
Gerente de Meio Ambiente da CHTP

Rodovia MT 208, km 146, Jd. Tropical, Caixa Postal: 324. CEP: 78.580-000. Alta Floresta/MT.
Fone: (66) 3521-2041. Fone/Fax: 3521-1567. Site: www.unemat.br. E-mail: coordenacao.afl@unemat.br

4737
Fls 108

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo III

Tabela contendo dados da equipe técnica atualizada responsável pela execução das atividades

Profissionais	Formação	Função	CPF	CTF	Link Currículo Lates	Nº Registro Conselho	E-mail
Sandra Favorito	Bióloga	Gerente do projeto	086.122.968-11	521629	http://lattes.cnpq.br/4751796553470364	(CRBio-SP) 10513-01	sandra.favorito@arcadislogos.com.br
Laerte Viola	Médico Veterinário	Coordenador geral	268.880.288-79	3579452	http://lattes.cnpq.br/8212216984967898	(CRMV-SP) 14700	laerte.viola@arcadislogos.com.br
Beatriz Beça	Bióloga	Coordenadora de campo	258.140.928-23	4519812	http://lattes.cnpq.br/9825151947497836	(CRBio) 72098/01-D	beatriz.beca@arcadislogos.com.br
Ana Claudia Prandini	Médica Veterinária	Veterinária	350.766.338-40	4258947	http://lattes.cnpq.br/0645909853283578	(CRMV-SP)25395	ana.prandini@arcadislogos.com.br
Ana Cecília Falcão	Bióloga	Coordenadora geral	046.412.624-03	1857330	http://lattes.cnpq.br/8421929250333889	(CRBio) 67392/05-D	ana.falcao@arcadislogoscom.br
Noraly Liou Guimarães	Bióloga	Bióloga	290.622.598-39	1621469	http://lattes.cnpq.br/5579957924323954	(CRBio) 72939/01-D	noraly.guimaraes@arcadislogos.com.br
José Pedro Marinho de Sousa	Biólogo	Biólogo	881.127.302-10	4876227	http://lattes.cnpq.br/9987068544520395	(CRBio) 73923/06-D	jose.sousa@arcadislogos.com.br
~~Camilla Pagotto~~	~~Bióloga~~	~~Bióloga~~	~~290.851.408-70~~	~~1855950~~	~~http://lattes.cnpq.br/1630246522700161~~	(CRBio) 72180-01-D	~~camilla.pagotto@arcadislogos.com.br~~
Joice Carvalho Lorensi Hartmann	Bióloga	Bióloga	002.763.040-47	5553728	http://lattes.cnpq.br/3366056270917528	(CRBio) 089406/01-D	joice.carvalho@arcadislogos.com.br
Juliana Gaboardi	Médica Veterinária	Veterinária	064.614.326-39	1477231	http://lattes.cnpq.br/4401307523686302	(CRMV-SP) 29987 (CRMV-PA) 2565	juliana.gaboardi@arcadislogos.com.br
Géza de Faria Arbocz	Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo	116.572.028-01	73669		(CREA-SP) 060.190.157-1	[illegible]
Raphael Leduc do Espírito Santo	Engenheiro Florestal	Engenheiro Florestal	037208499-02	248948	http://lattes.cnpq.br/5747272307849951	(CREA-SP) 5063854679	raphael.leduc@arcadislogos.com.br
Rafael Ezequiel Rodrigues Silva	Biólogo	Biólogo	343.978.308-19	4115226	http://lattes.cnpq.br/1555574400671167	(CRBio) 074806/01D	rafael.silva@arcadislogos.com.br
Érica Cristina Padovanni Haller	Bióloga	Coordenação Técnica	281.304.378-80	2268310	http://lattes.cnpq.br/2480097307787433	33480/01-D	erica.haller@arcadislogos.com.br
Fernanda Volpon Neves	Geógrafa	Coordenação residente	325.594.818-55	4334110	http://lattes.cnpq.br/5808840719442598	6062855318 CREA	fernanda.neves@arcadislogos.com.br
Beatriz Helena Santos Leite	Bióloga	Analista Ambiental	301.635.118-88	3582989	http://lattes.cnpq.br/6596467115931393	64091/01-D	beatriz.leite@gmail.com

4738
6711/08

Profissionais	Formação	Função	CPF	CTF	Link Currículo Lates	Nº Registro Conselho	E-mail
Estela de Almeida Brandi	Bióloga	Assistente Ambiental – Trainee	354.582.998-76	5454902	http://lattes.cnpq.br/0899497707007832	086285/01-P	estela.brandi@arçadislogos.com.br
Karina Ferreira dos Santos	Bióloga	Assistente Ambiental – Trainee	365.129.818-39	5439696	http://lattes.cnpq.br/9863335473320626	CRBio (SP) 86101/01-P	katina.santos@arcadislogos.com.br
Adriano Martins da Silva	Biólogo	Biólogo	884.440.152-53	2241853	http://lattes.cnpq.br/7442953788131491	(CRBio-RO) 73405/06-D	adriano.martins@arcadislogos.com.br
Alex Aurani	Biólogo	Coordenador	097.043.258-51	4209023	http://lattes.cnpq.br/0638339208798080	(CRBio - SP) 10992/01-D	alex.aurani@arcadislogos.com.br
Catia Kloh	Bióloga	Bióloga	032.489.571-23	5793587	http://lattes.cnpq.br/6855425793696201	Aguardando plenária	catiakloh@hotmail.com
[redacted]	Biólogo	Biólogo	218.768.378-88	542718	http://lattes.cnpq.br/9300854073664917	(CRBio - SP) 79844/01-D	chasanto@gmail.com
Douglas Uilson Vaz Mourão Vasconcelos	Médico Veterinário	Veterinário	848.950.392-34	5308278	http://lattes.cnpq.br/4594879553303577	(CRMV - RO) 995	douglas100vasconcelos@gmail.com
Guilherme Moro	Biólogo	Biólogo	230.900.748-00	3168716	http://lattes.cnpq.br/4440817028230430	(CRBio-) 77805/05-D	g-moro@uol.com.br
Jorge Luis Trelha Papadopulos Flores	Biólogo	Biólogo	005.057.991-62	5798392	http://lattes.cnpq.br/6309726710555158	(CRBio - MT) 94186/01-P	j.angus@yahoo.com.br
Júnior Antonio Martins de Melo	Biólogo	Biólogo	943.136.521-91	2889558	http://lattes.cnpq.br/4002167309376475	(CRBio - MT) 79801/01-D	junior_ddos06@hotmail.com
Lucilene Silvino	Bióloga	Bióloga	978.088.811-04	5313800	http://lattes.cnpq.br/0637626856578203	(CRBio - MT) 82954/01-D	luasp21@yahoo.com.br
Wanderson Alex Moreira dos Santos	Biólogo	Biólogo	884.639.152-72	5769759	http://lattes.cnpq.br/5164237496916603	(CRBio - RO) 90481/06-P	santos.w.a@hotmail.com
Julia Laterza Barbosa	Bióloga	Bióloga	368.492.548-98	5800162	http://lattes.cnpq.br/7114426488510939	CRBio - SP 094635/01-D	julia.laterza@hotmail.com
Filipe Ian Bindez de Andrade	Biólogo	Biólogo	359.026.418-70	5484211	http://lattes.cnpq.br/6868000754655059	CRBio - SP 89926/01-D	filipe_ian@hotmail.com
Francielly Faria Pereira	Bióloga	Bióloga	908.421.542-72	[illegible]	http://lattes.cnpq.br/5155168028605233	Em plenária	francielly_faria18@hotmail.com
Jussara Fraga Araújo	Bióloga	Bióloga	279.045.728-00	5238920	http://lattes.cnpq.br/9824457059715785	Aguardando	gripen707@hotmail.com

Profissionais	Formação	Função	CPF	CTF	Link Currículo Lates	Nº Registro Conselho	E-mail
						plenária	
Mariama Sampaio Zanotto	Bióloga	Bióloga	395.154.488-08	5871708		Aguardando plenária	mariamazanotto@hotmail.com
Mariana Gontijo Milhomem	Médica Veterinária	Veterinária	992.847.033-00	4897107	http://lattes.cnpq.br/7697031831051359	CRMV - MA 1223	mgmilhomem@hotmail.com
[redacted]	Biólogo	Biólogo	486.866.891-91	5867749	http://lattes.cnpq.br/6299446028349525	CRBio - MT 68559/01-D	penino_moraes@hotmail.com
Rogério José Custódio	Biólogo	Biólogo	906.639.851-53	1910388	http://lattes.cnpq.br/8587339361284980	Aguardando plenária	custodio_84@hotmail.com
Walisson Ramonn Pereira da Silva Santos	Biólogo	Biólogo	011.505.401-41	2518876	http://lattes.cnpq.br/5242820749787074	Aguardando plenária	wallisonramonn@gmail.com
Débora Cristina de Oliveira Silva	Bióloga	Bióloga	061.837.576-75	5899642	http://lattes.cnpq.br/1410472677802063	Aguardando plenária	edueprontо@gmail.com
Carlos Eduardo Pinto da Silva	Biólogo	Biólogo	042.113.294-99	5916358	http://lattes.cnpq.br/1915238553413750	Aguardando plenária	debora-oliveirassp@hotmail.com

☐ Profissionais constantes na ACCTMB 262/2013 - 2ª Retificação.

■ Excluir da ACCTMB 262/2013.

☐ Profissionais a incluir ACCTMB 262/2013.

4741
6711108

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo IV

Declaração de Aptidão e Experiência e Certidão de Regularidade no CTF dos Profissionais: Débora Cristina de Oliveira Silva e Carlos Eduardo Pinto da Silva

4742
6711/08

ARCADIS

DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE APTIDÃO E EXPERIÊNCIA

São Paulo, 16 de outubro de 2013

Eu, Débora Cristina de Oliveira Silva, bióloga, inscrita no RG Nº MG-12.643.234 e no CPF Nº 061.837.576-75, declaro para os devidos fins que companho a equipe da empresa ARCADIS logos S.A. responsável pela execução do Programa Resgate de Flora e Resgate de Epífitas Durante a Supressão das Margens do Rio Paranaíta (Área 1 e Área 2 – Futuro Reservatório da UHE Teles Pires e declaro ainda ter aptidão e experiência para realizar as atividades pertinentes ao programa.

NOME COMPLETO

4743
6/11/08

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da Consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
5899642	12/11/2013	28/10/2013	28/01/2014

Dados Básicos:

CPF: 061.837.576-75

Nome: DÉBORA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

Endereço:

Logradouro: RUA DOM LUCAS OBES

N.º: 404 Complemento:

Bairro: IPIRANGA Município: SAO PAULO

CEP: 04212-020 UF: SP

Atividates desenvolvidas:

Categoria	Atividade
23 - Gerenciamento de Projetos sujeitos a licenciamento ambiental federal	1 - usina hidroelétrica

Atividades de Defesa Ambiental:

Categoria:

Código	Descrição
1	5001 - Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0

Atividade:

Código	Descrição
1	20 - Consultor Técnico Ambiental

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

Chave de autenticação	*w1hc.6lv2.hg4v.wlhu*

4744
6/11/08

ARCADIS

DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE APTIDÃO E EXPERIÊNCIA

São Paulo,15 de julho de 2013.

Eu, Carlos Eduardo Pinto da Silva, biólogo (a), inscrito no RG Nº 6336191 e no CPF Nº. 04211329499, declaro para os devidos fins que componho a equipe da empresa ARCADIS logos S.A., responsável pela execução do Programa Resgate de Fauna e Resgate de Epífitas Durante a Supressão das Margens do Rio Paranaíta (Área 1 e Área 2) – Futuro Reservatório da UHE Teles Pires e declaro ainda ter aptidão e experiência para realizar as atividades pertinentes ao programa.

Carlos Eduardo Pinto da Silva
NOME COMPLETO

Carlos Pinto

4745
6711/08

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da Consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
5916358	11/11/2013	11/11/2013	11/02/2014

Dados Básicos:

CPF: 042.113.294-99

Nome: CARLOS EDUARDO PINTO DA SILVA

Endereço:

Logradouro: RUA MONTE CASEROS

N.º: 126 Complemento:

Bairro: VILA GOMES Município: SAO PAULO

CEP: 05590-130 UF: SP

Atividades desenvolvidas:

Categoria	Atividade
23 - Gerenciamento de Projetos sujeitos a licenciamento ambiental federal	1 - usina hidroelétrica

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos floretais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

Chave de autenticação	*wzsl.zmrf.5wrp.ej86*

02001.021683/2013-87
14.11.2013

4746
6711/08

TELES PIRES

Paranaíta-MT, 12 de novembro de 2013.

Carta CHTP – 344/2013

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Atendimento da Licença de Instalação 818/2011 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento a Condicionante 2.2 da Licença de Instalação nº 818/2011

Senhora Coordenadora:

Tendo em vista a solicitação da cond. 2.2 da Licença de Instalação nº 818/2011 de 19 de agosto de 2011 para implantação das atividades dos Programas Ambientais e Sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos o Relatório de atendimento 5 – Volumes 01 e 02 que correspondem ao relatório semestral dos Programas de preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e do Projeto de Pesquisa Etnoarqueológica (Arqueologia Colaborativa) Etnias Kayabi, Apiaká e Mundurucu.

Permanecemos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

DIGITALIZADO NO IBAMA

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente

À analista Aline Carvalho,
para conhecimento.

20/11/2013

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula 1.423.150
Chefe
COPAD/CGENE/DILIC

4747
6711/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.014070/2013-93 COHID/IBAMA

Brasilia, 12/26 de novembro de 2013.

Ao Senhor
Marcos Azevedo Duarte
Diretor da COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES SA
RUA REAL GRANDEZA, 274 - Botafogo
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
CEP.: 22.281-036

Assunto: **ACCTMB nº 89/2013 - AHE Teles Pires**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento do AHE Teles Pires, encaminho a 3ª retificação da ACCTMB nº 89/2013, relativa ao programa de monitoramento de ictiofauna, cuja solicitação foi avaliada, por meio do Parecer nº 7207/2013.

Atenciosamente,

MONICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Chefe da COHID/IBAMA

4748
CTF 105

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSOS IBAMA	AUTORIZAÇÃO	VALIDADE
Nº 02001.006711/2008-79	Nº 089/2012 (3ª Retificação)	19/08/2015 (Vinculada a L.I nº 818/2011)

ATIVIDADE ☐ **LEVANTAMENTO** ☒ **MONITORAMENTO** ☐ **RESGATE/SALVAMENTO**

TIPO ☒ ICTIOFAUNA

EMPREENDIMENTO: UHE Teles Pires S. A.

EMPREENDEDOR: Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A.

CNPJ: 12.810.896/0001-53 **CTF:** 5471482

ENDEREÇO: Rua Real Grandeza, nº 274. Bairro Botafogo. Rio de Janeiro-RJ. CEP: 22281-036

COORDENADOR DA ATIVIDADE: Márcia Oliveira Barbosa Silva **CPF**: 478.540.816-20 **CTF:** 361640

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: *Bios Consultoria e Serviços Ambientais Ltda.*

CNPJ: 05.344.741/0001-55 **CTF:** 361642

ENDEREÇO: Rua José Claudino, nº 318 A - Centro. Lavras - MG. CEP 37200-000

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: O Programa de Monitoramento da Ictiofauna em UHE Teles Pires, na área de abrangência do empreendimento sob concessão da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A e estações de coleta , envolve as atividades de captura, coleta e subsequente transporte da ictiofauna para realização regular do monitoramento. São inclusas nesse monitoramento a coleta adensada de ovos e larvas e estudos de biotelemetria

LOCALIZAÇÃO: São 10 estações de coleta distribuídas ao longo da Bacia do Teles Pires. Nesses locais são compreendidos ainda os rios Paranaíta, Apiacás e São Benedito.

PETRECHOS: Serão utilizadas redes de espera de diferentes malhas entre nós opostos (20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 120 mm) na superfície e fundo do corpo hídrico, redes de arrasto (malha 5,0 mm entre nós opostos), puçás com malha 0,2 mm, espinhéis, anzóis e tarrafa com malhagens de 10,15 e 20 mm e linha. Para a biometria serão utilizadas trenas. Para a coleta regular e adensada de ovos e larvas serão utilizadas redes de ictioplâncton do tipo cônico-cilíndrica com malha 0,500 mm, para amostragens de fundo serão realizadas essas mesmas redes de ictioplâncton do tipo cônico-cilíndrica com malha 0,500 mm acoplada a draga tipo trenó além de fluxômetro para quantificação de água filtrada. Para coleta e identificação de ovos e larvas de peixes serão usadas redes de plâncton cônico-cilíndricas de malha 0,500 mm com medidor de fluxo, placa de acrílico Bogorov e microscópio estereoscópico (aumento de 10x) para essa análise. Para coleta das variáveis limnológicas será usada uma Sonda submersível multi-parimétrica *Horiba*.

DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Programa de Coleções e Acervos Científicos. INPA/PCAC. Manaus-AM.

LOCAL E DATA DE EMISSÃO:	AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):
21 NOV 2013	Gisela Damm Forattini Diretora de Licenciamento Ambiental DILIC/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA	AUTORIZAÇÃO	VALIDADE
Nº 02001.006711/2008-79	Nº 089/2012 (3ª Retificação)	19/08/2015 (Vinculada a LI nº 818/2011)

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE

1.CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2.CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3.COLETA/TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 03/2003, INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 5/2004 E ANEXOS CITES;
4.COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5.EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6.ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.

Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

EQUIPE TÉCNICA:

NOMES:	CTF:
Márcia Oliveira Barbosa Silva (Bióloga/ Coord. Téc.)	361640
Renê Eiji Souza Hojo (Biólogo/Coord. Exec.)	763478
André Alberto Weber (Biólogo)	2312689
Diego Mendes Ferreira Nunes (Biólogo)	5244159
Felipe Talin Normando (Biólogo)	284603
Nathália Silva de Carvalho (Bióloga)	5130328
Leandro Alves Moreira (Biólogo)	4726171
Maurício José Corrêa (Biólogo)	4851773
Raoni Rosa Nunes (Biólogo)	2431512
Rodolfo Hebert R. Marques (Biólogo)	5285122
Rodrigo Costa Santos (Biólogo)	2470471
Silvestre da Silva Souza (Biólogo)	2921099
Walquíria Campos Rodrigues (Bióloga)	5837053

CONDICIONANTES

1 **Condicionantes Gerais:**

1.1.Válida somente sem emendas e/ou rasuras;

1.2.O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra;

a)violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

b)omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;

c)superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.3.A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a)" e "1.2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;

4749
6/11/08

1.4.O pedido de renovação, caso necessário deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização.

1.5.A renovação somente poderá ser concedida após o cumprimento do especificado no Item 2.1 abaixo.

2.Condicionantes Específicas:

2.1. As documentações exigíveis dos integrantes responsáveis pela condução dos referidos programas, quando aplicáveis, devem estar válidas durante todo o período de monitoramento.

2.2. As informações referentes a destinação do material coletado deverão ser encaminhadas junto ao Relatório de Acompanhamento.

2.3.O coordenador(a) do projeto e demais técnicos deverão rubricar todas as páginas dos relatórios.

2.4 No prazo de 20 dias a contar da data de recebimento dessa ACCTMB enviar ao Ibama os documentos relacionados abaixo:

a) Declaração original ou autenticada de aptidão e experiência do profissional biólogo Raoni Rosa Nunes;

b) Carta de Aceite de ovos e larvas, original ou autenticada, proveniente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Programa de Coleções e Acervos Científicos. INPA/PCAC. Manaus-AM;

c) Atualização dos dados cadastrais no currículo *Lattes* dos profissionais biólogos Rodrigo Costa Santos e Silvestre da Silva Souza conforme dispõe o parecer dessa 3ª retificação da ACCTMB nº 89.

d) Cópia do contrato com a *Bios Consultoria e Serviços Ambientais Ltda* referente ás atividades do programa de monitoramento da ictiofauna.

4750
6111/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica

MEM. 020685/2013 COHID/IBAMA

Brasilia, 27 de novembro de 2013

Ao Senhor Responsável do SETORIAL DILIC

Assunto: **Arquivamento de documentos - UHE Teles Pires**

Solicito o arquivamento dos seguintes documentos, referentes à UHE Teles Pires - Processo 02001.006711/2008-79:

1. Anexos da Carta CHTP 061/2013

- Parte 2 - P36 - Pasta 1

- Parte 2 - P36 - Pasta 1

- Parte 2 - P36 - Pasta 2

- Parte 2 - P39 - Pasta 1

- Parte 2 - P39 - Pasta 2

- Parte 2 - P41 - Pasta 1

- Parte 2 - P41 - Pasta 2

- Parte 2 - P42 e P43

- Parte 2 - P37, P38 e P40

- Parte 2 - P25 e P26

- Parte 2 - P14

- Parte 5 - P29 e P30

2. Anexo da Carta CHTP 351/2012

3. Anexo da Carta CHTP 071/2013

4. Anexo da Carta CHTP 079/2013

4751
6711/08

5. Anexo da Carta CHTP 053/2013

6. Anexo da Carta CHTP 137/2013

7. Anexo da Carta CHTP 139/2013

8. Anexo da Carta CHTP 188/2012

9. Anexo da Carta CHTP 218/2012

10. Anexo da Carta CHTP 306/2012

11. Autorização de Coleta Limnologia e Ictiofauna - maio/2013

12. Plano de Trabalho Resgate de Ictio - maio/2013

13. Anexo da Carta CHTP 299

14. 2ª Relatório Semestral - Parte 4 -Ictio

15. 4ª Relatório Semestral - Parte 4 -Ictio

Atenciosamente,

MONICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora da COHID/IBAMA

Recebido em 04/12/13,

02001.022799/2013-33
02.12.13

4752
Fls.

TELES PIRES

Paranaíta-MT, 25 de Novembro de 2013.

Carta CHTP – 350/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenador de Energia Hidrelétrica
A/C Frederico Queiroga do Amaral
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Entrega relatório Prognóstico da Qualidade da Água da UHE Teles Pires Modelagem Complementar

Senhor Coordenador:

Vimos através deste, entregar o relatório do Prognóstico da Qualidade da Água da UHE Teles Pires "Modelagem Complementar". Sendo este documento como parte integrante do Programa P03 – Programa de desmatamento e limpeza do reservatório e das áreas associadas à implantação do projeto.

Certos de estarmos cumprindo com os objetivos propostos, colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Administrativo/Financeiro

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaita – MT
www.uhetelespires.com.br

Ao analista Rafael Reis,
para avaliação.

04/12/2013

Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

4153
6711108

TELES PIRES

02001.022760/2013-16
02.12.13

Paranaíta, 26 de novembro de 2013.

Carta CHTP nº 352/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental – Coordenação de Infraestrutura e Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

A/C
Sr. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ

Assunto: Resposta ao Ofício 02001.012267S/2013-40 CGENE/IBAMA

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos da presente para responder os questionamentos formulados no ofício 02001.0122675/2013-40 CGENE/IBAMA, em especial aos Ofícios nº 433/2013 do Ministério Público Estadual e 171/2013 da Prefeitura Municipal de Paranaíta, onde o IBAMA solicita a CHTP para manifestar-se.

Inicialmente o Ministério Público Estadual no ofício nº 433/2013 acusa a Companhia Hidrelétrica Teles Pires de descumprir suas obrigações omitindo-se a realizar os programas voltados a compensação dos impactos ao meio socioeconômico.

Registre-se que a CHTP vem fielmente executando os programas ambientais e que os relatórios são periodicamente enviados para crivo do IBAMA, que realiza a analise técnica ao seu conteúdo.

O parecer do IBAMA em relação do 3º Relatório Semestral não há qualquer menção de descumprimento de nenhum dos programas do meio socioeconômico, sendo solicitados em seu conteúdo apenas ajustes em algumas atividades e apresentação de evidencias.

Com relação aos demais assuntos abordados no oficio nº 433/2013 e seus anexos, registramos:

Equivoco por parte do MP sobre o orçamento da conta 10

Os R$ 321 milhões mencionados pelo MP/MT são para execução dos 45 Programas Ambientais da UHE Teles Pires, os quais são subdivididos para o meio físico, biótico, socioeconômico e componente indígena, conforme relação abaixo:

À TRP Mariana Bradwin
para instruir análise da
equipe para responder aos
questionamentos do MPE.

04/12/2013

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Gestão	**P.01 - Plano de Gestão Ambiental**
Programas Vinculados Diretamente às Obras	P.02 - Plano Ambiental para Construção – PAC
	P.03 - Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto
	P.04 - Programa de Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras
	P.05 - Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra
Programas de Monitoramento, Controle, Manejo e Conservação	P.06 - Programa de Monitoramento da Sismicidade
	P.07 - Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais Sujeitas a Processos Erosivos
	P.08 - Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias
	P.09 - Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
	P.10 - Programa de Monitoramento Climatológico
	P.11 - Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico
	P.12 - Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água
	P.13 - Programa de Investigação de Contaminação de Solo por Mercúrio nas áreas dos futuros segmentos laterais do reservatório
	P.14 - Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas
	P.15 - Programa de Monitoramento da Flora
	P.16 - Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna
	P.17 - Programa de Monitoramento de Entomofauna Bioindicadora
	P.18 - Programa de Monitoramento da Malacofauna de Interesse Médico
	P.19 - Programa de Monitoramento de Herpetofauna
	P.20 - Programa de Monitoramento da Avifauna

Programas de Monitoramento, Controle, Manejo e Conservação	P.21 - Programa de Monitoramento de Quirópteros
	P.22 - Programa de Monitoramento de Primatas
	P.23 - Programa de Monitoramento de Mamíferos Terrestres
	P.24 - Programa de Monitoramento de Mamíferos Semi-Aquáticos
	P.25 - Programa de Monitoramento da Ictiofauna
	P.26 - Programa de Investigação Genética de Ictiofauna
	P.27 - Programa de Repovoamento de Ictiofauna Nativa a Jusante
	P.28 - Programa de Transposição de Ictiofauna
	P.29 - Programa de Controle e Prevenção de Doenças
	P.30 Plano de Ação e Controle da Malária
	P.31 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Histórico e Arqueológico
	P.32 - Programa de Investigação, Monitoramento e Salvamento do Patrimônio Fossilífero
	P.33 - Programa de Implantação da Área de Preservação Permanente do reservatório – APP
Programas Compensatórios	P.34 - Programa de Recomposição Florestal
	P.35 - Programa de Compensação Ambiental – Unidade de Conservação
	P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais
	P.37 - Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais
	P.38 - Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo
	P.39 - Plano de Desenvolvimento dos Territórios da Área de Influência
	P.40 - Programa de Compensação pela Perda de Terras e

	Deslocamento Compulsório de População
	P.41 - Programa de Interação e Comunicação Social
Programas de Apoio ao Plano de Gestão Ambiental	P.42 - Programa de Educação Ambiental
	P.43 - Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira
Programas Especiais	P.44 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA
	P.45 - Plano Básico Ambiental do Componente Indígena

Dessa forma, em diversas oportunidades tanto a Companhia Hidrelétrica Teles Pires e o IBAMA tentou esclarecer ao MP/MT que tal orçamento não é destinado exclusivamente a investimentos em obras de compensação nos municípios de Paranaíta e Alta Floresta, mas não se obteve sucesso.

Tentativa de registrar que as indicações do termo de compromisso e acordo judicial foram emergenciais e não ações do Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais - P.36

No que é disposto nos termos de compromisso assinados com os municípios de Paranaíta e Alta Floresta com interveniência/anuência Ministério Público Estadual, em especial no que se relaciona ao Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais, no item "f", obrigações do município, e no item "c", obrigações da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, fica evidente que os acordos firmados naquela oportunidade, bem como, seus respectivos valores eram para mitigar a pressão aos serviços públicos em decorrência do afluxo populacional previsto no Programa e não a investimentos de caráter emergencial.

Ademais, verifique-se nos termos de recebimento emitidos pelos gestores as obras e equipamentos em sua totalidade fazem referencia de atendimento a compensação e mitigação no âmbito do referido programa.

Não reconhecimento da pavimentação da MT-206 (Trecho Alta Floresta/Paranaíta) como principal atendimento do empreendedor aos anseios dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires considera como seu o maior legado para o desenvolvimento regional, em especial para os municípios de Paranaíta e Alta Floresta a obras de pavimentação da MT-206, trecho Alta Floresta/Paranaíta.

Essa obra é uma liberalidade dos sócios, sendo uma parceria entre os municípios de Alta Floresta e Paranaíta na isenção de ISSQN, do Governo do Estado do Mato Grosso no DIFAL (ICMS), porém a CHTP aportará cerca de R$ 70.000.000,00 com recursos próprios.

Atuação da consultoria independente – Indicações de demandas por grau de prioridade sem embasamento técnico de causa/efeito

د

د

د

د

Em todas as reuniões do Grupo de Trabalho a CHTP sempre se manifestou contraria a metodologia de trabalho da consultoria independente dos municípios, bem como, a forma de condução do Grupo de Trabalho.

Tal metodologia e baseada em informações empíricas e anseios da comunidade e não tem relação de causa/efeito ao afluxo de trabalhadores do empreendimento, consequentemente aos serviços públicos.

Fica comprovada tal fundamentação com base a indicação prioritária de Paranaíta na construção de um novo hospital. Verifique-se que tal indicação coincidentemente consta no plano de governo do atual Gestor municipal.

Tamanha é a discrepância e a falta de razoabilidade, que as proposituras de Alta Floresta incluem "mini estádio", reforma e ampliação de outro estádio com construção de vestiários e dependências entre outras proposituras que fogem completamente do razoável até para um leigo.

Frise-se que os municípios, vislumbrando uma oportunidade de realizar todas as obras e suprir todas as carências que sempre tiveram (demanda reprimida), passaram a fazer solicitações completamente desarrazoada e sem qualquer relação com as medidas de mitigação dos impactos causados pela UHE Teles Pires, com o auxílio sempre parcial da sua consultoria de confiança, que atendia a seus anseios e desejos.

A completa falta de razoabilidade das proposituras dos municípios é facilmente vislumbrada pelo valor estimado, que ultrapassam os R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

No relatório detalhado elaborado pelo IPED, apontou que as proposituras não tinham qualquer fundamento, individualizando a explicação para cada um dos itens, conforme se verifica no anexo 1.

Não reconhecimento da CHTP a legitimidade das decisões do grupo de trabalho / Participação no grupo de trabalho e discordância da forma de deliberação.

Inicialmente, cumpre demonstrar que a CHTP vem atuando dentro do que lhe cabe no Grupo de Trabalho instituído por força dos Termos de Compromisso firmados com os Municípios de forma a atender todas as demandas decorrentes da construção da UHE Teles Pires.

Com efeito, conforme se verificam das atas de reunião assinadas inclusive por todos os representantes dos municípios (anexo 2), a CHTP compareceu às reuniões que foi convocada e sempre envidou todos os esforços para que o trabalho do Grupo de Trabalho fossem frutíferos e atendesse o que se destinava: mitigar os impactos da construção da UHE Teles Pires.

Portanto, observados os anexos resta claro que a CHTP vem participando de todas as reuniões em que foi convidada a participar e que lhe cabia deliberar e interagir para que as medidas necessárias fossem devidamente tomadas para mitigar os impactos da construção da UHE Teles Pires.

Demonstrado isso, vale pontuar que os municípios de Paranaíta, Alta Floresta e Ministério Público passaram a utilizar o Grupo de Trabalho como meio de tentar validar e impor obrigações que não seriam da CHTP, desvirtuando o objetivo do Grupo de Trabalho.

Com efeito, o Grupo de Trabalho foi devidamente constituído e, com a participação da CHTP, ele começou a dar resultado, inclusive, atingindo na data de 10/01/2012, um acordo para que as medidas de mitigação do impacto socioeconômico fosse atingida com maior efetividade.

Contudo, a partir de 19/10/2012, a boa sistemática dos trabalhos começou a ser desvirtuada e os municípios e Ministério Público passaram a utilizar o Grupo de Trabalho como um meio para legitimar imposição de novas obrigações à CHTP que claramente não se inseriam na devida mitigação dos impactos socioeconômicos.

Explica-se: o Grupo de Trabalho jamais teve a função de estabelecer ou impor obrigações, mas simplesmente acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações já estabelecidas no licenciamento ambiental da UHE Teles Pires.

Nesse sentido, confira-se o que previam os Termos de Compromisso que criaram o Grupo de Trabalho:

> "CLAÚSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
> (...)
> Obrigações da COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES:
> (d) Participar de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental - MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA na área de influência da UHE Teles Pires, **o qual terá o objetivo de deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para a aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais - P.36 do PBA do projeto**. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por um representante da CHTP e um representante do Município de Alta Floresta." (Doc. 05 dos esclarecimentos prévios - grifos nossos)

> "CLAÚSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
> (...)
> Obrigações da COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES:
> (a) Participar de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental - MUNICÍPIO DE PARANAÍTA na área de influência da UHE Teles Pires, **o qual terá o objetivo de deliberar sobre o escopo das atividades e relatórios de monitoramento a serem elaborados para a aferição dos prognósticos oferecidos pelo Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais - P.36 do PBA do projeto**. O Grupo de Trabalho deverá ser composto por um representante da CHTP e um representante do Município de Paranaíta."

Conforme claramente consta da cláusula em análise, o Grupo de Trabalho tinha a única função de acompanhar o monitoramento das atividades e medidas mitigatórias deliberando apenas sobre o escopo das atividades e relatório de monitoramento.

Não há qualquer previsão no sentido de que o Grupo de Trabalho deliberaria sobre quais seriam as obrigações da CHTP dentro do P.36, nem mesmo havia poderes para que o Grupo impusesse obrigações adicionais a qualquer que seja dos membros.

E isso por um simples motivo: quem legitima e legalmente determina as obrigações de mitigação desses impactos é o órgão licenciante, no caso o IBAMA, ou seja, tal previsão sequer poderia legalmente estar inserida nos Termos de Compromisso.
E, como consequência lógica da finalidade do Grupo de Trabalho, não há o que se falar em deliberação "por maioria". Isso porque, como visto, o Grupo de Trabalho foi composto para acompanhar o monitoramento das medidas mitigatórias de obrigação da CHTP e não para impô-las à CHTP.

A completa usurpação do Grupo de Trabalho fica mais clara pelo fato de que qualquer deliberação na imposição de novas obrigações à CHTP esbarraria inevitavelmente num claro conflito de interesse.

Com efeito, as novas obrigações que se busca impor à CHTP são em benefício dos municípios e seriam financeiramente suportadas em sua integralidade à CHTP, ou seja, obviamente os municípios e Ministério Público sempre "deliberarão" no sentido de impor o máximo de obrigações à CHTP que puderem, pois eles só terão ganhos e sem nenhum custo, repassando toda a responsabilidade financeira municipal à CHTP.

Frise-se que a CHTP ressaltou em várias oportunidades, tanto nas reuniões realizadas como em diversas correspondências que a sistemática de trabalho do Grupo de Trabalho adotada desvirtuava o seu objetivo e agia de forma arbitrária.

Dessa forma, fica mais que clara que a CHTP cumpriu todas as suas obrigações na qualidade de membro do Grupo de Trabalho, bem como que os municípios e Ministério Público passaram a partir de 19/10/2012 a desvirtuar o objetivo desse grupo para tentar utilizá-lo como ferramenta de legitimação para impor obrigações que não seriam cabíveis à CHTP.

Reiteração da afirmativa quanto à inexistência de novas pressões aos serviços públicos municipais, baseados ao monitoramento socioeconômico

No tocante do Subprograma de Monitoramento Socioeconômico reitera-se que a CHTP vem executando-o fielmente com fonte de dados oficiais fornecidos pelos próprios municípios, via protocolo de oficio com respectiva resposta em forma de dados brutos.

O monitoramento aponta que não há pressão adicional aos serviços públicos e que os investimentos realizados nos municípios mitigaram/compensaram com folga o reforço à infraestrutura e equipamentos sociais em decorrência do afluxo de trabalhadores.

Capacidade técnica da equipe executora dos programas do meio socioeconômico

A CHTP para acompanhamento e gestão dos Programas do Meio Socioeconômico possui em seu quadro:

- ✓ 01 Gerente de Socioeconomia (Bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Gestão de Pessoas);
- ✓ 01 Coordenadora de Socioeconomia (Socióloga e Técnica em Economia Domestica);

- ✓ 01 Coordenador de Programas de Saúde (Enfermeiro e Especialista em Enfermagem do Trabalho);
- ✓ 01 Coordenador de Obras (Engenheiro Civil e Especialista em Ciências Politicas);
- ✓ 01 Coordenadora de Programas Indígenas (Bióloga e Especialista em Gestão Ambiental);
- ✓ 02 Analistas Socioambientais (Assistente Social e Enfermeira);
- ✓ 02 Auxiliares Administrativos (Bacharel em Ciências Contábeis e Ensino Médio).

Registre-se ainda que além da experiência profissional de membros da equipe em grandes empreendimentos do setor elétrico, dentre o rol das empresas contratadas para execução das atividades do meio socioeconômico estão:

- ✓ SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- ✓ Ecosistema Engenharia;
- ✓ IPED – Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão;
- ✓ Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental;
- ✓ Mapsmut Tecnologia, Natureza e Sociedade.

Todas as empresas contratadas pela CHTP possuem experiências em grandes empreendimentos do setor elétrico e capacidade técnica para execução das atividades, possuindo nos seus respectivos quadros profissional com experiência.

Setores indicados pelo PBA x indicações dos municípios nos termos do compromisso

Saneamento Básico: Apesar de constar no Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais como setor de necessária intervenção, no termo de compromisso, reuniões do Grupo de Trabalho e acordo, este setor não foi indicado como prioritário pelos municípios de Paranaíta e Alta Floresta.

Abastecimento de água: Apesar de constar no Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais como setor de necessária intervenção, no termo de compromisso, reuniões do Grupo de Trabalho e acordo, este setor não foi indicado como prioritário pelos municípios de Paranaíta e Alta Floresta.

Resíduos Sólidos: Apesar de constar no Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais como setor de necessária intervenção, no termo de compromisso, reuniões do Grupo de Trabalho e acordo, este setor não foi indicado como prioritário pelo município de Alta Floresta. O município de Paranaíta por sua vez indicou a realização de um Estudo para Viabilidade Técnica e Ambiental do Aterro Sanitário, o qual não foi executado pela CHTP por falta de indicação da área de propriedade do município para elaboração do estudo em questão (anexo 3).

A comprovação da não indicação podem ser verificadas nos anexos 4.

No que tange as manifestações da Prefeitura de Paranaíta através do ofício nº 171/2013, registramos:

Especulação imobiliária e, consequentemente, aumento da demanda habitacional

Ate o ano de 2009, quando se iniciaram os trabalhos de instalação da Companhia Hidrelétrica Teles Pires no município, não havia demanda habitacional. Nesse período, a Secretaria Municipal Ação Social precisou realizar varias incursões pelos bairros da cidade, buscas ativas e outras estratégias para poder preencher as 99 oportunidades habitacionais oferecidas naquele momento.

Hoje com intensa população migrante, que chegou ao município para trabalhar direta ou indiretamente nas obras de instalação da UHE Teles Pires, não só ocuparam quase a totalidade dos imóveis disponíveis, como também causaram grande inflacionamento desse mercado. Devido à urgência de se estabelecerem no município, essas empresas bem como seus colaboradores, passaram a oferecer para a população valores que excediam em 1.000% os valores locais. Com isso, os proprietários de imóveis iniciaram um processo de despejo compulsório, substituindo os ocupantes locais que não tinham como pagar tão altos alugueis, pelo inquilinato migrante, gerando assim uma demanda imobiliária no município que atualmente, considerando às solicitações realizadas pela população à Secretaria Municipal de Assistência Social é de 374 casas. Com a chegada da UHE São Manoel, as demandas habitacionais nesse município em função desses empreendimentos, só poderão ser mitigadas com a construção de no mínimo 600 casas, a serem ofertadas á população residente e também migrante (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

A CHTP vem registrar que os trabalhos do início da construção da UHE – Teles Pires se iniciaram em meados de agosto de 2011, após liberação da Licença de Instalação.

Frente à descrição do município de Paranaíta, referente à especulação imobiliária, demanda imobiliária e a solicitação realizada pela população à Secretaria Municipal de Assistência Social de 374 casas, com base aos relatórios do Subprograma de monitoramento Socioeconômico no âmbito do Programa de Reforço a Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, podemos afirmar:

No município de Paranaíta, foram identificados pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010 um total de 2.166 imóveis urbanos.

Como os trabalhadores vinculados às obras da UHE Teles Pires encontram-se localizados fora do perímetro urbano, no canteiro de obras da Usina, a 80 km da Sede Municipal, identifica-se que não há pressão por parte dos mesmos sobre a infraestrutura habitacional de Paranaíta, sendo que dos trabalhadores migrantes de outros estados, apenas uma minoria fixaram residência e trouxeram a família para a Sede Urbana de Paranaíta.

Com população atualizada pelo IBGE em 2012 para 10.749 pessoas sendo aproximadamente 5.652 na área urbana, pode-se verificar que se todos os imóveis urbanos fossem utilizados haveria em média apenas 2,61 moradores por unidade.

Em relação à necessidade apontada com a construção de 374 novas casas, proferimos o parecer sobre a inviabilidade e a não necessidade de construção, levando em consideração o índice de licença de construção (alvará de construção).

Este índice tem por objetivo medir a dinâmica do setor terciário da economia, mais especificamente do setor da construção civil, que aquece o comércio de materiais de construção gerando emprego principalmente para pessoas com menor nível de instrução, como por exemplo, as profissões de servente, ajudante em geral, pedreiro, carpinteiro, mestre de obras, entre outras similares.

Tomando como ponto de partida os 20 registros de licenças de construção arquivados no Departamento de Engenharia da Prefeitura e comparando-os com os 2.166 imóveis apontados pelo

Censo Demográfico do IBGE realizado no ano de 2010, chega-se ao percentual de 0,92% para o índice de crescimento da construção civil.

Para o ano de 2011, tomando-se por hipótese que todas as 20 obras iniciadas no ano anterior foram concluídas, incorporamos as mesmas ao Cadastro Imobiliário do Município, elevando-o estoque de imóveis para 2.186.

Relacionando os 78 Alvarás de Construção emitidos no ano de 2011 com os 2.186 imóveis existentes no município, encontra-se um índice de 3,56% de crescimento. Comparado o índice 3,56% de 2011, com o índice de 0,92% de 2010, percebemos um crescimento da ordem de 286,96% do índice entre os dois anos, e fisicamente, da ordem de 4,52%.

O monitoramento de 2012, junto ao Departamento de Engenharia da Prefeitura, identificou até o mês de dezembro 33 Licenças de Construção emitidas e seguindo a mesma metodologia, incorporaram-se as 78 Licenças emitidas em 2011 no acervo imobiliário da Prefeitura, elevando-as para 2.264 imóveis, que confrontados com as licenças emitidas no ano, chega-se ao índice de 1,46%.

No primeiro semestre de 2013, consultando o Departamento de Cadastro, identificou-se apenas 4 Licenças de Construção, que relacionadas com os 2.264 imóveis de 2012, proporciona um índice de apenas 0,18% de crescimento, demonstrando uma tendência de desaceleração do setor de construção civil.

Caso o indicador mantenha a tendência de crescimento, é possível prever que não existe escassez de imóveis em Paranaíta, considerando o índice de 0,308% de crescimento populacional apontado pelo IBGE.

Comparando o índice de 1,46% de 2012, com o índice de 3,56% em 2011, percebe-se que o índice de 2012 está menor em 58,99% que o de 2011. Pode-se afirmar que o ano de 2011 foi o grande advento da construção civil de Paranaíta, até mesmo, com a construção de dormitórios, hotéis e flats; e já em 2012 para 2013 ocorreu uma intensa desaceleração.

A tendência do índice é de estagnação para os próximos períodos, muito em função da conclusão da obra da UHE Teles Pires.

Através do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, conforme Termo de Acordo firmado entre a Companhia Hidrelétrica Teles Pires e o Município de Paranaíta, a Secretaria Municipal de Assistência Social solicitou que fosse inserido como uma das ações de prevenção e mitigação de impacto, a realização do Diagnóstico Social do Município de Paranaíta, importante para a viabilização dos projetos sociais do Município.

Este diagnóstico é imprescindível para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, da rede de proteção social rede de serviços socioassistenciais executados pelo município, identificando, por meio do conhecimento da realidade os territórios com demandas, vulnerabilidades, riscos, violação de direitos.

O diagnóstico começou a ser realizado no final de julho de 2012, pelo qual, além de pesquisas em campo, foi realizado oficinas de capacitação dos técnicos, bem como, pesquisas no sistema de informações CadÚnico.

Conforme dados do CadÚnico, Paranaíta em meados de julho de 2012, ou seja, com um ano de andamento das obras da UHE – Teles Pires, o número de famílias cadastradas no Programa Saúde da Família com renda per capita mensal de R$ 70,00 era de 962 famílias, neste mesmo período, existiam cadastradas 1.363 famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo.

Conforme consulta realizada no SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação CadÚnico, realizada em 16/11/2013, 12 meses após a primeira consulta, para a realização do Diagnóstico de vulnerabilidade, Paranaíta em maio de 2013, possuía o cadastro de 1.467 famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, apresentando assim, um aumento de 104 famílias em relação ao ano de 2012. Já em relação ao número de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R$ 70,00 em maio de 2013 era de apenas 332, podendo afirmar a hipótese que 630 famílias aumentaram seu poder aquisitivo de compra com o início do empreendimento.

Conforme dados ainda do diagnóstico social do município, em Paranaíta em meados de julho de 2012, existia um total de 771 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Segundo SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação CadÚnico, no mês de setembro de 2013, existiam 701 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, menos 70 famílias deixaram de receber o bolsa família.

Dentre o exposto, em Paranaíta não há pressão por demanda habitacional, em função da população flutuante que fica alojada no canteiro de obras, bem como, a decorrente da minoria que fixaram residência e trouxeram famílias. Por outro lado, observou-se, que o poder de compra das famílias que recebem a bolsa família foi potencializado, tendo em vista, o aproveitamento da mão de obra do município na construção da UHE – Teles Pires, principalmente, nas atividades de supressão. Conforme monitoramento socioeconômico do mês de julho de 2013, 285 pessoas são trabalhadores que já residiam em Paranaíta.

Por outro lado, deve-se avaliar a real necessidade de construção dessas novas 374 residências, que por vezes utilizam programas habitacionais tais como, Minha Casa Minha Vida, onde, as famílias que são beneficiadas são aquelas que participam de algum programa social, que fazem parte do Cadúnico e famílias beneficiadas pela Bolsa Família. Em Paranaíta, houve uma diminuição no número de famílias beneficiadas pelo programa, o que se eleva ainda mais a hipótese da não migração de famílias de baixa renda, devido à diminuição dos beneficiários, inviabilizando ainda mais a construção das novas unidades habitacionais.

Por outro lado, a CHTP reconhece que existe uma grande demanda reprimida em busca de moradia própria, o que não iria ser diferente no município, entretanto, não pode-se afirmar que a tal procura é devido ao empreendimento.

Segurança Publica

> *Paranaíta possui uma população não flutuante de aproximadamente 10.000 habitantes, mas com a instalação desses recentes empreendimentos sua população já aumentou 50% e com a perspectiva de instalação da UHE São Manoel o novo incremento populacional poderá chegar a 200%. É nítida a grande circulação de pessoas estranhas no município, muitas das quais de caráter bastante duvidoso e moral questionável. Com isso, segundo relatório apresentado pela Secretaria de Estado Segurança Publica, percebemos grande aumento nos índices de violência que, mesmo sem poupar esforços, o poder público ainda não conseguiu viabilizar a alocação de mais agentes de segurança publica em nosso município, solicitamos que figure entre as obrigações compensatórias impostas ao empreendedor frente aos impactos que serão gerados, a*

criação e a manutenção, incluindo despesas de custeio, de uma guarda municipal (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

A CHTP reconhece a grande problemática da segurança pública no Estado de Mato Grosso e em todo território nacional. Exatamente por isso, esse tema deve ser tratado com critério e com base em informações claras e precisas. As informações apresentadas pela Prefeitura Municipal não apresentam fundamento científico.

Ora, se a Delegacia de Polícia Civil não possuía infraestrutura física, de recursos humanos, e tecnológicos para armazenar informações de ocorrências, a ponto de fornecer somente dados amostrais referentes ao ano de 2011, não há referência para os cálculos apresentados. O apontamento da Prefeitura de Paranaíta não apresenta base de cálculo da variação de ocorrências como homicídio, tentativa de homicídio, etc.

Eis a tabela apresentada pela Prefeitura de Paranaíta:

Ocorrências	**Percentual de aumento**
Homicídio	266%
Tentativa de homicídio	120%
Roubo	150%
Furto	84%
Tráfico, posse e uso de drogas	1300%
Estupro	300%
Ameaças	73%
Lesão corporal	833%

Essa análise permite concluir que estes dados caracterizam uma simulação, sem embasamento oficial e científico.

Somente a partir do 2º semestre de 2012 foram fornecidos dados detalhados mensalmente e por tipo de ocorrências em Paranaíta, demonstrados a seguir:

TABELA 14 DO 3º RELATÓRIO DO P.36 - OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO 4º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE PARANAÍTA – OUTUBRO DE 2012 A JANEIRO DE 2013.

Ocorrências	**Out.12**	**Nov.12**	**Dez.12**	**Jan.13**
Abalroamento	1	6	2	1
Acidente com animais	-	-	-	1
Agressão/Vias de Fato	4	4	7	1
Ameaça	-	4	3	6
Apoio á Órgão do Governo	2	1	2	2
Apropriação Indébita	-	1	-	1
Ato Obsceno	-	-	-	-
Atrito Verbal	2	3	2	-
Atropelamento	1	-	-	-

4765
6/11/08

TELES PIRES

Assédio Sexual	-	-	-	-
Capotamento	-	2	-	-
Choque Mecânico	-	1	1	2
Colisão	-	2	-	-
Conduzir Veículo sob Influência de Álcool	-	1	1	-
Desacato	-	1	-	-
Disparo de Arma de Fogo	-	-	2	-
Dirigir sem Habilitação	-	1	-	4
Embriaguez	1	4	4	2
Entorpecente - Porte/Posse/Uso	1	-	2	-
Extravio de Documento	1	1	-	1
Furto à Pessoa	1	-	1	-
Furto à Residência	2	2	-	-
Furto de Veículo	-	2	1	-
Furto à Estabelecimento Comercial	-	2	2	-
Furto no Veículo	-	-	1	-
Homicídio	-	-	-	1
Lesão Corporal	4	2	3	3
Negar à Pagar Despesa	-	1	-	-
Outras Ações de Polícia	-	1	4	4
Outras Contravenções	-	1	9	14
Outros Acidentes de Trânsito	2	1	1	1
Outros contra o Patrimônio	-	1	1	-
Outros Crimes de Trânsito	1	1	2	6
Outros Furtos	1	-	-	1
Perturbação Trabalho ou Sossego Alheio	-	-	2	-
Porte Ilegal de Arma de Fogo	-	1	-	1
Receptação	-	-	-	1
Tentativa de Furto	-	1	-	2
Tentativa de Suicídio	-	1	-	-
Tombamento	-	-	1	-
Reclamações Diversas	3	-	-	-
Suspeito Detido para Averiguação	1	-	-	-
Tentativa de Homicídio	1	-	-	-
Veículo Localizado	-	1	-	-
Total Geral	**30**	**50**	**50**	**50**

Fonte: Seção de Planejamento Operacional e Estatística - Comando Regional IX - Alta Floresta.
Elaboração: Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED, Julho de 2013.

4766
6711/08

TELES PIRES

TABELA 14 DO 4º RELATÓRIO DO P.36 - BOLETINS DE OCORRÊNCIA REGISTRADOS PELO 4º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE PARANAÍTA - FEVEREIRO A JULHO DE 2013.

Ocorrências	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Abalroamento	1	2	3	2	1	4
Acidente com animais	-	-	-	1	-	-
Agressão/Vias de Fato	5	6	6	5	6	6
Ameaça	2	-	-	4	4	1
Apoio á Órgão do Governo	2	-	-	1	1	1
Apropriação Indébita	-	-	-	-	-	1
Ato Obsceno	-	-	-	-	-	1
Atrito Verbal	-	-	-	1	1	1
Atropelamento	-	1	1	-	-	-
Assédio Sexual	-	-	-	1	-	-
Capotamento	1	1	1	-	-	1
Choque Mecânico	1	3	3	3	6	1
Conciliação entre Partes Adversas	-	-	-	1	-	-
Conduzir Veículo sob Influência de Álcool	-	1	1	2	-	1
Desacato	1	-	-	-	-	2
Desobediência	1	-	-	-	1	-
Dirigir sem Habilitação	-	-	-	-	-	2
Disparo de Arma de Fogo	-	-	-	-	1	-
Embriaguez	8	2	2	2	3	3
Entorpecente - Tráfico	1	-	-	-	1	-
Entorpecente - Porte/Posse/Uso	-	-	-	-	2	1
Estelionato	-	-	-	-	-	1
Estupro	-	-	-	1	-	-
Evasão do Condutor em Local de Acidente	-	-	-	1	-	-
Extravio de Documento	-	-	1	-	-	-
Furto à Pessoa	2	-	-	-	2	1
Furto à Residência	4	1	1	3	3	4
Furto de Veículo	1	2	1	1	1	1
Furto à Estabelecimento Comercial	1	-	1	1	-	2
Furto no Veículo	-	-	1	-	-	-
Homicídio	-	-	-	-	1	-
Homicídio Culposo na Direção de Veículo	-	-	-	1	-	-
Invasão de Domicílio	1	-	-	-	-	-
Lesão Corporal	-	1	1	4	4	3
Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículo	-	1	1	1	-	2
Negar à Pagar Despesa	-	1	1	-	-	-
Outras Ações de Polícia	3	2	3	4	1	4
Outras com Morte	-	1	1	-	-	-
Outras sem Morte	-	-	-	-	1	3
Outros Acidentes de Trânsito	1	3	3	5	3	2

Outros contra o Patrimônio	3	2	2	2	-	4
Outros Crimes de Trânsito	1	1	2	6	5	2
Outros Furtos	1	3	4	-	-	-
Perturbação Trabalho ou Sossego Alheio	-	2	2	-	-	1
Porte Ilegal de Arma de Fogo	-	-	1	-	-	-
Prisão por Mandato – Cumprido	-	-	1	-	-	-
Tentativa de Furto	-	1	1	-	-	-
Tentativa de Suicídio	-	-	-	1	-	-
Tombamento	-	-	-	1	1	-
Reclamações Diversas	1	-	-	-	-	-
Resistência a Prisão	1	-	-	-	-	-
Rixa	1	-	-	-	-	-
Roubo à Pessoa	-	-	-	-	-	1
Roubo a Instituição Financeira	1	-	-	-	-	-
Sem Alteração	-	9	-	-	5	5
Suicídio	1	1	1	-	-	-
Suspeito Detido para Averiguação	-	1	1	1	1	1
Veículo Localizado	-	-	-	-	-	1
Total Geral	**46**	**48**	**47**	**56**	**55**	**64**

Fonte: Seção de Planejamento Operacional e Estatística - Comando Regional IX - Alta Floresta.
Elaboração: Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED, Julho de 2013.

TABELA 29 DO 3º RELATÓRIO DO P.36 - BOLETINS DE OCORRÊNCIA REGISTRADOS PELA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL – 2011 E 2012.

Natureza	2011	2012*
Ameaça	46	80
Calúnia/Injúria/Difamação	-	6
Desaparecimento de Pessoa	-	2
Diversos	149	203
Estelionato	-	2
Estupro de Vulnerável	-	1
Extravio de Documentos	206	349
Furto (Geral)	55	90
Homicídio	3	9
Latrocínio	-	1
Lesão Corporal e Vias de Fato	8	33
Ocorrências de Trânsito	5	8
Porte e Posse Irregular de Arma de Fogo	1	4
Posse e Uso de Entorpecentes	-	7
Roubo	1	6

Tentativa de Homicídio	2	9
Tentativa / Estupro	1	4
Tráfico de Entorpecentes	1	4
Violação de Domicílio	-	2
Total	**478**	**821**

Fonte: Polícia Judiciária Civil, Delegacia de Paranaíta.
Elaboração: Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED, Julho de 2013.

TABELA 15 DO 4º RELATÓRIO DO SUBPROGRAMA DE MONITORAMENTO - BOLETINS DE OCORRÊNCIA REGISTRADOS PELA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL -FEVEREIRO A JULHO DE 2013.

Ocorrências	2013 (FEV A JUL)
Ameaça	40
Acidente de Trânsito	4
Apropriação Ilícita/Indevida	2
Calúnia/Injúria/Difamação	7
Crime de Trânsito	5
Danos	3
Danos Materiais contra o Patrimônio	5
Desaparecimento de Pessoa	1
Diversos	60
Difamação	1
Estelionato	9
Extravio de Documentos	203
Extravio de Cheque	7
Furto (Geral)	51
Homicídio	1
Lesão Corporal	15
Lesão Corporal e Vias de Fato	3
Maus Tratos	2
Ocorrências de Trânsito	2
Preconceito	1
Preservação de Direito	47
Porte de Arma	1
Roubo	3
Tráfico de Entorpecentes	2
Violação de Domicílio	1
Total	**476**

Fonte: Polícia Judiciária Civil, Delegacia de Paranaíta.
Elaboração: Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED, Julho de 2013.

O 4º Relatório Trimestral do monitoramento socioeconômico enviado no último relatório semestral da UHE – Teles Pires, apontou os seguintes indicadores da Polícia Militar e Civil em Paranaíta:

Número de Habitantes por Policial Militar

O indicador de IHPM no ano de 2010 era de 1 PM para 1.780 habitantes, no ano de 2011 era de 1 PM para 1.786 habitantes, no ano de 2012 era de 1 PM por 2.472 habitantes e no primeiro semestre de 2013 é de 1 PM para 2.667 habitantes.

No Estado do Mato Grosso o indicador de IHPM é de 1 PM por 522 habitantes. Onde o Estado do Mato Grosso e o município de Paranaíta estão abaixo da média nacional, que é de 1 PM para 472 habitantes.

O fato de o município estar abaixo da média nacional pode ser reflexo pela falta de efetivo no estado ou pelo aumento da população flutuante ocasionada pelo empreendimento, **mediante a essa situação a CHTP disponibilizou a Secretaria Estadual de Segurança Pública 4 motos, 1 caminhonetes 4x4 e 1 unidade móvel.**

Número de Habitantes por Policial Civil

O indicador de IHPC no ano de 2010 era de 1 PC para 2.136 habitantes, no ano de 2011 era de 1 PC para 2.143 habitantes, no ano de 2012 era de 1 PC por 2.967 habitantes e no primeiro semestre de 2013 é de 1 PC para 3.201 habitantes.

O município de Paranaíta está abaixo do recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) onde é recomendado um policial civil para 1.000 habitantes.

Mediante a esta situação a CHTP disponibilizou a Secretaria Estadual de Segurança Pública a locação provisória de um prédio para a Policia civil, doação de equipamentos de escritório, 1 caminhonete 4x4, 1 delegacia móvel e a construção da nova delegacia civil.

Conforme indicado pelo monitoramento socioeconômico, os investimentos foram feitos e estão sendo providenciados, mas, como previsto em Constituição, a segurança pública é de responsabilidade do estado. Para isso, é a obrigatoriedade do mesmo, a realização de concursos públicos para efetivação de novos agentes, ficando inviável o custeio da Guarda Municipal, pois esta não possui poder de policia, mas somente de guarda do patrimônio público.

Registra-se ainda que o Plano Estadual de Segurança Pública 2013-2015 não contempla investimentos para a região polarizada por Alta Floresta.

Abastecimento Município de Água

A pressão sobre a rede de abastecimento de agua também encontra-se limítrofe ás qualidades mínimas de atendimento. O Departamento Municipal de Águas – DAE, conta com 10 colaboradores e possui uma infraestrutura composta por sistema de captação, reservatórios, duas Estações de Tratamento, tanques de preparo e laboratórios, que em conjunto possuem a capacidade de oferecer mais de um milhão de litros de agua tratada por dia, quantidade essa que sempre foi suficiente para extrapolar seu atendimento, de forma cumulativa ao impacto causado pela UHE Teles Pires, também para os colaboradores e familiares que virão a UHE São Manoel.

Percebe-se um grande aumento não só no consumo de agua, mas também na proporção de aumento do consumo. Entre os quatro anos, de 2005 a 2009, a proporção de aumento no consumo foi de 9,45% enquanto que nos quatro últimos anos, entre 2009 e 2013 a consumo aumentou em 84,34% quase 10 vezes mais que o mesmo período antes da instalação da Companhia Hidrelétrica Teles Pires no município.

Desse modo, diante da instalação da UHE São Manoel em nosso município e considerando uma demanda proporcional de consumo, ate mesmo a agua tão essencial, não poderá ser ofertada sem racionamento a população residente a migrante a menos que o abastecimento seja ampliado através da construção de mais uma estação de tratamento de agua a partir de um novo sistema de captação (Oficio 171/2013 de 07/10/2013).

Em relação à pressão sobre a rede de abastecimento de agua mencionada no ofício em questão, a CHTP monitora mensalmente a quantidade de novos pedidos de ligação e o consumo de água potável no município.

Conforme relatório do monitoramento socioeconômico realizado, no mês de fevereiro de 2013, o Departamento de Água e Esgoto de Paranaíta registrou 1.963 ligações de água ativas, evoluindo para 1.972 em março, 2.044 em abril, 2.035 em maio, 2.051 em junho e para 2.073 em julho, demonstrando um incremento de 110 unidades no período, o que representa um crescimento de 5,60%.

Com relação ao consumo, verifica-se uma redução no período analisado, passando de 62.792 m³ em fevereiro para 38.751 em julho, conforme dados do Departamento de Água e Esgoto de Paranaíta o que representa uma redução de 35,27% no período analisado, provavelmente em função da instalação de sistema de medição nas unidades consumidoras, sendo que esta redução deverá ser analisada in loco nos próximos relatórios.

Tal fato demonstra não estar havendo pressão pelo afluxo de trabalhadores da UHE Teles Pires sobre a capacidade de fornecimento de água pelo Departamento de Água e Esgoto Municipal que encontra-se operando dentro da sua capacidade normal, atendendo a demanda de seus consumidores.

Conforme mencionado nos relatórios anteriores, o Departamento de Água e Esgoto de Paranaíta está operando abaixo dos padrões de confiabilidade, pois a sua infraestrutura operacional é bastante precária, desde a captação, sucção, adutora, estação de tratamento, distribuição e medição, veículos, equipamentos de informática, móveis e recursos humanos, mesmo assim abastece a população com determinada regularidade.

Em 2010, ano base do indicador, o DAE contava com 1.566 consumidores para o universo de 2.166 unidades prediais, perfazendo um índice de atendimento da ordem de 71,84%. Em dezembro de 2011, o número de ligações totalizou 1.699, demonstrando que houve um incremento de 133 novos consumidores, que em termos percentuais representa um crescimento de 8,49% em relação ao exercício anterior, mantendo uma relação de 71,84% como índice de atendimento.

Analisando o ano de 2012, houve um incremento de 243 novos consumidores em relação aos 1.699 de 2011, totalizando 1.942, representando um crescimento de 14,30%. Por outro lado, quando relacionamos os 1.942 consumidores registrados em 2012, com os 2.166 imóveis, o índice de atendimento eleva-se para 89,65%, que se comparado com os índices nacionais o mesmo está dentro da média dos municípios brasileiros.

Em julho de 2013, considerando as 2.054 unidades consumidoras residenciais e comerciais com os 2.268 imóveis registrados como edificações, encontra-se o índice de 90,56% como desempenho de atendimento do Departamento de Água e Esgoto de Paranaíta.

Frente a presente demanda citada pelo próprio empreendedor e descrita pelo município, pode-se avaliar a tendência do indicador é de crescimento, entretanto, não se pode atribuir que esse aumento no número de consumo é em decorrência do empreendimento, haja vista, à distância até o município e ainda, o movimento de migrantes que trouxeram seus familiares é em um número bastante reduzido.

Tem-se conhecimento, que o aumento é em virtude de novas empresas que se instalaram na região, novas edificações públicas construídas e outras que estão sendo construídas.

A CHTP realizou diversos investimentos no município através do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais em comum acordo com a gestão pública da época, no entanto, naquela oportunidade não foi indicado como prioritário pela municipalidade à aplicação de recursos no Departamento de Água e Esgoto de Paranaíta.

Sobrecarga no sistema municipal de saúde

> *A Política Municipal de Saúde é consonante com os princípios constitucionais que estabelecem a saúde como direito de todos e dever do Estado que mediante políticas sociais e econômicas visam à redução do risco de agravos e buscando o acesso universal e igualitário as ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Entretanto, com o grande aumento da população migrante, aumentam também os índices de acidentes, de consumo de álcool, e drogas, além de aumentar também as possibilidades de veiculação de doenças como tuberculose, sífilis, AIDS, malária, leishmaniose e dengue, além dos acidentes de transito, trabalhistas e oriundos da violência, exigindo do sistema de saúde municipal um posicionamento limítrofe a sua capacidade de atendimento hospitalar, já que os déficits provocados pelo crescimento populacional sem planejamento não são contabilizados nas receitas vindas do Governo Federal Estadual, que se baseiam na população per capita levantada pelo IBGE. Além disso, com criação do reservatório e a transformação de um ambiente lótico em lêntico, surgirão vetores antes inexistentes que aumentarão as probabilidades de surgimento de doenças de veiculação hídrica como a esquistossomose e algumas filarioses e harbovíroses.*
>
> *Sendo assim, para que possamos garantir o acesso do cidadão, dos colaboradores envolvidos na instalação da UHE Teles Pires e das populações que virão em função da implantação da UHE São Manoel a um sistema de saúde com qualidade e eficiente, Paranaíta necessita urgentemente, de um novo hospital, bem equipado e com um numero de leitos suficiente ao atendimento de todos. Não obstante a isso, solicitamos ainda dessa coordenação que nos auxilie no convencimento do atual empreendedor, Companhia Hidrelétrica Teles Pires, a realizar a contratação imediata de no mínimo dois médicos e dois enfermeiros, ate que ocorra a completa desmobilização dos seus colaboradores (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

A CHTP avalia a solicitação do município de Paranaíta, como justificativa de aumento da demanda por atendimento, relacionada a população migrante, as possibilidades de doenças transmitidas por vetores e por fim, a solicitação da construção de um hospital e a contratação de médicos, enfermeiros e técnicos.

Frente a isso, como apresentado nos relatórios do Subprograma de Compensação Financeira foram realizados investimentos em Atenção Básica no município. Pode-se avaliar que o índice de População residente Urbana por PSF em Paranaíta, atende em média 1.884 a 1.889 pessoas por unidade, seguindo os parâmetros e as diretrizes da Portaria nº 1.886/GM de 18/12/1997 do Ministério da Saúde (MS). Avaliando assim, que o número de pessoas cadastradas por PSF em Paranaíta atende

aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério, o qual determina que para cada Unidade do Programa de Saúde da Família (PSF), a qual abrange um conjunto de micro áreas onde atua uma equipe de saúde da família, devem ser cadastradas de 2.400 a 4.500 pessoas (residentes nas micro áreas). Em alguns documentos do PSF, define-se a área de atuação de uma equipe segundo o número de famílias entre 600 e 1.000 famílias (BRASIL, 1997).

Em relação à solicitação de construção de um hospital, avalia-se a presente solicitação longe das premissas e orientação da política de atendimento do SUS, que recomenda um investimento muito maior em Atenção Básica, pelos quais, já foram realizados no município pela CHTP.

Além disso, o município de Paranaíta, já possui um hospital municipal, adquirido com recursos próprios em meados de dezembro de 2012. Considerando-se que o poder público municipal já aponta limitação orçamentaria para arcar com os custos operacionais do serviço de saúde, pode-se afirmar que a construção de uma nova unidade de saúde ao município apresenta-se como uma iniciativa inviável.

Os investimentos da CHTP na área de saúde vão além do solicitado e indicado pelo município através do Programa de Reforço a Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais. A CHTP através dos PBAs Programa de Controle e Prevenção de Doenças e do Plano de Ação e Controle da Malária investem em mão de obra na região, campanhas de prevenção e educação em saúde, bem como, realizou o fortalecimento da infraestrutura de e resposta das principais doenças endêmicas da região, através das Pactuações do PACM. Ademais os serviços de monitoramento de vetores, orientam e direcionam o município, nas principais ações de controle e prevenção.

Já em relação aos programas de saúde relacionadas às atividades do canteiro de obras, os mesmos, contam com sua infraestrutura própria, bem como, uma equipe multiprofissional de saúde formada, com convênios de serviços de diagnóstico de imagem e laboratorial em estabelecimentos de saúde privado tanto em Alta Floresta quanto em Paranaíta.

É de conhecimento que o empreendedor realiza os serviços de saúde do canteiro de obras e demais atividades relacionadas ao empreendimento, utiliza alguns serviços que são de responsabilidades do Sistema Único de Saúde – SUS, dentre esses, os serviços de imunobiológicos (vacinas), medicações dos programas da Hanseníase, malária dentre outros, que são de responsabilidade do poder público e são disponíveis na Atenção Básica que receberam investimentos como de conhecimento.

Registre-se ainda que o Consórcio Construtor mantém convenio particular denominado Rede Vida para seus colaboradores e a CHTP mantém convenio com a empresa Sul América Saúde.

Resíduos Sólidos

> *Prevê-se um quase que imensurável acréscimo na produção de lixo, considerando que a cultura de consumo da população migrante é bastante diferente da observada na população local, principalmente no que se refere a descartáveis. Isso demandara como já ocorrido durante instalação da UHE Teles Pires, que Secretaria Municipal de Obras realize a aquisição de mais veículos coletores de lixo, bem como maior alocação de servidores, aumentando suas despesas de investimento e custeio.*
>
> *Além disso, devido ao seu baixo adensamento populacional, Paranaíta adotou tanto em seu perímetro rural quanto urbano o sistema de esgotamento sanitário através de fossas sépticas. Com a chegada da população migrante, esse sistema não esta mais sendo suficiente para a destinação do esgoto. Devido a isso, Paranaíta enfrenta hoje situações inusitadas, como o ilegal esgotamento sanitário em galerias pluviais, já flagrado e notificado pela vigilância sanitária do*

município, bem como o aumento da possibilidade de esgotamentos sanitários irregulares em cursos de agua urbanos. Sabidamente, com a chegada da UHE São Manoel esse quadro ira se comprometer ainda mais, o que justifica imediata necessidade de instalação de uma estação de tratamento e universalização de um sistema de esgotamento sanitário em Paranaíta, que não só trará maior saúde à população e melhor qualidade ambiental, mas também vira de encontro à implementação da Politica Nacional de Resíduos Sólidos (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

Em relação ao acréscimo da produção do lixo no município e o sistema de coleta e disposição final de resíduos sólidos, que são de responsabilidade do município, através da coleta do lixo domiciliar pelos caminhões da Secretaria Municipal de Infraestrutura que continua a deposita-los na área caracterizada como lixão municipal sem qualquer critério de seleção ou tratamento, registrando uma inexistência de preocupação ambiental. Fato esse, e descrito através dos monitoramentos mensais, como uma problemática do município, desde o início do processo de emancipação política.

Conforme Censo 2010 elaborado pelo IBGE, no município de Paranaíta existe 2.166 imóveis prediais, que devido à sua localização possui o direito de ter os seus resíduos domiciliares (lixo) coletados e tratados pelo Serviço Público Municipal. Do total dos 2.166 imóveis prediais, 1.713 ou seja, 79,08% possuem registro no cadastro de imóveis urbanos gerenciado pela Diretoria Tributária, inclusive com recolhimento do Imposto Predial Urbano. Como a Prefeitura de Paranaíta possui apenas 2 caminhões coletores de lixo, esse serviço é considerado pela sociedade paranaitense como deficiente, pois dos 12 bairros/setores existentes, apenas 3 tem serviço de coleta diária (Setor Residencial Sul, Setor Residencial Norte e Setor Comercial), que juntos totalizam 777 imóveis representando 35,87% do total dos imóveis prediais.

Os demais 9 setores que segundo o IBGE somam 936 imóveis, que representam 43,21% dos imóveis com registro no cadastro da Diretoria Tributária, recebem a visita dos caminhões apenas uma vez por semana. Os demais 453 imóveis, ou seja, 20,91% tem a coleta de lixo a cada dez dias, situação esta que permanece para o 1º semestre de 2013.

Este indicador está em formação tendo em vista a elaboração e implantação do Projeto do Aterro Sanitário, que está em fase de licenciamento junto a SEMA aguardando apenas a indicação do terreno por parte do poder público para finalização do mesmo. Somente após a viabilização do Aterro Sanitário, que será possível calcular o volume de lixo gerado por cada unidade predial/residencial.

A questão do gerenciamento de resíduos sólidos é previsto pela Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que tem como meta o fechamento dos lixões até 2014 e para isso, os municípios deverão elaborar um plano com indicadores e metas de curto, médio e longo prazo.

A CHTP declara também, que o efetivo alocado na construção da UHE – Teles Pires, reside no canteiro de obras, pelo qual, não destina seus resíduos para o município e executa o tratamento no próprio canteiro de obras, conforme projeto aprovado. Todas as providências de responsabilidade da CHTP foram e estão sendo executadas, tais como: Ações de educação ambiental e a elaboração do projeto de viabilidade técnica do aterro sanitário.

Inclusive, a CHTP já solicitou a Prefeitura de Paranaíta, por mais de uma vez a indicação do terreno, para finalização do projeto básico e do licenciamento do futuro aterro sanitário do município.

Cabe lembrar que no acordo inicial com o município de Paranaíta não foi solicitado investimentos da CHTP para a construção do aterro, por o município apresentar outras prioridades.

Inflacionamento de bens e serviços locais que prejudicam a população local

> *Para tratarmos desse assunto, tomemos por base a lei da oferta e da procura. Como a grande quantidade de pessoas que chegaram ao município com poderes aquisitivos superiores ao da população local, houve um verdadeiro sequestro da mão de obra local. Empregada domestica que antes recebiam salários mínimos, a exemplo do que acontece hoje, não aceitarão trabalhos por menos de R$ 1.500. Marceneiros, carpinteiros e diversos operários da indústria madeireira, ate então uma das maiores economias municipais, atraídos por melhores remunerações deixaram seus posto de trabalho, muitas vezes de longa data, para se tornarem prestadores se serviços temporários.*
>
> *Com isso, muitos pequenos empreendedores fecharão suas portas e quando terminarem os trabalhos de instalação da UHE São Manoel, o que restara para o município será uma grande reduçãc se suas atividades econômicas, que obrigara a gestão publica municipal e o setor empresarial a um homérico esforço para sua retomada. Além disso, será notória a falta de produtos em supermercados, casas de materiais para construção, postos de combustíveis, tudo isso acompanhado de um grande aumento de preços, como já e percebido diante da instalação da UHE Teles Pires. Considerando que esse é um impacto claramente visível, gostaríamos de deixar registrado nesse documento, sua contribuição nas demais compensações (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

O inflacionamento de bens e serviços locais justificados pelo município devido à migração de pessoas com poder aquisitivo superior é baseado através de evidências empíricas e não justificáveis.

Já em relação à alegação da mão de obra local, avaliamos de forma positiva, devido aos investimentos realizados nos programas de capacitação de mão de obra, a exemplo do Programa ACREDITAR em parceria com o SENAI, que capacitou a mão de obra local nos módulos básico e técnico, fazendo com que, os trabalhadores ao termino da obra busquem melhores oportunidades de trabalho.

Sobrecarga a folha de pagamento dos servidores municipais.

> *Considerando que, a priori, o município de Paranaíta terá uma participação irrisória na arrecadação de ISSQN, e estando com sua folha de pagamento no limite do comprometimento legal, solicitamos que o empreendedor, antes de sua instalação, esclareça quais instrumentos estão previstos para o repasse de custeio necessário à complementação dos profissionais de todas as áreas que serão necessárias ao atendimento da população que se estabelecerá no município em decorrência da instalação do empreendimento (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

Com relação à solicitação em tela, que não compete a CHTP fazer a intervenção frente a mesma, devido tratar-se de um pleito para outro empreendimento.

Entretanto, conforme o monitoramento socioeconômico, o município de Paranaíta encontra-se na seguinte situação de arrecadação de ISSQN, no âmbito da UHE Teles Pires:

Registrou-se no ano de 2012 da ordem de R$ 19.236.645,67 (Dezenove milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), arrecadação esta inédita para o município.

No primeiro semestre de 2013, em função da continuidade das obras da UHE Teles Pires, a receita do ISSQN já totaliza R$ 8.609.014,60 (oito milhões, seiscentos e nove mil, quatorze reais e sessenta

centavos), demonstrando que o empreendimento está contribuindo efetivamente para o incremento da arrecadação municipal.

A arrecadação do ISSQN relativo ao mês de julho ficou entre R$ 1.268.294,98. Já em relação ao mês de agosto de 2013, houve um pequeno acréscimo, chegando a um total de R$ 1.443.774,11.

Em relação à sobrecarga na folha de pagamento, trata-se de um tema de competência e de planejamento da administração publica municipal, onde deve ser observada a Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se referem os gastos com pessoal.

Medidas como redução de cargos na máquina administrativa estão sendo realizadas pelo município para equacionar a folha de pagamento.

Perda de grande parte do patrimônio natural e arqueológico, com altíssimo potencial de exploração turística, como as pousadas de pesca, cachoeiras e de diversos sítios paleontológicos do pleistoceno tardio

> *Conforme divulgado pelo ministério do Turismo, o turismo é uma das economias que mais cresce no país. Paranaíta, no coração da Amazônia Brasileira, é um hotspot de biodiversidade com altíssimo potencial de turismo ecológico. Seus rios, altamente piscosos, atraem milhares de turistas por ano. Além disso, o rio Teles Pires é um grande atrativo com implantação da UHEs Teles Pires e São Manoel, grande parte desse patrimônio está sendo e será perdida e o que poderia se configurar como um promissor roteiro turístico será apenas alguns atrativos isolados, prejudicando irreversivelmente essa economia municipal.*
>
> *Desse modo, considerando o impacto cumulativo a ser trazido pela UHE São Manoel de forma cumulativa ao já ocasionado pela UHE Teles Pires e, em atendimento às práticas recomendadas pela UNESCO, IFC, IAIA e IPHAN, gostaríamos que o empreendedor providenciasse a construção, infraestruturamento e ao menos a manutenção pelo período de instalação da referida UHE, de um centro cultural no município, capaz de receber parte do material arqueológico e paleontológico resgatado durante as obras, bem como de realizar apresentações culturais e demais exposições capazes de incrementar e divulgar o potencial turístico da região, bem como criar alternativa saudável de entretenimento à população (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

Conforme descrito pelo município, Paranaíta possui um altíssimo potencial turístico, principalmente o turismo de pesca esportiva. Entretanto, a CHTP através dos seus PBAs intensificam e monitoram todas as atividades relacionadas ao uso dos recursos hídricos.

Em relação ao trade do turismo no município de Paranaíta, a CHTP possui um programa específico, executado pelo SEBRAE. Com a formação do grupo gestor de turismo em Paranaíta, este município esta tendo a oportunidade de planejamento e expansão das atividades turísticas.
No presente momento, a única opção turística rentável no município de Paranaíta tem sido a pesca esportiva. Como um dos objetivos principais da CHTP e do grupo gestor é tornar o município como um atrativo turístico de expressão nacional, tendo em vista suas belezas naturais e a própria formação do lago.

Em relação ao projeto do Centro Cultural e de Memória – CCM, para futura guarda do material arqueológico e paleontológico resgatado durante as obras da UHE Teles Pires, compete a CHTP a elaboração do Projeto, que se encontra em fase de conclusão.

Aumento na circulação de máquinas pesadas que danificam as vias públicas e modificam as características do trânsito local.

Para que seja possivel construir uma Usina Hidrelétrica exige-se uma grande infraestrutura de máquinas, equipamentos veículos. Os bairros estão se expandindo, o trafego de veículos aumentando e acessos antes pouco utilizados enfrentam agora intensa movimentação, incluindo a de caminhões e maquinário pesado. Essa circulação danifica as vias públicas e modifica as caracteristicas do transito local, obrigando o município a criar novas rotas de acesso. Desse modo, é necessária uma expansão da pavimentação asfáltica em nosso município, de modo a garantir o deslocamento da população de forma segura e em padrões logísticos aceitáveis. Devido a isso e a pouca perspectiva compensatória a ser gerada pela instalação da UHE São Manoel, solicitamos auxílio desse Instituto e do empreendedor na pavimentação de 208.500 metros quadrados necessários a melhoria da qualidade de vida da população aos impactos sofridos (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

A CHTP concorda em tese com a indagação do município, no que se refere o aumento e movimentação de caminhões e maquinas pesadas e ainda, o aumento desse fluxo e movimentação.

Porém, informa que esse trânsito e fluxo são realizados através da MT-206 que liga o município de Alta Floresta a Paranaíta e sucessivamente ao Canteiro de Obras distante 80 km da sede do município, sem a necessidade de adentrar no perímetro urbano.

A MT-206 corta o município de Paranaíta, porém, longe do agregado urbano, o que inviabilizaria a indagação do aumento do fluxo de veículos pesados nos bairros da cidade. Registra-se também, que o acesso da MT-206 ao canteiro de obras, foi recuperado pelo consórcio construtor.

A CHTP em parceria com o Governo do Estado, Prefeituras de Alta Floresta e Paranaíta, está em fase final da pavimentação do trecho entre Alta Floresta a Paranaíta, bem como, a construção das pontes.

Em relação ao núcleo urbano de Paranaíta, os investimentos indicados foram realizados através do Programa de Reforço a Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais com a pavimentação da Avenida Roosevelt Manoel Barbosa que liga o centro da cidade ao bairro Jardim Esperança.

Projetos Básicos Ambientais.

Considerando que todos os impactos negativos ambientais, sociais e econômicos são cumulativos ao causados pela UHE Teles Pires, que sequer conseguiu executar diversos componentes dos seus vários Projetos Básicos Ambientais, gostaríamos de exigir que o empreendedor, mesmo antes de sua instalação, assuma ações preventivas e adeque ao menos a infraestrutura básica municipal. À recepção de todos os impactos que recairão sobre a gestão pública e a sociedade Paranaitense.

Caso isso não seja uma ação possivel e/ou prevista nos arcabouços legais, solicitamos ao órgão licenciador que, todos os projetos básicos ambientais a serem apresentados pelo empreendedor possuam um cronograma executivo e um cronograma financeiro e de desembolso e sejam submetidos aos gestores dos municípios impactados para avaliação e submissão de propostas de alteração, bem como emissão de parecer favorável, antes da emissão da licença de instalação. Não obstante a isso e, observando que a população de Paranaíta vem sofrendo diversos impactos ainda não compensados ou sequer mitigados por um empreendimento já instalado e de igual magnitude, solicitamos também que o órgão licenciador não conceda a licença de instalação à UHE São Manoel antes que todas as compensações previstos no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires estejam devidamente implementados ou, ao menos, em consenso executivo com essa gestão municipal (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

A CHTP em resposta a afirmação do município de Paranaíta, no qual alegou que o empreendedor não conseguiu executar os componentes dos vários Projetos Básicos Ambientais, registre-se que tal afirmação é improcedente e que todos os projetos básicos ambientais estão sendo executados, conforme relatórios semestrais entregues ao IBAMA, Ministério da Saúde, BNDES, reuniões, visitas realizadas com órgão licenciador e várias auditorias externas, tais como: Princípios do Equador, Crédito de Carbono e auditoria Ambiental pela Price Waterhouse Coopers.

Sobre a afirmação da Prefeitura Municipal de que o município vem sofrendo diversos impactos ainda não compensados ou mitigados pelo empreendedor, reitera-se que o monitoramento socioeconômico é executado mensalmente com dados fornecidos pelo próprio município conforme termo de compromisso.

Informa-se que os impactos que porventura são apontados nos monitoramentos têm sido mitigados através do Subprograma de compensação financeira complementar, a exemplo da Delegacia Municipal de Paranaíta.

Rearranjo do Projeto

> Conforme apresentação no Estudo de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires:
>
> "Localizada na margem" esquerda, a casa de força será do tipo convencional, fechada, abrigando seis unidades geradoras com turbinas do tipo Francis, de eixo vertical, com potência instalada de 303,33 megawatts cada, totalizando 1.820 MW, quando em funcionamento na capacidade máxima. É nessa estrutura que a energia das águas em movimento é transformada em energia elétrica.
>
> Entretanto, com o decorrer das obras, a Casa de Força, foi transferida para a margem direita, anulando diversas perspectivas do governo municipal de Paranaíta, comprometendo inclusive as Pactuações realizadas entre o empreendedor e esse município, já que essas Pactuações isentaram o empreendedor de diversas compensações, considerando os recursos que viriam em decorrência da localização da casa de força. Desse modo, solicitamos que o empreendedor que implantará UHE São Manoel, também altere o atual projeto de instalação da UHE São Manoel que aloca a casa de força, o canteiro de obras, os alojamentos e todas as demais infraestruturas geradoras de diversos recursos financeiros no município de Jacareacanga, cujo acesso ao empreendedor está a 1300 Km da sede municipal. Para essa alteração, onde solicitamos que a casa de força seja instalada na margem direita do rio Teles Pires, deve ser lembrado que além de todos os principais impactos negativos que esse novo empreendimento trará ao município, deve se considerar-se que já que isso aconteceu de forma inversa no empreendimento anterior *(Ofício 171/2013 de 07/10/2013)*.

Conforme supracitado, o município faz referência e solicita adequações para outro empreendimento, não cabendo a manifestação da CHTP neste item.

Iluminação Pública

> *Devido ao grande inflacionamento imobiliário, o deslocamento compulsório da população residente na área central para áreas mais periféricas, demanda em caráter de urgência uma ampliação no sistema de iluminação pública em nosso município. Essa ampliação é necessária não só para mitigar os efeitos negativos dessa migração obrigatória, mas também para garantir a segurança em locais mais isolados, incluindo o risco de atropelamentos, já que a intensa movimentação de pedestres nesses locais, ainda não iluminados, tornou-se tão notável quanto o aumento do tráfego de veículos e de trabalhadores braçais, empregados ou não. Com isso, avaliamos e gostaríamos de registrar nesse documento que uma das formas de mitigar os*

impactos gerados pela construção da UHE São Manoel, é a ampliação de 7.000 metros em rede de iluminação pública (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

A CHTP através do monitoramento socioeconômico, não identificou esse deslocamento da população da área central para as áreas mais periféricas e reconhece que a iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública.

Porém registra-se que a regulamentação dos serviços de iluminação pública sob o ponto de vista constitucional, onde a prestação dos serviços públicos de interesse local nos quais se insere a iluminação pública é de competência dos municípios. Por se tratar, também, de um serviço que requer o fornecimento de energia elétrica, está submetido, à legislação federal.

As condições de fornecimento de energia destinado à iluminação pública, assim como ao fornecimento geral de energia elétrica, são regulamentadas especificamente pela Resolução ANEEL nº 456/2000. Esta resolução substituiu as antigas Portarias DNAEE 158/89 (específica de Iluminação Pública) e DNAEE 466/97 (das condições gerais de fornecimento de energia elétrica).
Em seu conteúdo, a Resolução ANEEL nº 456/2000 estabelece que mediante contrato ou convênio, que o concessionário poderá efetuar os serviços de iluminação pública, ficando o Poder Público Municipal responsável pelas despesas decorrentes.

Cabe registrar, que o município de Paranaíta possui convênio com a Rede CEMAT para arrecadação da taxa de iluminação, a qual é destinada para manutenção e ampliação deste serviço.

De qualquer sorte, a solicitação do município se estende a outro empreendimento.

Deslocamento de animais topos de cadeia para propriedades criadoras de gado.

Com a supressão da vegetação nativa, desmontes de rocha com uso de explosivos e intensa movimentação de máquinas e pessoas, muitos animais iniciam um processo de migração para áreas, mas estáveis do entorno, buscando principalmente as áreas ainda florestadas em fazendas cuja única ou principal atividade econômica é a pecuária. Com isso, haverá um aumento muito grande do abate de gado por predadores como onças, que, impreterivelmente, serão abatidas por esses proprietários dependentes de tal economia. Sendo assim, torna-se importante a criação de um fundo compensatório ou de um instrumento preventivo a perda do gado e consequente abate de felinos de grande porte que deverá ser realizado através da contratação de empresas especializadas em manejo de felinos silvestres que já tenham experiência comprovada nesse tipo de medição de conflito como, por exemplo, a Pró-Carnívoro ou Projeto Jaguar (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).

A CHTP no âmbito do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires informa que executa o programa de monitoramento de mamíferos terrestres com metodologias e ações de monitoramento para os mamíferos de médio e grande porte. Adicionalmente o procedimento de supressão de vegetação é realizado de forma a conduzir os animais para as áreas de florestais preservadas, a fim de minimizar os impactos sobre a fauna silvestre, assim como foram realizados estudos para definição das áreas de soltura da fauna com aprovação do IBAMA e dos proprietários das áreas.

A CHTP mantém um canal direto e contínuo com a população da área diretamente afetada e da área de influência direta onde é possível agregar informações sobre a possível migração da fauna aos programas de monitoramento previsto no Projeto Básico Ambiental. Fora isso, CHTP possui

ouvidoria, que analisa semanalmente as dúvidas e perguntas relacionadas ao projeto da UHE TELES PIRES, cujos questionamentos com relação ao assunto mencionado não existem.

Ademais a solicitação do município se estende a outro empreendimento, não cabendo a CHTP apresentação de justificativas.

Diminuição dos serviços ecossistêmicos essenciais

> *"Novamente tomemos com exemplo o abastecimento de água. Paranaita possui um grande lago, cercado de florestas nativas que é utilizado como reservatório municipal de abastecimento. Com a supressão de parte da vegetação marginal e diversas obras em seu entorno por colaboradores da UHE Teles Pires, esse reservatório que por anos sempre atendeu com excelência as demandas municipais, não possui, mas a mesma capacidade de resiliência de purificação e de volume de água sendo necessário a partir de então a perfuração de diversos poços e a adição de uma quantidade nunca utilizada de produtos químicos para o adequado tratamento da água" (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

A CHTP sobre este mesmo tema já apresentou resposta ao município de Paranaíta, conforme Carta CHTP nº 239/2013, anexo 5.

Naquela oportunidade a Prefeitura acusou que nas obras da MT 206 estão ocorrendo crimes ambientais, bem como, danos a captação e abastecimento de água de Paranaíta. A CNO empresa contratada da CHTP para execução das obras da MT 206 contratou a empresa Analítica Analises Químicas & Controle da Qualidade, que é especializada em monitoramento de água, solo e ar; caracterização ambiental; laudos sobre impactos e passivos ambientais, com o intuito de averiguar a existência de eventual contaminação do manancial de água do município de Paranaíta em decorrência dos serviços executados pela construtora.

Contudo o relatório comprovou que não houve contaminação da água ou qualquer outro dano ambiental causado pela execução das obras de pavimentação e melhoramentos da MT-206.

No entanto a equipe da Analítica constatou deficiência na operação do DAE e foi oferecida por parte da CHTP treinamento aos operadores na Estação de Tratamento de Água instalada no canteiro de obras, porém não houve interesse por parte da Diretoria Técnica responsável pelo DAE.

Interferência de forma irreversível no micro local, provocando alterações na temperatura, na umidade relativa do ar, na evaporação e no ciclo pluvial.

> *Essa é outra grande preocupação dessa municipalidade, principalmente por parte da secretária municipal de agricultura que ano após ano adequou a produção municipal de alimentos ao bem definido clima local e suas sazonalidades, entretanto com a implantação desses novos reservatórios a produção agrícola local necessitará de novos estudos e preparar, inclusive, para um possível período de pouca produtividade até as devidas adequações estejam implementadas. Também, na contramão das políticas públicas mundiais, com a instalação do reservatório a vegetação da zona de deplecionamento não produzira mais CO2 e sim CH4, o que provoca 21 vezes mais impacto sobre o efeito estufa do que o gás carbônico. Isso ocorrerá devido à estratificação térmica e criação da camada hipolimnia (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

No que compete ao empreendimento UHE Teles Pires, é previsto pelo Projeto Básico Ambiental o Programa de Monitoramento Climatológico que possui objetivo de monitorar a evolução dos parâmetros meteorológicos na região do entorno do reservatório da UHE Teles Pires, antes, durante

e, principalmente após a formação do mesmo. A estação meteorológica monitora diversos parâmetros em tempo real e os dados gerados poderão identificar os possíveis efeitos decorrentes da implantação do empreendimento, auxiliando na execução das medidas de prevenção, controle e mitigação dos mesmos.

O reservatório da UHE Teles Pires terá regime operativo a fio d'água, ou seja, a água que entrar no reservatório será turbinada, sendo vertido o excesso. Nesse caso a regra operativa não prevê deplecionamento do reservatório. Adicionalmente foi realizada durante a etapa de licenciamento ambiental a análise do balanço de carbono para o projeto da UHE Teles Pires para o período de implantação e de operação do empreendimento, seguindo os procedimentos adotados pelo *Intergovernmental Painel on Climate Change* – IPCC, *GHG Protocol* e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, sendo que a operação da UHE Teles Pires, em sua vida útil, tem um balanço altamente positivo com grande contribuição para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Desmatamento e ocupação da área de preservação permanente da represa e supressão de 4.800 hectares de floresta nativa para a instalação do canteiro de obras e preparação para a área de inundação.

> *Esse impacto, além de colocar Paranaíta em condições desfavoráveis à exclusão da lista negra do desmatamento, também contribuirá para a perda de habitat e de sítios reprodutivos para os animais da região da usina e interferência na alimentação de mamíferos semiaquáticos na área da represa. Com isso, o forte potencial turístico regional vai se depreciando a passos largos, ao mesmo tempo em que os esforços municipais para integrar Paranaíta no circuito dos municípios regulares do ponto de vista do desmatamento se tornam menos efetivos. Também ocorrerão fatores que contribuirão para a perda da biodiversidade local, agravando pelo fato da área e questão ser considerada de extrema importância biológica, com a possível presença de espécies da fauna e da flora ainda não descritas pela ciência (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

Em competência ao empreendimento UHE Teles Pires estão previstos programas específicos para monitorar, inventariar e resgatar a fauna e flora da área diretamente afetada e área de influência direta do empreendimento. Os relatórios são encaminhados para análise e acompanhamento do IBAMA.

As atividades de supressão de vegetação possuem Autorização de Supressão de Vegetação expedida pelo órgão licenciador onde estão previstos o atendimento a série de condicionantes associadas à metodologia de supressão, resgate de fauna, flora e preservação do patrimônio arqueológico.

Registre que a supressão de vegetação da UHE Teles Pires não desfavorecerá a situação do município em relação a lista negra, que é relacionada ao desmate ilegal, o que não se aplica para as atividades do empreendimento.

Em relação ao questionamento e preocupação do município em sair da lista negra do desmatamento, a CHTP informa que as atividades da supressão de vegetação, são atividades licenciadas pelo IBAMA e por considerar uma atividade licenciada, acompanhada por várias metodologias de monitoramento e resgate.

Alteração das vazões e níveis d'água do Rio Teles Pires e seus afluentes

> *O Rio Teles Pires terá um alargamento do leito original e elevação do nível o lençol freático, propiciando a formação de pântanos. Haverá um aumento da possibilidade de erosão nas margens, de mudança na temperatura e na composição química da água, com consequências diretas na sua qualidade e, com a construção da barragem, interferindo diretamente no processo migratório e reprodutivo da ictiofauna (peixes), comprometendo a conhecida abundância regional. Também teremos a perda de solos cultiváveis e benfeitorias nas propriedades, ocasionando além do impacto econômico também a perda de laços comunitários entre as populações atingidas e deslocamento compulsório (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

A CHTP possui os programas específicos de monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea, monitoramento de ictiofauna e monitoramento da estabilidade das encostas marginais sujeitas a processos erosivos onde foram contratadas empresas especialistas para cada atividade, sendo os monitoramentos executados no período pré, durante e após o enchimento do reservatório. Os relatórios com os dados dos monitoramentos são entregues para o órgão licenciador, pelo qual, acompanha a metodologia e resultado.

No âmbito da UHE – Teles Pires o deslocamento compulsório em sua maioria são de grandes propriedades, as quais, permanecerão com remanescentes, seguindo as premissas do PBA no que tange a justa e recomposição do patrimônio.

Ademais as alegações do município se estendem a outro empreendimento, não cabendo a CHTP apresentação de justificativas mais aprofundadas.

Impactos sobre a população ribeirinha e indígena

> *Com a instalação de canteiros de obras da UHE São Manoel próximos a Terras Indígenas, haverá grande disseminação de doenças. Cabe ressaltar que o sistema imunológico dessas etnias possui outro tipo imunização, sobrecarregando ainda mais o sistema municipal de saúde, com pacientes diferenciados onde muitos necessitarão de atendimento especial. Vale ressaltar também que a UHE São Manoel, assim como a UHE Teles Pires, inundarão de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais, gerando uma perda de identidade de culturas milenares. Não obstante a isso, as áreas de caça e pesca dessas comunidades também a escassez de recursos alimentares (Ofício 171/2013 de 07/10/2013).*

No licenciamento do empreendimento UHE – Teles Pires o IBAMA junto com o IPHAN determinaram várias condicionantes para o empreendedor de forma que possa ser resgatada a história da região e as imagens dos locais sagrados indígenas.

A alegação do município quanto à sobrecarga do sistema de saúde não procede, tendo em vista, que as atividades de acesso à terra indígena são reguladas pela FUNAI e a Atenção Básica de Saúde Indígena é de responsabilidade do DSEI Kayapó com sede em Colíder.

Ademais, como um grande ganho para população indígena, na aldeia polo Kururuzinho cita-se a construção do Posto de Saúde Indígena (PSI) executada pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires.

De qualquer sorte, as alegações apresentadas referem-se a outro empreendimento não cabendo a CHTP justificativas aprofundadas ao assunto.

Como complementação das respostas e informações enfatizadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires e no intuito de validar todas as informações citadas, em anexo consta um resumo da última pesquisa/diagnóstico do relacionamento da CHTP com as comunidades de Alta Floresta e Paranaíta

para conhecimento do órgão (anexo 6). Uma das recomendações da Consultoria de pesquisa é para a CHTP mostrar a população local as obras e programas ambientais realizados em benefício dos municípios e sua população, pois hoje, quem esta assumindo a autoria das realizações da CHTP, são as próprias prefeituras, o que não reflete a verdade.

Encerradas as manifestações e justificativas, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente

Anexos:

01 - Resposta aos Ofícios nº 122 e nº 142 da 1º Promotoria de Justiça Cível de Alta Floresta-MT
02 - Atas do Grupo de Trabalho
03 - Cartas Aterro Sanitário
04 - ATA - 10-01-2012
05 - Carta CHTP 239-2013 - Resposta ao ofício 040
06 – Apresentação da pesquisa/diagnóstico do relacionamento da CHTP com as comunidades de Alta Floresta e Paranaíta

02001.020364/2013-54
29.10.2013

4183
Proc.: 6211/08
Rubr.:

TELES PIRES

Paranaíta, 22 de Outubro de 2013.

Carta CHTP – 317/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Atendimento a condicionante específica 2.3 da ACCTMB 262/2013 – Relatório Trimestral.

Senhor (a) Coordenador (a):

Em atendimento a condicionante específica 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 262/2013, (1ª Retificação de 08/08/2013 – 2ª Retificação de 21/10/2013), e a manutenção da referida Autorização, vimos através desta:

1. Encaminhar Relatório Trimestral das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna Silvestre nas Áreas 01 e 02 do Futuro Reservatório da UHE Teles Pires, desenvolvidas pela empresa Arcadis Logos, correspondente aos meses de Julho a Setembro de 2013.

2. Encaminhar Autorização dos seguintes Proprietários, para soltura da fauna silvestre resgatada: João dos Santos Lopes Carrasco, Raul de Oliveira Pinto, Paulo Cezar Bezerra e João Marcelino Rosa.

Fazem parte deste documento:

Anexo I – Relatório Trimestral (impresso e digital) das atividades do Programa de Resgate e Salvamento Científico de Fauna Silvestre – Reservatório.

Anexo II – Autorização dos Proprietários para soltura de animais silvestres resgatados.

Sendo assim, certos de estarmos cumprindo os requisitos necessários à manutenção da referida Autorização, colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Ambiental

À analista Mariane Tenedini,
para avaliação

30/10/2013

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

4184
Data: 6/11/08
Rubr.:

TELES PIRES

Anexo I

Relatório Trimestral das atividades do Programa de Resgate e Salvamento Científico de Fauna Silvestre – Reservatório.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253 0354 – 5251-0252 – Botafogo – CEP [illegible] – Rio de Janeiro, RJ
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) [illegible] 1465 – Centro - CEP.78.59[illegible] – Paranaíta – MT
www.[illegible]eletelespires.com.br

4785
07.11.08

TELES PIRES

Anexo II

Autorização dos Proprietários para soltura de animais silvestres resgatados.

4786
G111/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

AUTORIZAÇÃO

O Senhor João do Santos Lopes Carrasco CPF: 103.543.601-91

Proprietário ou ainda seu procurador, da Fazenda Agropecuário Pontal do Paranaíta S/A

Localizada no município de Paranaíta – MT (**Área** 3.759,8288) autoriza, no interior da propriedade acima mencionada, a soltura de parte dos animais silvestres não havendo a soltura de animais peçonhentos dentro de sua propriedade, a atividade faz parte do P.16 – Programa de Resgate e Salvamento Cientifico da Fauna Silvestre durante as atividades de supressão do reservatório da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Os referidos trabalhos estão sendo executados atualmente pela Biota e Arcadis, contratadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de acordo com a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico **002/2011 e 262/2013**.

Paranaíta, 16 de outubro de 2013.

João Lopes

Cia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Ambiental

4787
6/11/08

TELES PIRES

AUTORIZAÇÃO

O Senhor João Marcelino Rosa CPF: 143 897 979-72
Proprietário ou ainda seu procurador, da Fazenda Girassol

Localizada no município de Paranaíta – MT (**Área** 6) autoriza no interior da propriedade acima mencionada, a soltura de parte dos animais peçonhentos dentro de sua propriedade, a atividade faz parte do P.16 – Programa de Resgate e Salvamento Cientifico da Fauna Silvestre durante as atividades de supressão do reservatório da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Os referidos trabalhos estão sendo executados atualmente pela Biota e Arcadis, contratadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de acordo com a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico **002/2011 e 262/2013**.

Paranaíta, 10 de outubro de 2013.

João Marcelino Rosa

Cia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Ambiental

4788
671108

Hidrelétrica
TELES PIRES

AUTORIZAÇÃO

O Senhor Paulo cesar Bezerra CPF: 896-069-579-34

Proprietário ou ainda seu procurador, da Fazenda Bezerra

Localizada no município de Paranaíta – MT (**Área___**) autoriza, no interior da propriedade acima mencionada, a soltura de parte dos animais silvestres não havendo a soltura de animais peçonhentos dentro de sua propriedade, a atividade faz parte do P.16 – Programa de Resgate e Salvamento Cientifico da Fauna Silvestre durante as atividades de supressão do reservatório da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Os referidos trabalhos estão sendo executados atualmente pela Biota e Arcadis, contratadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de acordo com a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico **002/2011 e 262/2013**.

Paranaíta, 16 de outubro de 2013.

Paulo Cesar Bezerra

Cia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Ambiental

4789
6.11.68

Hidrelétrica
TELES PIRES

AUTORIZAÇÃO

O Senhor Raul De Oliveira Pinto CPF: 141.814.791-53

Proprietário ou ainda seu procurador, da Fazenda Bacuri

Localizada no município de Paranaíta – MT (**Área 06**) autoriza, no interior da propriedade acima mencionada, a soltura de parte dos animais silvestres não havendo a soltura de animais peçonhentos dentro de sua propriedade, a atividade faz parte do P.16 – Programa de Resgate e Salvamento Cientifico da Fauna Silvestre durante as atividades de supressão do reservatório da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Os referidos trabalhos estão sendo executados atualmente pela Biota e Arcadis, contratadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de acordo com a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico **002/2011 e 262/2013**.

Paranaíta, 16 de outubro de 2013.

Raul de Oliveira Pinto

Cia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaíta – MT
www.uhetelespires.com.br

BRASIL

02001.021680/2013-43
14.11.2013

479
6711/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Paranaíta, 12 de Novembro de 2013.

Carta CHTP – 340/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Encaminhamento de Relatório Anual.

Senhor (a) Coordenador (a):

Em atendimento ao Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, em seus Programas de Monitoramento da Fauna (P.17, P.18, P.19, P.20, P.21, P.22, P.23 e P.24) no item *"9. Relatórios"*, vimos através desta, encaminhar Relatórios Consolidados Anuais dos Programas de Monitoramento da Fauna Silvestre:

Fazem parte deste documento:

Anexo I

Relatório Anual de Monitoramento da **Entomofauna**
Relatório Anual de Monitoramento da **Malacofauna**
Relatório Anual de Monitoramento da **Herpetofauna**
Relatório Anual de Monitoramento da **Avifauna**
Relatório Anual de Monitoramento de **Quirópteros**
Relatório Anual de Monitoramento de **Primatas**
Relatório Anual de Monitoramento de **Mamíferos Terrestres**
Relatório Anual de Monitoramento de **Mamíferos Semiaquáticos**

Sendo assim, certos de estarmos cumprindo os requisitos necessários à manutenção da referida Autorização, colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

DIGITALIZADO NO IBAMA

À analista Mariane

Tenedini, para avaliação.

19/11/2013

Mônica Cristina Carocha da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHIDI/CGENE/DILIC

1791
C711/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo I

Relatório Anual de Monitoramento da Entomofauna, Relatório Anual de Monitoramento da Malacofauna, Relatório Anual de Monitoramento da Herpetofauna, Relatório Anual de Monitoramento da Avifauna, Relatório Anual de Monitoramento de Quirópteros, Relatório Anual de Monitoramento de Primatas, Relatório Anual de Monitoramento de Mamíferos Terrestres Relatório Anual de Monitoramento de Mamíferos Semiaquáticos

02001.022534/2013-35
28.11.13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

Gestão 2013 - 2016

Ofício Nº 086/PMP/DCPC/2013

Paranaíta - MT, 27 de novembro de 2013.

Ao Senhor: Tomaz Toledo
Coordenador Geral
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
IBAMA
NESTA

DIGITALIZADO NO IBAMA

REFERENTE: DECRETO MUNICIPAL Nº 545/2013

Senhor Coordenador,

Venho à presença de Vossa Senhoria, encaminhar o Decreto Municipal nº 545/2013 da Prefeitura Municipal de Paranaíta, o qual "declara em situação de emergência a área territorial do município de Paranaita/MT e dá outras providências".

Renovo a Vossa Senhoria meus protestos de profundo respeito e apreço, na certeza de que buscaremos sempre o melhor para o Município de Paranaíta - MT

Atenciosamente.

Antonio Domingo Rufatto
Prefeito Municipal

À COORD I,
FAVOR MINUTAR OFÍCIO DE RESPOSTA À P.M. DE PARANAÍTA, COM ORIENTAÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PBA E A POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO, POR PARTE DA PREFEITURA, DE DADOS PARA ANÁLISE DO IBAMA.

Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
COGENE/DILIC/IBAMA

À TRF Mariane Tendrini,
para juntar ao processo.
Ofício em resposta encaminhado.

14/01/2016

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 545/2013.

SUMULA: "DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERÍSTICA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA,/MT .E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e deveres legais, especificamente de que a Saúde, Educação, Saneamento Básico Assistência Social, Habitação Popular, Bem-Estar Social e Mobilidade Urbana são direitos de todos e dever do Estado

CONSIDERANDO:

- Que a população do Município de Paranaita/MT, segundo dados oficiais do IBGE, no ano de 2010 era de 10.684 (dez mil, seiscentos e oitenta e quatro) habitantes;
- Que na data de 19/08/2011 foi outorgada Licença de Instalação nº 818/2011 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA em favor da Empresa Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A.- CHTP relativa a UHE Teles Pires, usina hidrelétrica com potência instalada de 1.820 MW e 890,7 MW médios de energia firme, eixo do barramento entre os Municípios de Paranaita/MT e Jacareacanga/PA;

4794
G711/18

- Que em relação à demanda de mão-de-obra do empreendimento, conforme Tabela 4.b apresentada pela CHTP, qual seja, o histograma de distribuição temporal dos empregados, o número inicial em julho/2011 seria de 361 (trezentos e sessenta e uma) contratações e no pico da construção no ano de 2013 chegaria a 7.073 (sete mil e setenta e três) empregados, demonstrando um aumento direto de mais de 70% (setenta por cento) da população de Paranaita/MT;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, conforme os dados oficiais do Sistema de Informação do Ministério da Saúde – SIAB, verifica-se que no comparativo entre o ano de 2009 e 2012 houve aumento significativo no que se refere aos serviços realizados na Atenção Básica do Município, quais sejam: aumento de 16% (dezesseis por cento) no número de famílias cadastradas pela Estratégia de Saúde da Família; aumento de 13,6% (treze vírgula seis por cento), de pessoas cadastradas; aumento de 20% (vinte por cento) no número de consultas médicas na atenção básica realizada; aumento em todos os procedimentos realizados, destacando-se o aumento de 136% (cento e trinta e seis por cento) na administração de medicamentos e 142% (cento e quarenta e dois por cento) no procedimento curativo;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, o Laboratório Municipal demonstrou um aumento de mais de 38% no número de exames realizados na comparação entre o ano de 2010 a 2012, e que os dados do ano de 2013 até o mês de outubro demonstram que os índices passarão de 50% (cinqüenta por cento) de aumento com o fechamento do ano;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, a Farmácia Básica Municipal passou a estar informatizada a partir do ano de 2012 e considerando o número de atendimentos realizados em 2012 que somaram 2004 atendimentos e comparando com os dez primeiros meses de 2013 que já somaram 4.417 (quatro mil, quatrocentos e dezessete) atendimentos, temos um aumento de mais de 45% (quarenta e cinco por cento);

- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, o Hospital Municipal tem aumentado significativamente a produção e para tanto o Município tem investido em profissionais para atender a toda a demanda existente e a partir do ano de 2012 passou-se a ter informações sobre a produção hospitalar, e os dados demonstram que em maio de 2012 o Hospital realizava em média 1.000 (mil) procedimentos mensais e a partir do ano de 2013 estes números aumentaram passando de 2000 procedimentos mês, demonstrando um aumento de 100% (cem por cento);
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, o número de casos registrado de acidente de trabalho aumentou mais de 6.000% (seis mil por cento) passando de 1 (um) caso em 2010 para 61 (sessenta e um) casos até outubro de 2013;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, em 2010 foram realizados 35 (trinta e cinco) exames de gota espessa (exame para diagnostico de malária), passando para 547 (quinhentos e quarenta e sete) exames em 2012, e já realizamos 482 até o mês de outubro de 2013;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, houve um aumento de 51,6% (cinqüenta e um virgula seis por cento) em relação ao número de óbitos ocorridos em Paranaíta nos anos de 2009 a 2012, e poderá ser ainda maior considerando-se que o número de óbitos ocorridos até o mês de outubro de 2013 já é igual ao número total de óbitos do ano anterior;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, outro fator agravante é o aumento do número de óbitos por causas externas passando de 5 (cinco) óbitos em 2009 para 16 (dezesseis) óbitos já nos primeiros 10 meses de 2013, sendo que desses destaca-se os óbitos por agressões que foi 1 (um) em 2009 passando para 8 (oito) em 2013;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, no ano de 2009 havia 47 (quarenta e sete) famílias na espera por uma moradia, em 2010 foram 39 (trinta e nove) famílias, em 2011 foram 11

د

د

(onze), no ano de 2012 foram 273 (duzentas e setenta e três) famílias no ano de 2013 já somaram 261 (duzentas e sessenta e um) famílias, sendo que no total Paranaita possui hoje 631 (seiscentos e trinta e uma) famílias a espera de moradia, demonstrando um aumento de mais de 1.000% (mil por cento) nessa demanda;

- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, até o ano de 2010 não havia fila de espera na Escola de Educação Infantil do Município e em 2011 houve 21 (vinte e uma) crianças aguardando vaga, em 2012 foram 20 (vinte) crianças e em 2013 esse número subiu para 145 (cento e quarenta e cinco) crianças, gerando a necessidade imediata de mais uma Escola de Educação Infantil;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, o fornecimento de água tratada em m^3 aumentou entre o ano de 2009 para o ano de 2013 em 170% (cento e setenta por cento), passando de 173.505 m^3 para 295.068 m^3;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população e de veículos em Paranaíta/MT, a Secretaria Municipal de Obras tem enfrentado muitas dificuldades para garantir a trafegabilidade de suas vicinais em função do aumento do tráfego de veículos pesados a serviço direto ou indireto da construção da Usina Teles Pires, tendo-se constatado que a deterioração das estradas, pontes e bueiros tem ocorrido com maior freqüência do que ocorria nos anos anteriores, bem como a extração de areia no Teles Pires é um dos causadores em função do alto trânsito nas vicinais com o tráfego de caminhões caçamba aliado ao transporte de cimento a granel para a construção da Usina, ocorrendo a destruição de mais de 30 (trinta) pontes e bueiros no período de seca, o que se agravam ainda mais com o período chuvoso que já iniciou em nosso Município;
- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires que ensejou o aumento da população de Paranaíta/MT, o Poder Executivo Municipal não dispõe com recursos próprios de infra estrutura suficiente de pessoal, material, equipamentos, medicamentos e demais recursos necessários para correção de causas determinantes com a urgência que o caso requer e que ao mesmo tempo não pode

ser omisso quanto às providências imediatas ao seu alcance e formalização para providências de todos os órgãos estaduais e federais correlatos;

- Que em razão do empreendimento da UHE Teles Pires, ou seja, a causa determinante dos problemas gravíssimos e irremediáveis que dará ensejo à paralisação e a ineficiência dos serviços públicos essenciais prestados à população de Paranaita/MT;
- Que o Município de Paranaita/MT ajuizou juntamente com o Ministério Público Estadual e o Município de Alta Floresta/MT Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada em desfavor da empreendedora da UHE Teles Pires em razão de ser esta a causadora de todo dano ao interesse público comprovados, bem como por estar a mesma obrigada legalmente e contratualmente a executar compensações econômicas e ambientais nos Municípios impactados;
- Que em razão da gravidade e urgência o pleito liminar foi parcialmente concedido, contudo, foi posteriormente revogado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso;
- Que, muito embora o Município recorrerá oportunamente na tentativa de reverter a citada Decisão, os serviços públicos e o atendimento ao interesse público encontram-se flagrantemente violados.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada em toda a extensão territorial do Município de Paranaita/MT, a existência de SITUAÇÃO ANORMAL provocada por motivo de força maior, a qual é caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA para que produza todos os devidos e legais efeitos, em função dos fatos acima narrados.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação devendo vigorar até por prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo este prazo ser alterado conforme situação fático\técnica.

Art. 3º - Publique-se no Diário Oficial do Estado, da União e da Associação dos Municípios Matogrossense, encaminhando-se imediatamente cópias a Secretaria de Estado de Saúde Escritório Regional de Saúde de Alta Floresta/MT Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Gabinete do Governo do Estado de Mato Grosso.

Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Funai, Ibama, Gabinete da Presidência da República, BNDS, Ministério Público Estadual da comarca de Paranaita/MT e Ministério Público Federal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 22 de novembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

4799
671/08

POPULAÇÃO IBGE

4800
6711/08

Español English procure no IBGE

O Cidades é uma ferramenta para se obter informações [illegible] Brasil num mesmo lugar. Aqui são encontrados gráficos, tabelas, [illegible] que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras.

Mato Grosso » Paranaíta » infográficos: evolução populacional e piramide etária

[illegible] LINK http://cod.ibge.gov.br/OWHC

1991	12 173	2 027 231	146 825 475
1996	8 115	2 208 665	156 032 944
2000	10 254	2 504 353	169 799 170
2007	11 540	2 854 642	183 987 291
2010	10 684	3 035 122	190 755 799

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010

0 a 4 anos	322	298	99 654	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 a 9 anos	467	112	[illegible]	124 140	[illegible]	[illegible]
10 a 14 anos	543	487	144 212	137 391	8 724 960	[illegible]
15 a 19 anos	509	498	144 304	140 078	8 558 457	[illegible]
20 a 24 anos	445	413	145 628	140 398	8 629 807	[illegible]
25 a 29 anos	445	381	144 201	139 966	8 460 631	[illegible]
30 a 34 anos	403	377	133 907	131 763	7 717 365	[illegible]
35 a 39 anos	392	399	119 062	116 423	[illegible]	[illegible]
40 a 44 anos	481	367	104 049	104 299	[illegible]	[illegible]
45 a 49 anos	448	343	95 223	89 384	[illegible]	[illegible]
50 a 54 anos	365	303	77 106	71 659	4 834 828	[illegible]
55 a 59 anos	331	[illegible]	58 913	54 498	[illegible]	[illegible]
60 a 64 anos	[illegible]	134	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
65 a 69 anos	128	106	31 533	28 934	[illegible]	[illegible]
70 a 74 anos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
75 a 79 anos	56	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
80 a 84 anos	25	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
85 a 89 anos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
90 a 94 anos	3	2	1 319	1 472	[illegible]	[illegible]
95 a 99 anos	0	2	[illegible]	539	[illegible]	[illegible]
Mais de 100 anos	0	0	114	164	[illegible]	[illegible]

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

4802
6711/08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 818/2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República de nº 604 de 25 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto nº [illegible]099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007, e o art. 95 item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U. de 21 de junho de 2002 **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Instalação à

EMPRESA [illegible]
CNPJ [illegible]
END[illegible]
CEP [illegible] **UF** [illegible]
TELEFONE [illegible]
REGISTRO [illegible]08-7[illegible]

Relativa à UHE [illegible] MW e 890,7 MW médios de [illegible] MT (margem esquerda) e [illegible] 9°21'04" S e 56°46'39" W [illegible] o d'água com área total de [illegible] km, com espelho [illegible] A casa de força abriga 5 (cinco) unidades geradoras com [illegible] Francis.

Esta licença contempla as atividades a serem desenvolvidas nos sítios construtivos e que se referem, conforme o Relatório do Processo de Licenciamento [illegible] Subestação, na margem direita do rio Teles [illegible] com 7,5 km de extensão, com [illegible] direita, com duas estações [illegible] tratamento de resíduos sólidos [illegible] estação de tratamento de [illegible] industrial e uma de água potável na margem esquerda, duas [illegible] tratamento de [illegible] industrial e duas de água potável na margem direita, uma estação de tratamento de resíduos na margem esquerda, aterro sanitário na margem esquerda, incinerador de resíduos sólidos, usina de triagem de resíduos, canteiros industriais nas margens esquerda e direita, Balsa e ponte sobre o rio Teles Pires. Acessos provisórios, um na margem esquerda, com extensão de 27 km e outro na margem direita, com extensão de 85 km, Acesso definitivo, na margem esquerda, com extensão de 30,4 km, com uma ponte de concreto armado. Bases de resgate de animais, duas bases provisórias, uma na margem esquerda e uma na margem direita, duas bases de resgate definitivas, uma na margem esquerda e uma na margem direita.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 4 (quatro) anos e está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são parte integrante deste documento.

Brasília/DF

19 AGO 2011

CURT TRENNEPOHL
Presidente do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 818/2011

1 Condicionantes Gerais

1.1 A concessão desta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 Quaisquer alterações nas especificações do empreendimento ou dos programas ambientais aprovados deverão ser precedidas de anuência do IBAMA. Inclui-se nesta condicionante qualquer alteração que possa implicar impactos socioambientais diferenciados em relação às previsões do PBA.

1.3 A implantação de estruturas não contempladas nesta licença deverá ser objeto de consulta e anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.

1.4 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença, quando ocorrer:

a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

c) superveniência de graves riscos ambientais ou de saúde.

1.5 A prorrogação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada sua vigência.

1.6 Esta Licença não autoriza a supressão de vegetação.

1.7 Perante o IBAMA a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. é a única responsável pelo atendimento das condicionantes estabelecidas nesta licença.

2 Condicionantes Específicas

2.1 Implementar os Planos e Programas elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma aprovados para efeitos de emissão da presente licença:

- Plano de Gestão Ambiental
- Plano Ambiental de Construção – PAC
- Programa de Monitoramento de Sismicidade
- Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais Sujeitas a Processos Erosivos
- Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias
- Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
- Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico
- Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade de Água
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna
- Programa de Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras
- Programa de Monitoramento de Entomofauna Bioindicadora
- Programa de Monitoramento da Malacofauna de Interesse Médico
- Programa de Monitoramento da Herpetofauna
- Programa de Monitoramento da Avifauna
- Programa de Monitoramento de Quirópteros
- Programa de Monitoramento de Mamíferos Semi-Aquáticos
- Programa de Monitoramento de Primatas
- Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna
- Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto
- Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas
- Programa de Implantação da Área de Preservação Permanente do Reservatório – APP

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 818/2011

- Programa de Recomposição Florestal
- Programa de Compensação Ambiental – Unidade de Conservação
- Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra
- Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais
- Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais
- Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo
- Programa de Compensação pela Perda e Deslocamento Compulsório de População
- Programa de Controle de Prevenção de Doenças
- Plano de Ação e Controle da Malária
- Programa de Preservação do Patrimônio Cultural e Histórico e Arqueológico
- Programa de Interação e Comunicação Social
- Programa de Educação Ambiental
- Programa de Investigação Genética de Ictiofauna
- Programa de Repovoamento de Ictiofauna Nativa a Jusante
- Programa [illegible]
- [illegible] do Patrimônio Fossilífero
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]

2.2 Apresentar [illegible] periodicidade semestral [illegible] relatórios deverão conter [illegible] técnico competente. Deverão [illegible] numeração das páginas [illegible] assinatura dos responsáveis técnicos pelo [illegible] registro dos profissionais nos [illegible] no Cadastro Técnico Federal [illegible]

2.3 Apresentar [illegible] do Projeto Básico Ambiental [illegible] apresentadas nos Pareceres [illegible] IBAMA/DILIC/IBAMA referentes [illegible] 2011

2.4 Em [illegible] as seguintes orientações:

a) FUNAI: atender [illegible] Ofício nº 786/2011/CGLIC/FUNAI-MJ;

b) IPHAN: atender [illegible] Ofício nº 159/2011 – IPHAN/Diretoria;

c) MS/SVS: [illegible] atender [illegible] disposto [illegible] Parecer Técnico Nº 16/2011/COPNCM/DEVEP/SVS/MS e ATCS Nº 06/2011

d) SPU: atender ao disposto no Ofício nº 690/SPU-MP

2.5 Apresentar previamente às intervenções nos corpos d'água, as Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos referentes às captações de água e lançamento dos efluentes.

2.6 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma detalhado de construção das instalações acessórias ao alojamento (ETA, ETE, aterro sanitário, acessos).

2.7 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, medidas de controle direcionada aos focos de emissão de material particulado e tráfego de veículos pesados entre a jazida de empréstimo de solo na margem esquerda e o alojamento.

2.8 Realizar o monitoramento de sismos de modo contínuo, ao longo de toda a vida útil do empreendimento.

2.9 Estender, no âmbito do Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água (P.12), a malha amostral prevista, de forma a abranger, com periodicidade semestral, os pontos amostrados pelo Programa de Monitoramento da Ictiofauna (P.25).

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 818/2011

2.10 No Programa de Investigação de Contaminação por Mercúrio (P.13)

a) Apresentar, até o oitavo mês após o início das obras, relatório contendo os resultados da primeira campanha objetivando a definição do quantitativo de campanhas a serem realizadas antes do enchimento;

b) Realizar campanhas de coletas de sedimentos e solos antes e após o enchimento do reservatório

2.11 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de utilização das mudas produzidas até o terceiro ano de atividade, no âmbito do Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas (P.14)

2.12 Apresentar, no momento do requerimento da Licença de Operação, o arranjo amostral e a localização dos módulos relativos ao Programa de Monitoramento da Flora (P.15). O documento deverá prever a instalação de parcelas nas ilhas aluviais

2.13 Apresentar revisão do Programa de Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras (P.04), a qual deverá contemplar: (i) número mínimo de participantes, (ii) quantitativo de horas de capacitação, (iii) material utilizado para a capacitação, (iv) fluxograma de trabalho do resgate; (v) parâmetros limnológicos quantitativos, e (vi) especificações técnicas dos equipamentos utilizados para o resgate, incluindo os aeradores das ensecadeiras e as caixas de transporte. O programa deverá ser submetido ao IBAMA para aprovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias ao início das atividades

2.14 Apresentar plano de trabalho para alternativa mecânica de transposição de ictiofauna na fase de desvio do rio Teles Pires. O documento deverá apresentar: (i) os responsáveis pela execução dos procedimentos; (ii) croqui das estruturas, e (iii) especificações dos equipamentos. O documento deverá ser submetido ao IBAMA para aprovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias ao início das atividades

2.15 Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as áreas selecionadas para soltura dos animais resgatados. O documento deverá incluir: (i) a caracterização fisionômica das áreas; (ii) capacidade de suporte embasada em estudo específico; e (iii) mapas elaborados com base em imagens georeferenciadas

2.16 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o plano de trabalho relativo ao Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais (P.37). O referido Plano de Trabalho deverá ser organizado por semestre, apresentando as principais atividades a serem realizadas, cronograma de execução e indicadores de acompanhamento

2.17 No Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório da População (P.40)

a) Disponibilizar em local de fácil acesso os documentos de referência: caderno de preço e cadastro socioeconômico;

b) Estender por 03 (três) anos o monitoramento da reinserção social para todas as categorias sociais, inclusive para o público praticante de extrativismo vegetal em área de inundação ou áreas para implantação do canteiro de obra;

c) Prever como medida de tratamento, o reassentamento em unidade habitacional para os públicos: (i) Gerentes ou caseiros de propriedade rural – cuidam e administram as atividades em fazendas, propriedades de terceiros – são empregados e moram na propriedade com a família; e empregados assalariados residentes em propriedade rural; (ii) Arrendatário, meeiro ou similar, que explora propriedade rural de terceiros e reside na mesma

d) Apresentar os indicadores (qualitativos e quantitativos) que serão adotados em até 30 (trinta) dias antes da execução das atividades de monitoramento da reinserção social;

e) Acrescentar no rol dos indicadores de acompanhamento do Programa: (i) percentual de processos concluídos amigavelmente; (ii) percentual de processos ajuizados; (iii) avaliação da satisfação do público do programa, obtida por meio de pesquisa de opinião.

f) Toda ação de indenização e remanejamento deve ser precedida da realização do cadastro socioeconômico, da elaboração de caderno de preços e da elaboração dos respectivos Laudos de Avaliação,

g) Todos os laudos devem ser assinados pelos interessados e deve ser fornecida uma cópia do documento ao interessado

2.18 No Programa de Interação e Comunicação Social (P.41)

a) Promover, a partir do 04º mês da obra, 04 campanhas de comunicação voltadas ao enfrentamento e combate da prostituição e exploração sexual infantil, envolvendo especialmente, parcerias com instituições locais

b) Promover seminários/reuniões públicas, com periodicidade anual, para divulgação dos principais resultados dos Programas Ambientais,

c) Aferir semestralmente, por meio de pesquisa direta, o grau de informação da população da região, segregada em população da AII – Paranaíta e Alta Floresta e população Diretamente Afetada (ADA),

d) Ampliar até o [illegible] mês da obra a duração da Campanha Geral de Divulgação do Empreendimento;

2.19 No Programa [illegible] Equipamentos Sociais (P.36):

a) [illegible] as atividades [illegible] Alta Floresta – [illegible] cronograma de [illegible]

b) [illegible] TP e o Poder [illegible] a UHE Teles [illegible]

c) [illegible] instalação e do [illegible] de Mitigação e [illegible]

d) [illegible] prazo [illegible] específicos para [illegible] infantil, dentro do [illegible]

e) [illegible] infantil como área para [illegible] assistência social [illegible] Trabalho e [illegible] ambiental

f) [illegible] assistência social que [illegible] em Alta Floresta e Paranaíta [illegible] instituições

2.20 [illegible] Diretores de Paranaíta e [illegible] ocasião do requerimento [illegible]

2.21 Apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, Plano de Trabalho para execução do Diagnóstico Rápido Participativo, no âmbito do Programa de Educação Ambiental

2.22 No Programa de Compensação Ambiental – Unidade de Conservação informa-se com base na Lei nº 9.985/00 (SNUC) e no Decreto nº 6.848/2009 que o valor da compensação ambiental referente à UHE Teles Pires é de R$ 15.971.258,00 (quinze milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais), assumindo o Grau de Impacto do empreendimento em 0,5 e o Valor de Referência de R$ 3.194.251.565,00 (três bilhões, cento e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos e sessenta e cinco reais)

4807
6711/08

Gestão 2013 - 2016

HISTOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS EMPREGADOS

Tabela 4.b
Histograma de distribuição temporal dos empregados

Item	Descrição	2011									2012										2013										2014										2015		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
		jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
1	Mão de Obra Direta - Obras Civis	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543
2	Mão de Obra Indireta - Obras Civis	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644
3	Mão de Obra Subcontratada - Obras Civis	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644	1.644
4	Mão de Obra Direta - Montagem	0	0	0	0	0	0	0	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
5	Mão de Obra Indireta - Montagem	0	0	0	0	0	16	0	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
6	Mão de Obra Subcontratada - Montagem	0	0	0	0	0	16	26	116	116	164	164	202	202	262	326	326	326	362	442	442	442	442	442	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562	562
	TOTAL	361	1.386	2.653	3.473	3.222	2.854	3.114	3.241	3.590	3.907	3.631	3.938	4.685	4.806	5.420	4.520	5.473	5.671	6.753	6.932	7.073	4.865	5.106	5.772	4.783	5.396	6.386	4.844	4.569	4.361	3.465	3.742	4.282	3.995	3.274	3.500	3.105	3.197	3.037	3.185	2.638	2.301	1.778	1.871	1.583

4808
6411/09

4809

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO DE FAMÍLIAS NA FILA DE ESPERA PARA HABITAÇÃO PERÍODO ANO DE 2009 À 2013

INFORMAÇÕES DE DEMANDA REPRIMIDA DA HABITAÇÃO

DADOS DA DEMANDA REPRIMIDA DE HABITAÇÃO – ANO

ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013
47	39	11	273	261

TOTAL DE DEMANDA REPRIMIDA: 631
TOTAL DE DEMANDA REPRIMIDA COM PRE CADSTRO: 435
OBSERVAÇÃO: ANO DE 2013 - COM PRÉ CADASTROS HABITAÇÃO – 65
- SEM PRE CADASTRO HABITAÇÃO -196

ATENDIMENTO GERAL EM FUNÇÃO DA HABITAÇÃO – MENSAL - 2013

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Não	Não	126	15	48	26	14	15	17	20
informado	Informado								

OBSERVAÇÃO: DADOS REGISTRADOS DE PESSOAS A PROCURA DE HABITAÇÃO – NÃO FORAM REALIZADOS CADASTROS DE HABITAÇÃO SOMENTE ORIENTAÇÕES , POR NÃO TER PREVISÃO DE NOVOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL EM PARCERIAS COM O MUNICIPIO. ASSIM MUITAS PESSOAS AO FAZIAM SEUS PRÉ CADASTROS E A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL NÃO ATENTOU-SE PARA O NUMERO DE DEMANDA DE HABITAÇÃO.

CADASTRO PARA HABITAÇÃO - MENSAL - 21013

JAN	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
17	06	06	01	01	06	05	01	02	20

OBSERVAÇÃO: DADOS REGISTRADOS DE PESSOAS A PROCURA DE HABITAÇÃO – FORAM REALIZADOS PRE CADASTROS DE HABITAÇÃO DAS PESSOAS A PEDIDO DA MESMA PARA FUTURAS INSCRIÇÃO PARA NOVOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL ESTADUAL EM PARCERIAS COM O MUNICIPIO.

Avenida João Lopo de Souza, s/n – Centro – Fone: (66) 3563 1304 – E-mail: crasparanaitamt@hotmail.com

4810
6/11/13

LISTA DE RESERVA
DEMANDA REPRIMIDA DA HABITAÇÃO- 2013
PERÍODO JANEIRO A OUTUBRO

N°	NOME	ENDEREÇO
1.	LUZIA JOAO DOS SANTOS	JD ESPERANÇA, RUA JOAO PESSOA, N° 82
2.	MARIA SUELENE DA SILVA	JD ESPERANÇA, RUA BELEM, N° 124
3.	MARLI DA ROCHA	JD ESPERANÇA, AV. BRASILIA, N° 325
4.	MARTA PEREIRA DE SOUZA	SETOR SEI (PISCINA), RUA 601, N° 595
5.	FRANCISCO EDIEL DE SOUZA MACEDO	SETOR SUL, RUA 104, N° 136
6.	CRISTIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	JD NOVO HORIZONTE, RUA NH 13, N° 56
7.	ODAIR JOSE DE MORAIS	SETOR SEI (PISCINA), RUA 601, N° 129
8.	MARIA JOSE DA SILVA	JD ESPERANÇA, RUA SÃO PAULO, N° 42 (FUNDOS)
9.	ODACIA DIAS FERREIRA	COHAB, RUA PRINCIPAL
10.	DANIELA M. CORDEIRO DE CAMPOS	SERRARIA DO JUAREZ BAITACA, PRIMEIRA VICINAL LESTE
11.	ELISANDRA APDA CARVALHO DA SILVA	SETOR SUL, RUA 105, N° 27
12.	NELSON FRANCISCO	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 124, N° 66
13.	JUSCILEIDE MOREIRA DA SILVA	JD ESPERANÇA, RUA BELO HORIZONTE, N° 207
14.	MARIA JOSIANE NUNES DE OLIVEIRA	JD ESPERANÇA, RUA RIO DE JANEIRO, N° 50
15.	CARLOS ALBERTO HERNANDES	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 114, N° 180
16.	MACKELLE SANTOS DE OLIVEIRA	JD ESPERANÇA, AV. BRASILIA, N° 45
17.	CECILIA MARTINS DE OLIVERA	COHAB, RUA PRINCIPAL
18.	TATIANE BENVINDO DE OLIVEIRA	SETOR INDUSTRIAL, RUA 408, N° 203
19.	OSMARINA MARTINS SOUZA SANTOS	COAHB, AREA DA CEMAT, FUNDOS DO BAR
20.	ANDREIA DA SILVA RODRIGUES	SETOR NORTE II (CLUB), RUA 119, N° 80
21.	ANA LUISA ERMINIO DA SILVA	SETOR NORTE II (CLUB), RUA 125, N° 23
22.	NILDO HERNANDES DE SOUZA	MANDACARU, SITIO HELENA
23.	MARLENE SIQUEIRA SANTOS	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 112, N° 196
24.	DALZINA AP. OLIVEIRA	
25.	TEREZA OLIVEIRA PINTO	VILA BOA ESPERANÇA, CHACARA 05

Avenida João Lopo de Souza, s/n - Centro – Fone (66) 3563 1304 - E-mail: crasparanaitam@hotmail.com

4811
6/11/68

26.	AGRIMALDO ALVES DE GUARDA	COHAB. RUA PRINCIPAL
27.	CRISTIANE AP. ANTUNES	JD AMAZONIA, RUA VITORIO REGIA, SN
28.	ORLANDO	8434-5433
29.	ARMINDO LEITE	9979-9704
30.	NELSON FRANCISCO	9961-5037
31.	KARINE P. FARIAS	8461-6234
32.	NEUSA SANTOS FERREIRA	8452-5799
33.	SIMONI	9933-5879
34.	JOICE FERREIRA LIMA	8410-4826
35.	VANIR DO ROSARIO	
36.	ADILES AP. CASTRO	8439-9520
37.	JOAO RODRIGUES DE OLIVEIRA	
38.	DORCELINA SOUZA MIRANDA	SETOR SEI (PISICINA), AMAZONIA MOTOS
39.	MILENA SALVATERRA MERA	(65) 9236-4282
40.	DILMA MARTINS SANTOS	8432-5646/99251327
41.	MARIA AP. VENANCIO	8433-0386
42.	SUZILENE	9986-0808
43.	LUZINETE GOMES OLIVEIRA	
44.	JOAO MARIA R. SANTOS	
45.	FRANCIELI MACHADO	8439-0226 – SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 124, N° 65
46.	ALZILENE BATISTA ABREU	8428-8635
47.	LUZIA DO ROSARIO	8438-9487
48.	GENDRIANE BRAUM	9904-2401
49.	ALVARO SOUZA LIMA	SETOR NORTE II (CLUB) 9237-4726
50.	JESSICA RAILINE	8452-5258
51.	SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA	9966-3204
52.	MATILDE AP. DE OLIVEIA	
53.	LUCIA MARIA DE JESUS	FAZENDA CASTANHEIRA 8452-5838
54.	EDIMARA FERREIRA RODRIGUES	
55.	MARINALVA PEREIRA DOS REIS	8404-2079

Avenida João Lopo de Souza, s/n – Centro – Fone (65) 3563 1304 – E-mail: crasparanaita@hotmail.com

4812
6/11/18

56.	MARLENE	8433-5097
57	FERNANDA SANTOS LIMA	8448-3410
58.	JOSE LIMA DA SILVA	9996-4410/9918-1149
59.	ALESSANDRA FERREIRA GARZES	8452-5799 JD AMAZONIA/SERRARIA
60.	OLINDA OLIVEIRA	COAHB
61.	MARCILIO SIMAO	COAHB
62.	JANAINA SANTOS	8438-9422
63.	NOEMI SANTOS	8438-9422
64.	NIEL RODRIGUES	SETOR NORTE II (CLUB), RUA 125, N° 144
65.	ARISTIDES VASMAN	SETOR PISCINA

Avenida João Lobo de Souza, s/n – Centro – Fone: (66) 3[illegible] E-mail: [illegible]

4813
C711/08

LISTA DE RESERVA
DEMANDA REPRIMIDA DA HABITAÇÃO- 2009

Nº	NOME	ENDEREÇO
01	MARIA DE FATIMA GONÇALVES	JARDIM ESPERANÇA
02	LUZINTE CONCEIÇÃO DA SILVA SIMÃO	JARDIM ESPERANÇA
03	MARINÊS BRAGA DA COSTA	SETOR SUL II
04	ORISVALDO PORPERIO DA ROCHA	JARDIM ESPERANÇA
05	WILSON BARBOSA DA SILVA	SETOR PISCINA
06	LUCIANA GARCIA	FAZENDA VOLPE
07	ORLANDO BARTZIKI	JARDIM ESPERANÇA
08	KATIA REGINA PALMA	RUA BELO HORIZONTE
09	EVA APARECIDA DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
010	ELIMANI BUTOLINI	RUA RIO DE JANEIRO
011	FATIMA APARECIDA	RUA 127
012	MARLENE RUIZ PETEAN	SETOR PSICINA
013	VANDERCI DA COSTA	JARDIM ESPERANÇA
014	LAURISSA DA COSTA MACEDO	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO
015	OZELIA DA SILVA	SETOR ZANETTE
016	LUIZ PEREIRA LIMA	SETOR PSICINA
017	REGINA HENRIQUE	SETOR PSICINA
018	ALOÍSIO FRANCISCO HENZ	SETOR INDUSTRIAL
019	ESTER JUSTINA GONAÇALVES	JARDM ESPERANÇA
020	EMIMARIA ECKERT SANTANA	JARDIM ESPERANÇA
021	APARECIDA RAMIRES PIRES	COMUNIDADE NOSSA Sª DAS DORES
022	VIVIANE CRISTINA KURTZ	SETOR ZANETTE
023	CLAUDIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	SETOR ZANETTE
024	GERALDINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	JARDIM ESPERANÇA
025	LUCILENE BARBOSA DA CRUZ	JARDIM ESPERANÇA
026	MARIA MALVINA ROCHA	SERRARIA CEU AZUL
027	ELAINE CRISTINA NASCIMENTO	JARDIM AMAZONIA

Avenida João Lopo de Souza, s/n - Centro – Fone (66) 3563 1504 E-mail: crasparanaitamt@hotmail.com

4814
8/11/09

028	JOVENTINA APARECIDA DA SILVA	SETOR INDUSTRIAL
029	ERICA DOS SANTOS ALVES	JARDIM ESPERANÇA
030	INÊS CARLOS DA CRUZ	COHAB
031	MARIA APARECIDA FERREIRA LIMA	JARDIM ESPERANÇA
032	VIRGINIO PEREIRA RAMOS	CHÁCARA DO ADEMIR
033	MARIA DE FÁTIMA QUEIROZ GONÇALVES	JARDIM ESPERANÇA
034	JOANA DA LUZ PIRES	SERRARIA MADAL
035	ANA PAULA FELIPE DE MELO	JARDIM ESPERANÇA
036	ROSELIA DA SILVA	SETOR ZANETTE
037	VILMARA DOS SANTOS FERREIRA	SETOR PISCINA
038	DARIELE MITTELSTAEDT	2 VICINAL SUL
039	MANOEL FORTUNATO DO CARMO	JARDIM ESPERANÇA
040	JULIO NOGUEIRA DOS REIS	
041	DORALICE DIAS DOS REIS	SETOR NORTE
042	JOSIANE LIMA PIRES	SERRARIA MADAL
043	SIDALIA DA SILVA LIMA	SETOR PISCINA
044	PEDRO PAULO MAKOHIN	SETOR SUL
045	ALFREDO LEITE	SETOR INDUSTRIAL
046	DORVALINA DE BRITO BENVINDO	SETOR INDUSTRIAL
047	CESARINO TIMOTIO MARINHO	JARDIM ESPERANÇA

4815
C/11/68

LISTA DE RESERVA
DEMANDA REPRIMIDA DA HABITAÇÃO- 2010

Nº	NOME	ENDEREÇO
01	SEBASTIÃO NUNES DA SILVA	RANCHO NOVO ESTRADA FLORESTA AZUL
02	MARIA FERREIRA DE SOUZA DOS SANTOS	LIXÃO
03	MARLI DOS SANTOS	RUA CAMPO GRANDE -JARDIM ESPERANÇA
04	MA RCELO MIGUEL DA SILVA	SETOR INDUSTRIAL
05	JUCILE STEFANI MINEIRO DE SOUSA	RUA CURITIBA - JARDIM ESPERANÇA
06	JOSE MENDES VALADAR	RUA 5 SETOR DO CLUBE
07	JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA	RUA BLUMENAU FUNDOS
08	JONAS LOPES DE AZEVEDO	FAZENDA MATA VERDE
09	JOÃO MARIA VENANCIO	COAHB – RUA 01
010	JANICLEIA GAONÇALVES BRESSANIM	SETOR ZANETTI
011	ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS	COHAB
012	CRISTINA DE FATIMA OLIVEIRA	SETOR DO CLUBE
013	CLEONICE FERREIRA RODRIGUEES MOURA	SETOR DO CLUBE
014	CLAUDIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	RUA 126 –SETOR ZANETTE
015	APARECIDA HAMIRES PIRES	COMUNIDADE Nª Sª DAS DORES
016	ANTONIO BANDEIRA DA SILVA	RUA BLUMENAU JARDIM BOA ESPERANÇA
017	ANDRESSA DA SILVA SARMENTO	JARDMIN ESPERANÇA
018	ANA PAULA GOMES	JARDIM ESPERANÇA
019	ADRIANA VANESSA BILHA	JARDIM ESPERANÇA
020	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	RUA RIO BRANCO JARDIM ESPERANÇA
021	MARIA HELENA VIEIRA	SETOR PISCINA
022	INDINARA FERNANDA DE OLIVIERA	SETOR NORTE II
023	MARIA CRISTINA CORREA	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO
024	FRANCISCO ROMAM	COMUNIDADE NOVA UNIÃO
025	VILMA ALVES DOS SANTOS SOUSA	JARDIM ESPERANÇA
026	LUCIMARE DOS SANTOS FERREIRA	SETOR NORTE I

027	SILVANGELA FERREIRA LEITE	COHAB
028	MARINÊS PIRES DOS SANTOS	COHAB
029	MARIA ELENA TEIXEIRA	COHAB
030	MARCIA APARECIDA XAVIER	NOVO HORIZONTE
031	APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	SETOR NORTE II
032	CLARICE CAMARGO	COHAB
033	LAURIVAL MEYER	JARDIM ESPERANÇA
034	LUCIANA DA SILVA RIBEIRO	JARDIM ESPERANÇA
035	GILBERTO DIAS DO VALE	SETOR PSICINA
036	OSMARINA MARTINS SOUZA	SETOR NORTE I
037	NILSE SELZZLEIN	JARDIM ESPERANÇA
038	FANCISCO BEZERRA DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
039	NILSA DA SILVA	COHAB

LISTA DE RESERVA
DEMANDA REPRIMIDA DA HABITAÇÃO- 2011

N°	NOME	ENDEREÇO
01	MARIA APARECIDA MENDES DELFINO	JARDIM ESPERANÇA
02	VANDERLEI RODRIGUES DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
03	JOELMA RODRIGUES DA SILVA	JARDIM SPERANÇA
04	DARIO DUENDA	JARDIM AMAZONIA
05	MARIA MAVINO ALVES DA ROCHA SHMOELLER	JARDIM ESPERANÇA
06	MARIA DE LURDES RIBIERO DE JESUS	COAHB
07	HELENA HOLA DA SILVA	RUA 601- SETOR PISCINA
08	IRENE MARIA ALVES DO CARMO	COMUNIDADE SANTISSIMA TRINDADE
09	DALZINA APARECIDA DE OLIVEIRA	JARDIM AMAZONIA
010	ODACIA DIAS FERREIRA	COAHB
011	DIENEI PEREIRA DE OLIVEIRA	NOVO HORIZONTE

4814
6/11/08

Avenida João Lopo de Souza s/n - Centro - Fone: (66) 3563-1304 - E-mail: crasparanaitamt@hotmail.com

LISTA DE RESERVA
DEMANDA REPRIMIDA DA HABITAÇÃO- 2012

Nº	NOME	ENDEREÇO
01	FRANCISCO ALVES COSTA	RUA 133- SETOR NORTE II
02	JOSE JULIO DE OLIVEIRA	AV. Mª ELIZA SETOR SEI (PISICINA)
03	VALDIR MARTINS DE MOURA	RUA 118 - SETOR NORTE I
04	ADENIZE DE OSUZA	RUA PALMAS – JARDIM ESPERANÇA
05	MARINALVA APARECIDA DOS SANTOS PIRES	RUA 133-SETOR NORTE II
06	APARECIDA RODRIGUES	RUA FORTALEZA – JARDIM ESPERANÇA
07	SANDREIA SANTANA GOMES	RUA 124 – SETOR NORTE I
08	MARIA MEIRE ALVES PESSOA	RUA 601-SETOR PSICINA
09	JUCILEN CAETANO DA ROCHA	AV. GUANABARA JARDIM ESPERANÇA
010	LUCINEIA DA SILVA	RUA 122-SETOR NORTE I
011	MARIA ETERNA DE SOUZA RIBEIRO	RUA 131 – SETOR II
012	MIREELE DA SILVA PIRES	JARDIM NOVO HORIZONTE
013	LELIANE GONÇALVES DOS SANTO LEITE	SERRARIA SHALON
014	VALDECIR PEREIRA PASSOS	COHAB
015	FERNANDA DOS SANTOS LIMA	SETOR PSICINA
016	JOCELMA DE BRITO FERREIRA	SETOR SUL FUNDOS
017	EXPEDITO MARIANO FERREIRA	SETOR INDUSTRIAL
018	DINAYANE DE ARAUJO DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
019	JOSIVANE DA SILVA LUIZ	JARDIM ESPERANÇA
020	NIEL RODRIGUES	RUA 133
021	IVONE DE OLIVERIA	JARDIM ESPERANÇA
022	JOSE RODRIGUES DE SOUZA	MANDACARU
023	ALOINA ANTUNES NOVAK	SETOR CLUBE
024	JAIME ANTONIO BENTO	JARDIM ESPERANÇA
025	VALDECIR PEREIRA PASSOS	COHAB
026	JOSÉ VITORINO DA SILVA	SETOR CLUBE

4918
6/11/08

027	CLEITON JODE OLIVEIRA	RUA BLUMENAU
028	MERY IVO PETTERSON	JARDIM ESPERANÇA
029	MARIA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA	SETOR PISCINA
030	LUCELENE BARBOSA DA CRUZ	JARDIM ESPERANÇA
031	MARCILIA SIMÃO	COHAB
032	VILMA ALVES SANTOS SOUZA	JARDIM ESPERANÇA
033	SONIA LOPES LAURINDO	SETOR ZANETTE
034	MARIA AP. PEREIRA INÁCIO	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO
035	JUCELENE FREIRE DE SOUZA	SETOR PSICINA
036	ROSIMARA FREIRE DE SOUZA	SÃO PEDRO
037	SONIA ALVES PIPPER	JARDIM ESPERANÇA
038	MAIANE DESOUZA CRUZ	SETOR PISCINA
039	THIAGO BARBOSA VIANA	SETOR NORTE
040	VADERLEIA PENHA DE SOUZA	ASS. SÃO PEDRO
041	SIMONE AP.DA SILVA	FAZENDA CASTANHEIRA
042	NILO JOSÉ DA ROCHA	COHAB
043	ANTONIO CARDOSO	COHAB
044	TEREZA GONZALES	SANTA TERESINHA
045	CECILIA MARTINS DE OLIVEIRA	COHAB
046	SANDRA DOS SANTOS DE SOUZA	SETOR CLUBE
047	JUCILSIA CAETANO DA ROCHA	NOSSA TERRA NOSSA GENTE
048	FABIANA VIEIRA DOS SANTOS	COHAB
049	PEDRO LEONARDO TERRAS	ASS.SÃO PEDRO
050	MARIA TRINDADE PEREIRA	JARDIM ESPERANÇA
051	VENANCIO TON JOSÉ DE OLIVEIRA	JARDIM ESPERANÇA
052	CLAIR FERNANDES	JARDIM ESPERANÇA
053	ELIZABETH AGUILERA	SETOR CLUBE
054	ALOISA FANCISCO HENZ	SETOR INDUSTRIAL
055	JOSEOSCAR VENANCIO	JARDIM ESPERANÇA
056	ADEMIR ALVES DA SILVA	SETOR CLUBE

Avenida João Lopes de Souza, s/n - Centro - Fone: (66) 3563 1304 - E-mail: crasparanaitamt@hotmail.com

4819
6/11/13

057	ARIELE SOARES LIMA	JARDIM ESPERANÇA
058	MARCOS ANTONIO MAKOHIN	JARDIM ESPERANÇA
059	MARCIA KRAK	JARDIM ESPERANÇA
060	ANTONIO CARDOSO	COHAB
061	FELISBERTO PEREIRA GOMES	JARDIM ESPERANÇA
062	LUCIMARA DA SILVA	MADEREIRA Nº11
063	DELZINA AP. DE OLIVIERA	SETOR PSICINA
064	CLEONICE DA CRUZ DIAS DE MOURA	JARDIM ESPERANÇA
065	ERICA DOS SANTOS ALVES	JARDIM ESPERANÇA
066	ADRIANA FIDELIS SILVA	NOSSA TERRA NOSSA GENTE
067	CLAUDINEIA VALLINE DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
068	DINAYNE DE ARAUJO DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
069	ALANE A SILVA PEREIRA	SETOR CLUBE
070	VANESSA NASCIMENTO ABANO	JARDIM ESPERANÇA
071	MARI AP. BARBOSA	SETOR CLUBE
072	VALDEMAR BARBOSA DA SILVA	SETOR ZANETTE
073	ELAIS DA SILVA REZENDES	SETOR SUL
074	GEOVANI PENHA DE SOUZA	JARDIM ESPERANÇA
075	JOELMA PERERIA FERNANDO	ASS. SÃO PEDRO
076	NAIARA GOUVEIA DE OLIVIERA	SETOR PISCINA
077	JOSE MENDES VALADARES	AV TAPAJÓS
078	CÉLIA REZENDE DA SILVA	AV. BRASIL
079	ALBERTINA DE SOUZA DA SILVA	SETOR INDUSTRIAL
080	ELAINE ROSICELIA DE SOUZA SILVA	SETOR CLUBE
081	MARIA CONCEIÇÃO SOARES	SETOR NORTE II
082	ANTONIO SOARES DA SILVA	SETOR NOVO HORIZONTE
083	ROQUE GOMES PRATES	COHAB402
084	MARIA DE FÁTIMA FARIAS	FAZ SÃO BENTO
085	ALAN JONES DA SILVA FONTINELE	RUA 402
086	ROASANGELA ANITA MOREIRA	LIXÃO

49 20
C11/08

087	GENI LUZIA AZEVEDO FERNANDES	RUA 603
088	ADRIANA OLIVEIRA SIQUEIRA	JARDIM ESPERANÇA
089	GERALDO PEREIRA DA SILVA	HOTEL PARANAITA
090	APARECIDO AUGUSTO	COHAB
091	LOURIVAL TIBURCIO DOS SANTOS	IVONETE BEZERRA FERREIRA
092	FABIELE MACHADO DE FARIA	COMUNIDADE NOSSA APARECIDA
093	CELSON ONORIO RAMOS	JARDIM ESPERANÇA
094	ELAIANE APDA BABOSA	JARDIM ESPERANÇA
095	ODACIO DIAS FERREIRA	COHAB
096	SIMONE DE OLIVEIRA	SETOR PISCINA
097	SUELY PEREIRA DA SILVA	COHAB
098	SUELI FILHA VIDOTTO	JARDIM ESPERANÇA
099	SILVANA ONOFRE	SETOR INDUSTRIAL
0100	ANTENOR VIGÊNCIA BAUDINO	SETOR ZANETTE
0101	ROSEMEIRE NOCENTE	ASS. SÃO PEDRO
0102	DIRCE DOS SANTOS	ASS. SÃO PEDRO
0103	ARISTIDE VASMAN	SETOR PISCINA
0104	ROSIMAR APDA DE OLIVEIRA BRAGA	JARDIM ESPERANÇA
0105	JOSÉ DE QUEIROZ NETO	JARDIM AMAZÔNIA
0106	ROSA SOARES DA SILVA	JARDIM AMAZÔNIA
0107	JOSE PEREIRA QUEIROZ	JARDIM ESPERANÇA
0108	DIONIZIA SOARES LIMA	JARDIM ESPERANÇA
0109	ROSE DE OLIVEIRA BRAGA	JARDIM ESPERANÇA
0110	ROSINEIA VENÂNCIO	COHAB
0111	ANDRÉIA DA SILVA RODRIGUES	SETOR CLUBE
0112	VALDIR MARTINS DE MOURA	SETOR ZANETTE
0113	NATALÍCIO ALVES DOS SANTOS	JARDIM ESPERANÇA
0114	EDMILSON GOMES DA SILVA	
0115	MARIANA DA DA SILVA PETERSON	COHAB
0116	ROASANGELA DA PETERSON	COHAB

4621
6/11/16

0117	JOSE APARECIDO CASTURINO	ASS. SÃO PEDRO
0118	ROSIANE DOS SANTOS DOMENI	ASS. SÃO PEDRO
0119	NATALINA DA SILVA SANTOS	JARDIM ESPERANÇA
0120	INÊS CARLOS DA CRUZ	SETOR NORTE I
0121	ELIAS BORGES DA SILVA	ASS. SÃO PEDRO
0122	ROSANA DA SILVA	SETOR CLUBE
0123	JOÃO DA SILVA	ASS. SÃO PEDRO
0124	OLICIO DA SILVA CLEMENTE	
0125	LIDIANE DE SOUZA DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0126	CECÍLIA MARTINS DE OLIVEIRA	COHAB
0127	MARCOS CEZA DE OLIVEIRA	COHAB
0128	CLARIZE PAZ DE SOUZA	SETOR PISCINA
0129	LUCIMARA DE AMORIMDE LIMA	ASS. SÃO PEDRO
0130	ANTONIO BATISTA DE LIMA	ASS. SÃO PEDRO
0131	JOSÉ APDO DA SILVA	ASS. SÃO PEDRO
0132	JOSE MARX DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0133	PAULO ROSA SOARES	SETOR INDUSTRIAL
0134	JOELMA RODRIGUES DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0135	ROSANGELA DA SILVA SANTOS	COHAB
0136	MARINALVA MENDES RODRIGUES	ASS. SÃO PEDRO
0137	JANINE DOS SANTOS GOMES	SETOR CLUBE
0138	RENATO BERNARDINO DE LIMA	SETOR CLUBE
0139	JUCILEIDE MOREIRA DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0140	CLEONICE MENDES DA CRUZ	ASS. SÃO PEDRO
0141	ANTONIO OLIBONI	CAMPO GRANDE
0142	ANTONIO DUQUES BEZERRA	COMUNIDADE RIO JORDÃO
0143	SILVANE GOMES SANTANA	ASS. SÃO PEDRO
0144	FRANCISCO BEZERRA DA SILVA	ASS. SÃO PEDRO
0145	JOSE CARLOS PEREIRA	SETOR SUL
0146	REINALDO MOTA DOS SANTOS	COMUNIDADE SÃO EXPEDITO

4622
6/11/08

0147	VALECIR PEREIRA PASSOS	COHAB
0148	MARLI DA ROCHA	JARDIM ESPERANÇA
0149	MARIUZA PIRES DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0150	NAIARA BENTES VIEIRA	JARDIM ESPERANÇA
0151	LUIZ BAZAN NOCENTE	SETOR INDUSTRIAL
0152	KÁTIA SOARES DA SILVA	SETOR CLUBE
0153	MARIA DE JESUS TEODORO	JARDIM ESPERANÇA
0154	MARILENE SOARES DA SILVA	SETOR PISCINA
0155	JOSE BARBOZA DE BRITO	JARDIM ESPERANÇA
0156	ALCEU HOLOUKA	SETOR SUL
0157	MARIANA PEREIRA ALVES	SETOR PISCINA
0158	ROBERTA APDA LOPES LAURINDO	SETOR INDUSTRIAL
0159	TATIANE BENVINDO DE OLIVEIRA	SETOR INDUSTRIAL
0160	AGRIMALDO ALVES DA GUARDA	COHAB
0161	ELISANGELA ASSI	JARDIM ESPERANÇA
0162	ZILANDA NUNES MOREIRA	
0163	PATRICIA MEDEIROS ROMUALDO	ASS. SÃO PEDRO
0164	JUCILENE CAETANO DA ROCHA	JARDIM ESPERANÇA
0165	SANDRA PIRES DA SILVA	NOSSA TERRA NOSSA GENTE
0166	MÁRCIA MENDES DIAS	COMUNIDADE SANTA MARTA
0167	ELIETE ROCHA	SETOR CLUBE
0168	CLEITON GUILHERME DE MELO	SETOR SUL
0169	MARCICA DE SOUZA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0170	ANDERSON DE SOUZA	JARDIM ESPERANÇA
0171	PEDRO APDO GERALDO	JARDIM ESPERANÇA
0172	NEUCI DA SILVA	ESTRADA 208
0173	GIZEUDAFALCAO BORGES	SETOR PISCINA
0174	BENICE CRESPIM CAVANHA	SETOR NORTE
0175	IRLAN ALVES GOUVEIA	JARDIM ESPERANÇA
0176	SEBASTIÃO MOREIRA DA SILVA	

4623
6/11/18

Avenida José Lopo de Souza, s/n - Centro - Fone: (66) 3563 1304 - E-mail: crasparanaitamt@hotmail.com

0207	ORLANDO BARTZIKI	SETOR INDUSTRIAL
0208	LORIVAL BEZERRA DOS SANTOS	SETOR PISCINA
0209	ZENI XAVIER DA ROSA DA LUZ	SETOR PISCINA
0210	ELIZABETH SILVANA KURTZ DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0211	MARTA MUNIZ DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0212	TIELE DOS SANTOS LOUREIRO	NOVO HORIZONTE
0213	LIDIANE DE SOUZA DA SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0214	AILTON CESAR SILVA	JARDIM ESPERANÇA
0215	EDINA CESAR SILVA	SETOR PISCINA
0216	ELOANA FRANCIELE DE SOUZA	COMUNIDADE ENTRE RIOS
0217	ZENI ANTONIA DA SILVA	SETOR SEI (PISCINA), RUA 609, SN
0218	VALDOMIRO XAVIER	SETOR SEI (PISCINA), RUA 601, SN
0219	VALDIVINA DE FATIMA PEREIRA	SETOR JD ESPERANÇA, RUA FORTELEZA, N° 54
0220	VALDOMIRO FERNANDES DE AGUIAR	2ª SUL, SITIO AS DE OURO JACINTO FERNANDES
0221	SIDIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	SETOR COHAB RUA PRINCIPAL
0222	MATEUS NETO ELOI	SETOR SUL RUA 205 SN
0223	MARIA AP. VIEIRA DA SILVA	SETOR JD ESPERANÇA, N° 23
0224	JOSE PEREIRA DE QUEIROZ NETO	SETOR SUL, RUA 110 N° 28
0225	JAIR LIMA AFONSO	
0226	ELIANE DE SOUZA SILVA	SETOR SUL, RUA 107 N° 115
0227	ELESSANDRA REGINA DAMIÃO	SETOR NORTE II (CLUB), RUA 119 N° 7
0228	EDISON SOUZA DA SILVA	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 118, N° 45
0229	DULCINEIA DE OLIVEIRA	SETOR JD AMAZONIA, VICINAL LESTE
0230	EDILAINE BONFIM OLIVEIRA	SETOR JD ESPERANÇA, RUA PORTO VELHO, N° 33
0231	EDINAURA FERREIRA RODRIGUES	SETOR SEI (PISCINA), RUA 605, N° 91
0232	SILVANGELA FERREIRA LEITE	PRIMEIRA VICINAL LESTE
0233	RENATA CAROLINA PEREIRA DA SILVA	PRIMEIRA VICINAL LESTE
0234	PEDRO LEONARDO FERRAS	JD ESPERANÇA, RUA RIO DE JANEIRO N° 230
0235	PEDRO GUILAR DE SOUZA	ASS SÃO PEDRO COMUNIDADE SORRISO
0236	OSCAR SANTANA DOS SANTOS	SETOR SEI (PISCINA), RUA 603, N° 608

Avenida João Lopes de Souza, s/n - Centro - Fone (66) 3563 1304 - E-mail: cras.paranaitamt@hotmail.com

4824
6/11/08

0237	NATALINA DA SILVA LIMA	SETOR JD ESPERANÇA, RUA FORTALEZA, N° 85
0238	LUIZ CARLOS DE SOUZA	
0239	LISIANE PEREIRA GOMES	
0240	LEANDRO DONIZETE DA SILVA	PRIMEIRA LESTE LOTE 491, JD AMAZONIA
0241	JOSELIA CERQUEIRA SILVA	JD ESPERANÇA. AV. GUANABARA N° 703
0242	INEZ CARLOS	SETOR NORTE II (CLUB), RUA 133, N° 118
0243	IDALINA DRUMOND CAMARGO	ASS SÃO PEDRO, COM. SERRA DOURADA LT SÃO JOSE
0244	FRANCIELI DA SILVA MARTINS	JD ESPERANÇA, RUA PORTO ALEGRE, N° 125
0245	EMIMARIE ECKERT	JD ESPERANÇA, RUA RIO DE JANEIRO, N° 65
0246	ELISANGELA DOMINGOS TORQUATO	ASS. SÃO PEDRO COM. BOM JESUS, SITIO N. S. AP.
0247	DONISETE FERRAS	JD ESPERANÇA, RUA RIO DE JANEIRO, N° 230
0248	ANDREIA TEODORO VENANCIO	JD ESPERANÇA, RUA PORTO VELHO, N° 30
0249	ANA LOISA ERMINIO DA SILVA	SETOR NORTE II (CLUB), RUA 125 N° 26
0250	ADRIELE SOARES LIMA	JD ESPERANÇA, RUA RIO DE JANEIRO, N° 185
0251	APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS	COHAB
0252	ANTONIO SOARES DA SILVA	JD NOVO HORIZONTE, RUA NH 13, N° 16
0253	VIVIANE CRISTINA SOUZA AMARAL	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 122, N° 137
0254	AILTON TIMOTEO MARINHO	SETOR NORTE II (CLUBE), RUA 125, N° 26
0255	DAIANE KELY DE OLIVEIRA	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 126, N° 69
0256	ELIZEU DE FALCÃO BORGES	BR, CARVOARIA DO GOIANO
0257	ISAURINDA ALVES	MADEIRA SUNCA, PRIMEIRA VICINAL LESTE, LOTE 28
0258	SÃO JOSE RODRIGUES	JD ESPERANÇA, RUA BLUMENAL, N°27
0259	JOICE FERREIRA LIMA	JD NOVO HORIZONTE, RUA NH07, N° 89
0260	LEONARDO FRANCISCO DA SILVA	VILA BOA ESPERANÇA. CHACARA N° 27
0261	MESSIAS AMARO GUIMARAES	JD ESPERANÇA, RUA RIO DE JANEIRO, N° 185
0262	MARIA APARECIDA DA SILVA	JD AMAZONIA, AVENIDA PRINCIPAL
0263	MARIA JOSE DA SILVA	SETOR SEI (PISCINA), RUA 601, N° 238
0264	NAIARA BENTES VIEIRA	JD ESPERANÇA, RUA SÃO PAULO, N° 42 FUNDOS
0265	ROSEMIR AP. DE OLIVEIRA BRAGA	JD ESPERANÇA, RUA CAMPO GRANDE, N° 177
0266	ROSANE FAREZIN BRANDÃO	JD NOVO HORIZONTE, RUA NH 08, N° 78

Avenida João Lopes de Souza, s/n - Centro - Fone: (66) 3563 1304 - E-mail: crasparanaitam1@hotmail.com

4825
6/11/08

0267	ROBERTA AP. LOPES LOURENDO	SETOR INDUSTRIAL, RUA 414, N° 11
0268	SILVANA MEYER	SETOR SEI (PISCINA), RUA 609, N° 134
0269	SILVONE GOMES SANT' ANA	SETOR NORTE I (ZANETTE), RUA 124, N° 09
0270	VALDOMIRO EUGENIO LUIZ	JD ESPERANÇA, RUA PALMAS, N° 202
0271	LUZILENE DE JESUS SANTOS	SETOR NORTE II, RUA
0272	NEUCI RIBEIRO DE LIMA	SETOR INDUSTRIAL, RUA 401, N° 81
0273	LELIANE GONCALVES DOS SANTOS	COAHB VIA L 16, SN

826
6/11/18

4827
6711/08

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO DO CRAS
PERÍODO ANO DE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: assistencia.social@paranaita.mt.gov.br.
(66) 3563-1085
Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DAS PRODUÇÕES MENSAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANO: 2013

ATENDIMENTO ORIENTATIVO POR RECEPCIONISTA:

51	83	197	147	133	62	76	65	66

ATENDIMENTO POR PROFISSIONAL ADMINISTRATIVO:

02	08	16	06	04	01	02	02	03

ATENDIMENTO POR PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL.

43	64	58	53	62	51	52	117	49

ATENDIMENTO GERAL EM FUNÇÃO DA HABITAÇÃO

Não informado	Não Informado	126	15	48	26	14	15	17

4628
6/11/13

FORNECIMENTO DE BENEFICIOS PARA AUXILIO FUNERAL

0	2	05	01	01	01	03	02	05

FORNECIMENTO DE OUTROS BENEFICIOS EVENTUAIS

Não Informado	Não Informado							

VISITA DOMICILIAR POR ASSISTENTE SOCIAL

Não Informado	Não Informado	10	62		04	04	04	17

4629
C11/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: assistência.social@paranaita.mt.gov.br.
(66) 3563-1085
Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

CURSOS OFERTADOS DURANTE O MÊS:

0	0	0	03	02	03	03	02	01

NUMERO DE PARTICIPANTES EM CURSOS OFERTADOS DURANTE O MÊS

0	0		46	43	63	63	45	13

NUMERO DE FAMILIAS INSCRITAS PARA OS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO

Obs: Não foram feitas inscrições por termos 310 famílias inscritas, e mais uma demanda de 109 pessoas interessadas nos programas de habitação até setembro/2013.

4630
04/11/13

ATENDIMENTOS PELA RECEPCIONISTA EM FUNÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS (PESSOAS QUE VIERAM PARA A CIDADE POR CONTA DA UHE E SOLICITAM VOLTAR PARA CASA; ENTRE OUTROS MOTIVOS

0	02	01	01	03	02	01	01	03

4831
6/11/08

4832
6711/08

Gestao 2013 - 2016

RELATÓRIO CONSELHO TUTELAR
PERÍODO ANO DE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: assistência.social@paranaita.mt.gov.br
(66) 3563-1085
Trabalhando por uma Paranaita melhor para todos.

RELATÓRIO QUANTITATIVO DO CONSELHO TUTELAR REFERENTE AO ANO DE 2013

NOVOS PROCESSOS:

16	02	04	04	03	03	02	02	02

MEDIA DE ATENDIMENTOS REALIZADOS (CADASTRADOS)

50	76	64	60	60	63	64	81	82

DENUNCIAS RECEBIDAS E VERIFICADAS:

3	06	13	12	09	06	06	09	06

4833
6/11/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: assistência.social@paranaita.mt.gov.br.
(66) 3563-1085
Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

VISITAS DOMICILIARES

12	10	19	25	19	18	25	19	26

ENCAMINHAMENTOS PARA JUIZA

3	3	5	6	0	08	01	07	07

ENCAMINHAMENTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

JAN	FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
01	02	0	0	0	06	0	0	02

RESPOSTAS A PEDIDOS JUDICIAIS

02	03	06	06	03	0	01	09	05

RESPOSTAS A PEDIDOS DA PROMOTORIA

01	03	06	01	05	0	03	02	01

4834
6/11/09

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: assistência.social@paranaita.mt.gov.br.
(66) 3563-1085
Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

ABUSO SEXUAL

01	0	02	0	0	04	0	0	0

Segundo informações, 01 (um) dos casos de abuso sexual, estava relacionado a um trabalhador de empresa terceirizada.

ATENDIMENTOS ENCAMINHADOS AO CRAS

02	0	04	02	0	0	0	0	0

4835
6711108

REQUISIÇÃO DE TRANSFERENCIA ESCOLAR

03	0	01	0		0	01		01

Obs.: Até setembro/2013, registra-se ainda: 07 requisições de exames de conjunção carnal; 04 exames de corpo delito; 03 requisições de medicamentos na Secretaria de Saúde; 01 requisição de atendimento especializado (pediatria) na Secretaria de Saúde; 01 denuncia no Disk 100, sobre Exploração de Trabalho Infantil; 02 requisições de atendimento clinico na Secretaria de Saúde; 01 encaminhamento para acolhimento institucional. Relata ainda o Conselho Tutelar, que existe grande demanda de pessoas de outras localidades, que vieram por motivo de trabalho, e que solicitam informações diversas, como transferência escolar, vagas no Centro de Educação Infantil, dentre outros relacionados à criança e o adolescente.

4630
6/11/13

4837
67

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PERÍODO DE 2010 À SETEMBRO DE 2013

4838
G711/08

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DAS PRODUÇÕES MENSAL

Secretaria Municipal de Assistência Social

SMAS

Paranaíta - MT

CRAS

BOLSA Família

4539
6/11/13

SMAS

CRAS

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DAS PRODUÇÕES MENSAL
MÊS: SETEMBRO - 2013.

DADOS QUANTITATIVOS - RECEPÇÃO/ACOLHIMENTO

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
1521	346	1171	173	273	515	506	602	438	449	418	357

Outras Informações:
As informações e encaminhamentos para SMAS e CAM registrados no mês são referentes as informações de habitação, documentação, solicitação de passagem de pessoas de outras localidades, solicitação de cesta básica de morador de rua, e local para abrigar que também são de pessoas de outras localidades que vieram a procurar de emprego.

Habitação: 17
CAM: 05
Documentação: 10
Cesta Básica: 03
Abrigo: 05

DADOS QUANTITATIVOS - ATENDIMENTO BPC

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
*****	*****	274	96	169	149	154	215	148	580	215	214

DADOS QUANTITATIVOS - BOLSA FAMÍLIA

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
		729	61	126	125	171	213	238	221	156	159

Informações inserção de cadastro

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
58	118	179	08	20	28	24	15	09	06	06	10

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES E AS PRODUÇÕES MENSAL
MÊS: SETEMBRO - 2013.

Informações transferências de cadastro

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
***	***	354	07	06	21	05	12	08	08	06	06

Outras Informações e ações desenvolvidas pela equipe CAD ÚNICO – PBF

- Números famílias Cadastradas no mês: 1698
- Números famílias Beneficiadas no mês: 701
- **10 visitas domiciliares realizadas na residência das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF, porém não encontrado a família no endereço informado no Cad Único - Assistente Social Ligia M. Figueiredo;
- **14 visitas domiciliares realizadas na residência das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF, com relatório social.
- ***33 famílias beneficiadas do PBF que solicitaram cartão na CEF vindas de outras localidades e não foram retirar, solicitado busca ativa – observa-se que são famílias que não procuram o CAD ÚNICO para atualização cadastral.

DADOS QUANTITATIVOS -PAIF – PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS - ASSISTENTE SOCIAL

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
****	****	400	11	137	103	105	83	120	93	69	117

Benefício Eventual – solicitação de cesta básica

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
****	****	****	08	55	30	44	26	15	10	08	05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
PARANAÍTA - MT

CRAS

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DAS PRODUÇÕES MENSAL
MÊS: SETEMBRO - 2013.

Benefício Eventual – concessão de cesta básica

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
****	60	60	09	26	69	44	00	18	08	04	05

DADOS QUANTITATIVOS -PAIF – PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS - PSICOLOGA

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
****	*****	300	17	271	263	528	62	73	140	160	91

DADOS QUANTITATIVOS – NUMEROS DE PARTICIPANTES NAS AÇÕES COLETIVAS

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
*****	****	1418	463	191	339	528	1191	1162	2054	1315	1350

DADOS QUANTITATIVOS – NUMEROS DE AÇÕES COLETIVAS

Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
*****	****	****	03	05	08	16	19	15	16	15	19

Observação :

**** dados que são foram encontrado nos arquivos do CRAS.

4841

4842
Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERÍODO DE 2009 À OUTUBRO DE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA

[illegible]

[illegible]

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4843
67/1/08

Gestão 2013 - 2016

Paranaíta MT, 08 de [illegible]

Mem. 005/SML/2013

A ILMA Srª
ANDREIA FABIANA DOS REIS
[illegible] SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Encaminhamento de relatórios referente número de alunos matriculados

Prezada Senhora,

Em resposta ao Memorando 150/ADM/2013, encaminhamos a [illegible] número de alunos conforme Censo Escolar do período de 2009 a 2013, [illegible] de alunos matriculados [illegible] mês de setembro [illegible]

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração [illegible] por eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

[illegible] Signorati

[illegible] Mezzalira Signorati
Secretaria Municipal de Educação

RECEBI
08/11/13

Resultados Finais do Censo Escolar 2009

Número de Alunos Matriculados

Matrícula Inicial

Município	Dependência	Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental[7]	Médio[2]	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund[1,2]	EJA Médio[1,2]
PARANAITA	Estadual	0	0	200	282	412	0	158	142	43	0	0	0	3	2	3	0	3	0
	Municipal	0	120	801	628	0	0	60	0	0	0	0	0	28	9	0	0	0	0
	Privada	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	125	1001	910	412	0	218	142	43	0	0	0	32	11	3	0	3	0

[1] Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

[2] Incluí os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Total Geral Censo Escolar 2009

PARANAITA	Estadual	1248
	Municipal	1547
	Privada	5
	Total	2800

Total de matrículas rede municipal (por modalidade incluindo creche)

Creche	54
Pré Escola	120
Ens. Fund.	1467
EJA	60
Total	1701

4844
03/11/08

Resultados Finais do Censo Escolar 2010

Município	Dependência	Número de Alunos Matriculados																	
		Matrícula Inicial																	
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental[2]	Médio[2]	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof Nível Técnico	EJA Fund[1,2]	EJA Médio[1,2]
PARANAÍTA	Estadual	0	0	233	313	473	0	222	145	0	0	0	0	6	2	0	0	1	0
	Municipal	0	181	696	612	0	0	32	0	0	0	0	0	28	6	0	0	2	0
	Privada	8	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	8	190	929	925	473	0	254	145	0	0	0	0	34	8	0	0	3	0

[1] Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

[2] Incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Total Geral Censo Escolar 2010

PARANAÍTA	Estadual	1395
	Municipal	1557
	Privada	17
	Total	2969

Total de matrículas rede municipal (por modalidade incluindo creche)

Modalidade	Total
Creche	49
Pré-Escola	181
Ens. Fund	1342
EJA	34
Total	1606

4845
6/11/08

Resultados Finais do Censo Escolar 2011

Numero de Alunos Matriculados

Matrícula Inicial

Município	Dependência	Ed Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental[2]	Médio[2]	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund[1,2]	EJA Médio[1,2]
PARANAITA	Estadual	0	0	192	256	464	0	268	192	0	0	0	0	3	4	0	0	1	0
	Municipal	0	228	678	603	0	0	35	0	0	0	0	1	8	2	0	0	2	0
	Privada	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	242	870	859	464	0	303	192	0	0	0	1	11	6	0	0	3	0

[1] Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

[2] Incluí os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Total Geral Censo Escolar 2011

PARANAITA	Estadual	1374
	Municipal	1445
	Privada	74
	Total	2945

Total de matrículas rede municipal (por modalidade incluindo creche)

Modalidade	Total
Creche	106
Pre Escola	229
Fns. Fund.	1393
EJA	77
Total	1663

1846
6711/05

Resultados Finais do Censo Escolar 2012

Município	Dependência	Número de Alunos Matriculados – Matrícula Inicial – Ed.Infantil – Creche	Ed.Infantil – Pré-Escola	Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série e Anos Iniciais	Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série e Anos Finais	Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial) – Fundamental[2]	EJA (presencial) – Médio[2]	EJA (semi-presencial) – Fundamental	EJA (semi-presencial) – Médio	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) – Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund[1,2]	EJA Médio[1,2]
PARANAÍTA	Estadual	0	0	186	246	567	0	158	168	0	0	0	0	3	4	0	0	1	0
	Municipal	0	247	706	606	0	0	18	0	0	0	0	2	8	8	0	0	0	0
	Privada	12	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	12	254	892	852	567	0	176	168	0	0	0	2	11	12	0	0	1	0

[1] Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

[2] Incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Total Geral Censo Escolar 2012

PARANAÍTA	Estadual	[illegible]
	Municipal	[illegible]
	Privada	[illegible]
	Total	2947

Total de matrículas rede municipal (por modalidade incluindo creche)

Modalidade	Total
Creche	110
Pré-Escola	249
Ens. Fund.	[illegible]
EJA	[illegible]
Total	1705

4847
6/11/08

Resultados Preliminares do Censo Escolar 2013

Número de Alunos Matriculados

Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental[2]	Médio[2]	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund[1,2]	EJA Médio[1,2]
	Estadual	0	0	192	225	533	0	148	195	36	0	0	0	4	6	0	0	1	3
	Municipal	0	237	769	534	0	0	26	0	0	0	0	3	7	9	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARANAITA	Total	0	237	961	759	533	0	174	195	36	0	0	3	11	15	0	0	1	3

[1] Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

[2] Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada a Educação Profissional

Resultados PreliminaresCenso 2013

PARANAITA	Estadual	1343
	Municipal	1585
	Privada	0
	Total	2928

Total de matrículas rede municipal (por modalidade incluindo creche)

Modalidade	Total
Creche	110
Pré-Escola	240
Ens. Fund.	1319
EJA	26
Total	1695

4648
6/11/13

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LEVANTAMENTO DE ALUNOS EM 2013

ESCOLA	TURNO	LOCALIZAÇÃO/SÉRIE	PRÉ I	PRÉ II	1 ANO	2 ANO	3 ANO	4 ANO	5 ANO	6 ANO	7 ANO	8 ANO	9 ANO	EJA	TOTAL
EM GETÚLIO VARGAS	MAT	COM. MANDACARU - A	*	*	6	4	4	3	*	1	3	4	1	*	26
	MAT	GLEBA SÃO BENEDITO - B	*	*	1	3	5	1	3	2	1	2	3	*	21
EM SÃO PEDRO	MAT	COM. SÃO PEDRO	*	*	9	5	9	7	8	5	1	8	8	*	60
EM NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	MAT	JARDIM AMAZONIA	*	*	7	9	*	13	*	*	*	*	*	*	29
EM NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	VESP	JARDIM AMAZONIA	3	6	*	*	7	*	4	*	*	*	*	*	20
EM MARIA DA GLORIA	[illegible]	[illegible]	7	8	11	12	18	19	31	17	29	33	19	*	380
EM TAN. DE ALMEIDA NEVES	MAT	COM. NOVA UNIÃO	11	9	12	17	10	14	25	8	15	7	12	*	140
EM CRISTO REDENTOR	MAT	COM. SANTA MARTA	6	15	17	17	16	22	20	20	27	22	20	*	202
TOTAL DE ALUNOS DA ZONA RURAL															678
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	MAT	JARDIM ESPERANÇA	43	47	36	38	44	42	25	25	45	31	31	*	407
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	VESP	JARDIM ESPERANÇA	44	45	58	45	54	45	51	50	51	21	29	*	493
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	EJA-NOT - A	JARDIM ESPERANÇA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	12	12
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	EJA-NOT (Retiro)	JARDIM AMAZONIA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	16	16
T. EM. JUSCELINO K DE OLIVEIRA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	928
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	*
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MAT	CENTRO	9	23	25										57
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	VESP	CENTRO	9	20	24										53
TOTAL CENTRO DE ED. INFANTIL															110
TOTAL ALUNOS NA REDE MUNICIPAL															
	******	DADOS REFERENTES AO MÊS DE SETEMBRO/2013													
TOTAL DE ALUNOS NO MUNICÍPIO															1.716

LEGENDA CENTRO ED. INFANTIL INFANTIL
BER: berçário
MI: Maternal - I
MII: Maternal - II

Matilde Correia de Almeida
Secretária Escolar

4649
6/11/13

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PIRACANJUBA/GO

Levantamento de matrículas na Rede Municipal

Modalidade	2009	2010	2011	2012	2013*	Out/2013 **
Creche	64	49	106	110	110	110
Pré-escola	120	181	229	249	240	245
Anos iniciais do Ens. Fund.	830	724	686	714	776	798
Anos finais do Ens. Fund.	637	618	605	614	543	537
EJA	60	34	37	18	26	28
Total	1701	1606	1663	1705	1695	1718

* Os dados que constam no Censo de 2013 são considerados apenas resultados preliminares, pois ainda não estão atualizados

** Dados fornecidos pela SME referente atualização no mês de outubro

Lista de espera

Modalidade	2009	2010	2011	2012	2013
Creche	sem espera	sem espera	21	20*	145

* os dados apresentados correspondem a lista espera de apenas uma turma de maternal II matutino. Essa mesma turma no ano de 2011 correspondia a 8 alunos na lista de espera.

Obs 1: Nos anos de 2009 e 2010 não foram encontrados arquivos de listas de espera

Obs 2: Nos anos de 2009 e 2010 o atendimento educacional era feito em período integral.

Levantamento de matrículas na Rede Estadual conforme dados do Censo Escolar

Modalidade	2009	2010	2011	2012	2013*
Anos iniciais do Ens. Fund.	203	239	194	189	196
Anos finais do Ens. Fund.	284	315	280	250	231
Ensino Médio	415	473	464	567	532
EJA fundamental	101	123	264	159	149
EJA Médio	142	45	192	168	135
EJA Fund. Semipresencial	43	0	0	0	0
Total	1248	1395	1374	1333	1343

* Os dados que constam no Censo de 2013 são considerados apenas resultados preliminares, pois ainda não estão atualizados

4850
611/08

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LEVANTAMENTO DE ALUNOS EM 2013

ESCOLA	TURNO	LOCALIZAÇÃO/SÉRIE	PRÉ I	PRÉ II	1 ANO	2 ANO	3 ANO	4 ANO	5 ANO	6 ANO	7 ANO	8 ANO	9 ANO	EJA	TOTAL
EM GETÚLIO VARGAS	MAT	COM. MANDACARU - A	*	*	6	3	3	3	*	1	3	4	1		24
	MAT	GLEBA SÃO BENEDITO -B	*	*	1	3	5	1	3	2	1	2	3		21
EM SÃO PEDRO	MAT	COM. SÃO PEDRO	*	*	9	5	9	7	8	5	1	8	8		60
EM NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	MAT	JARDIM AMAZONIA	*	*	7	8	*	13	*	*	*	*	*		28
EM NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	VESP	JARDIM AMAZONIA	3	7	*	*	7	*	5	*	*	*	*		22
EM MARIA QUITERIA	VESP	COM. SOMBRA DA MANHÃ	7	8	10	12	18	19	23	12	20	33	19		181
EM TAN. DE ALMEIDA NEVES	MAT	COM. NOVA UNIÃO	11	9	13	16	10	15	24	8	15	7	13		141
EM CRISTO REDENTOR	MAT	COM. SANTA MARTA	6	15	17	17	16	22	20	20	27	22	20		202
TOTAL DE ALUNOS DA ZONA RURAL															**679**
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	MAT	JARDIM ESPERANÇA	43	48	37	39	58	41	25	25	44	31	30		421
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	VESP	JARDIM ESPERANÇA	46	42	57	44	42	45	52	51	51	21	29		480
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	EJA-NOT - A	JARDIM ESPERANÇA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	12	12
EM JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	EJA NOT-B(anexa)	JARDIM AMAZONIA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	16	16
TOTAL JUSCELINO K DE OLIVEIRA	*****	**********	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*	929
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MAT	CENTRO	9	23	25	*	*	*	*	*	*	*	*	*	57
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	VESP	CENTRO	9	20	24	*	*	*	*	*	*	*	*	*	53
TOTAL CENTRO DE ED. INFANTIL	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
TOTAL ALUNOS NA REDE MUNICIPAL			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	**110**
	******	DADOS REFERENTES AO MÊS DE OUTUBRO/2013													
TOTAL DE ALUNOS NO MUNICÍPIO															**1.718**

LEGENDA: CENTRO ED. INFANTIL INFANTIL
BER: berçário
MI: Maternal - I
MII: Maternal - II

Matilde Correia de Almeida
Secretária Escolar

4851
6711/08

4652
6/11/08

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO DO DEPARTAEMNTO DE ÁGUA
PERÍODO DE 2009 À OUTUBRO DE 2013

4853
641/13

Paranaíta, 07 de novembro de 2013.

Memo nº Interno S/N
A Secretaria Municipal de Administração
A c/ Sra.Andreia Fabiana dos Reis

Sistema de abastecimento de Água: Relatório de consumo e ampliação nos meses de setembro e outubro.

Setembro de 2013	Novas ligações realizadas	Volume de água tratada fornecida
	14	83.095.850 litros

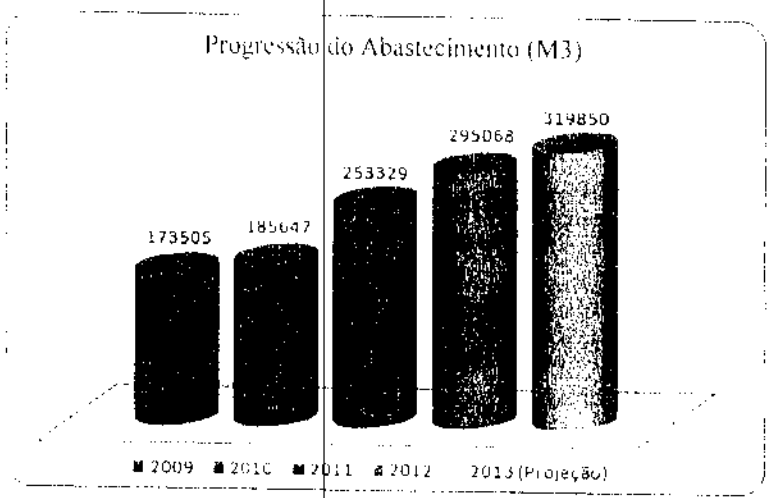
Outubro de 2013	Novas ligações realizadas	Volume de água tratada fornecida
	20	77.252.300 litros

Consumo subestimado aferido no mês de setembro (CHTP e colaboradores diretos e indiretos)
Total: 3.160.000 Litros

D.A.E.	2009	2010	2011	2012	2013 (Projeção **)
Fornecimento de Água Tratada (Em M3*)	173505	185647	253329	295068	319850
Número de Ligações	1.605	1.611	1.854	1.992	3.158

* 01 (Um) metro cúbico corresponde a 1.000 litros de água

** Dividiu-se o total apurado entre janeiro e setembro por nove, adicionando-se o valor médio multiplicado por 3 (o mensurado até o presente momento.



Análise histórica

Entre 2005 e 2009 (Período de 4 anos): Aumento de 9,45%
entre 2009 e setembro de 2013 (Período de 4 anos): Aumento em 84,34% (contabilizado até setembro de 2013).

4854
Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIO EPIDEMIOLÓGICO
PERÍODO DE 2010 À OUTUBRO DE 2013

485
6/11/08

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Vigilância em Saúde

Memorando Nº. 041/2013/Vigilância em Saúde

Paranaíta, 11 de novembro de 2013

Secretaria Municipal de Administração.

Assunto: Dados epidemiológicos.

1. Cumprimento e na oportunidade encaminho boletim epidemiológico de Paranaíta
2. Segue boletim em anexo
3. Sendo o que consta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Alessandra dos Reis Bezerra
Coordenadora da Atenção Básica de Paranaíta

Valdecir Correia Paz
Coordenador de Gestão de Paranaíta

De acordo:
Sonia Maria de Alcântara Berlanda
Secretária Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Vigilância em Saúde

Boletim Epidemiológico
Vigilância em Saúde

Acidentes de Trabalho:

Número de casos registrados de acidentes de trabalho, ocorridos no município de Paranaita-MT, nos anos de 2010 à 2013.

Anos	2010	2011	2012	2013
nº de casos	1	0	8	61

Fonte: Arquivos da Sec. Mun. De Saúde e SINAN.

Distribuição dos casos notificados de acidente de trabalho no município de Paranaita-MT, durante o ano de 2013, segundo ocupação.

Ocupação	Quantidade
Aux. Serviços Gerais	15
Pedreiro	6
Autonomo	5
Carpinteiro	4
Pecuarista	4
Motorista	3
Operador de Máquinas	3
Agricultor	2
Biólogo	2
Mecanico	2
Tecnico de Enfermagem	2
Aux. De Topografia	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de Consultório Odontológico	1
Auxiliar de manutenção	1
Cozinheiro	1
Dentista	1
Eletrecista	1
Encarregado	1
Estoquista	1
Garimpeiro	1
Laboratorista	1
Operador de motoserra	1
Supervisor de obra	1
Total	61

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaíta MT.

Malária:

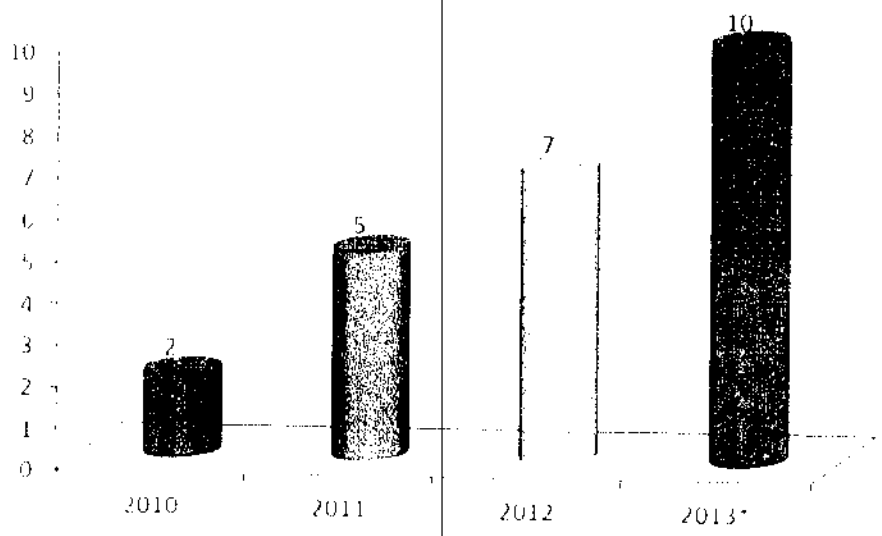
A tabela abaixo demonstra que houve aumento significativo na realização de exames de gota espessa, bem como positividade para o agravo Malária, levando-se em consideração que o ano de 2013, refere-se apenas ao período de janeiro à outubro, representado no gráfico a seguir.

Número de exames de gota espessa realizados nos anos de 2010 à 2013*.

Ano	2010	2011	2012	2013*
Nº de exames	35	250	547	482

* Dados parciais até 31/10/2013.
Fonte: SIVEP-Malária.

Número de casos de malária notificados no município de Paranaíta-MT nos anos de 2010 à 2013*.

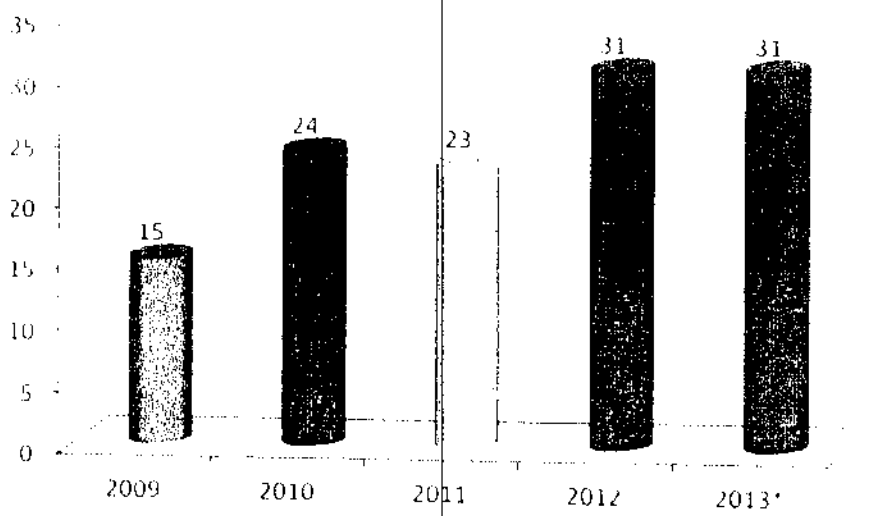


* Dados parciais até 31/10/2013.
Fonte: SIVEP Malária

Mortalidade:

Os dados abaixo se referem aos óbitos entre 2009 e 2013*. Devido o Ministério da Saúde encerrar o banco de dados a cada 2 anos e os óbitos de causa externas serem encaminhados ao Instituto Médico Legal de Alta Floresta, as informações abaixo são parciais podendo sofrer alterações.

Número absoluto de óbitos ocorridos no município de Paranaíta-MT no período de 2009 à 2013*.



	2009	2010	2011	2012*	2013*
Nº Óbitos	15	24	23	31	31

Fonte: SIM Local
*Dados preliminares sujeitos a alterações.

Podemos observar um aumento de 51,6% em relação ao número de óbitos ocorridos em Paranaíta nos anos de 2009 e 2012, e poderá ser ainda maior considerando-se que o número de óbitos ocorridos até o mês de outubro de 2013 já é igual ao número total de óbitos do ano anterior.

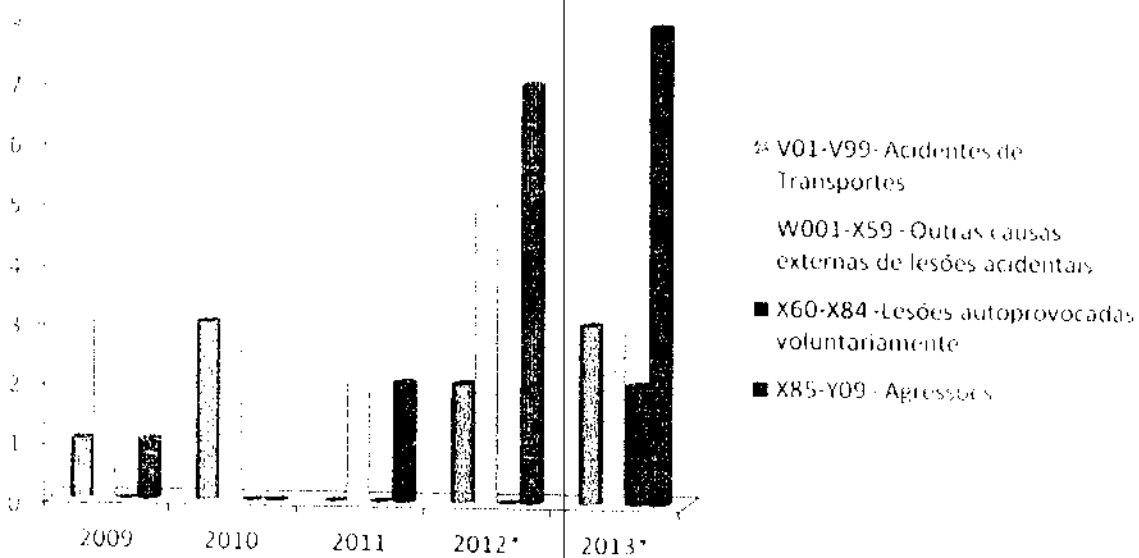
Número de óbitos ocorridos no município de Paranaíta-MT no período de 2009 à 2013*, segundo capítulo do CID10.

Capítulo CID10	2009	2010	2011	2012	2013*
I- Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	1	0	1	1
II- Neoplasias (tumores)	2	1	3	2	4
IV- Doenças Endócrinas nutricionais e metabólicas	3	5	2	3	0
V- Transtornos Mentais e Comportamentais	0	0	0	1	0
IX- Doenças do Aparelho Circulatório	1	10	12	8	8
X- Doenças do Aparelho Respiratório	3	0	1	0	1
XI- Doenças do Aparelho Digestório	0	0	0	2	0
XVI- Algumas afecções originadas no período perinatal	1	1	1	0	0
XVIII- Sintomas, Sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratórios NCOP.	0	0	0	0	3
XX- Causas externas de morbidade e mortalidade	5	6	4	14	16

Fonte: SIM Local.

*Dados preliminares sujeito a alterações.

Número de óbitos ocorridos no município de Paranaíta-MT no período de 2009 à 2013*, segundo causa básica.



Causa Básica	2009	2010	2011	2012*	2013*
V01-V99- Acidentes de Transportes	1	3	0	2	3
W001 X59 - Outras causas externas de lesões acidentais	3	3	2	5	3
X60-X84 -Lesões autoprovocadas voluntariamente	0	0	0	0	2
X85-Y09 - Agressões	1	0	2	7	8
Total	5	6	4	14	16

Fonte: SIM Local

* Dados preliminares sujeitos a alterações

4800
671/108

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIOS DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL PERÍODO DE 2012 À OUTUBRO DE 2013

4861
6/11/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

Gestão 2013 - 2016

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Relatório Mensal de Informações dos Atendimentos na Farmácia Central de Paranaíta

MÊS	FARMACIA CENTRAL DE PARANAÍTA		
	2011	2012	2013
JANEIRO	SR	46	539
FEVEREIRO	SR	118	274
MARÇO	SR	187	249
ABRIL	SR	136	394
MAIO	SR	254	371
JUNHO	SR	172	375
JULHO	SR	243	535
AGOSTO	SR	246	564
SETEMBRO	SR	158	546
OUTUBRO	SR	202	570
NOVEMBRO	SR	242	
DEZEMBRO	33	0	
	33	2004	4417

Fonte: BPA - Boletim de Produção Ambulatorial das Unidades

Obs: Entrega apenas de medicação sujeita a retenção de receita especial.

*SR-Sem registro

Mariana Campagnoli França
Coordenadora do Suporte Profilático e Terapêutico

4862
6/11/08

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIOS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL PERÍODO DE 2010 À OUTUBRO DE 2013

4803
6911/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

Gestão 2013 - 2016

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Quadro Demonstrativo de Exames Realizados por Período no laboratório Municipal de Paranaíta.

Exames Realizados no Período de 2010

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº De Exames realizados	1769	1134	1062	1522	1049	1474	1345	1381	1267	747	756	883
										Total:		14.389

Exames Realizados no Período de 2011

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº De Exames realizados	1356	1255	1305	1318	1247	884	1191	1130	987	444	1212	621
										Total:		12.950

Exames Realizados no Período de 2012

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº De Exames realizados	888	580	941	1064	1375	513	1863	1671	4416	2069	2032	1207
										Total:		19.819

Exames Realizados no Período de 2013

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº De Exames realizados	2572	2382	3476	3473	2660	3045	2616	3324	2800	3268	---	
										Total:		29.616

Atenciosamente:

Marcos Aurélio Boffo
Bioquímico Responsável
Diretor do Laboratório
CRF-MT: 3614

4864
67111c8

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIOS DA ATENÇÃO BÁSICA
PERÍODO DE ABRIL DE 2009
À SETEMBRO DE 2013

4865
6731/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

Gestão 2013 - 2016

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Ofício Nº. 043/2013/Atenção Básica Paranaíta

Paranaíta, 06 de novembro de 2013.

Secretaria Municipal de Administração.

Assunto: **Relatório de Informações dos Serviços Públicos de Saúde/Atenção Básica**

1. Cumprimento e na oportunidade encaminho relatório de informações da Atenção Básica de Paranaíta, Laboratório Municipal de Análises Clínicas e Farmácia Central, conforme acordado em reunião realizada no dia 04 de novembro às 14:15 horas, nas dependências da sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Paranaíta.
2. Ressalto que alguns dados referentes ao número de famílias e pessoas cadastradas não reflete exatamente a realidade, em vista que durante este ano de 2013, três microáreas estão sem cobertura de agente comunitário de saúde
3. Segue relatorio em anexo.
4. Sendo o que consta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente

Alessandra dos Reis Bezerra
Coordenadora da Atenção Básica de Paranaíta

RECEBI
08/11/13

De acordo:
Sonia Maria de Alcântara Berlanda
Secretária Municipal de Saúde

48CC
611/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.239.043/0001-12
Trabalhando por uma Paranaita melhor para todos

Gestão 2013 - 2016

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Relatório de Produção da Atenção Básica do município de Paranaita –MT, no período de 2009 à 2012.

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. ANO				
	2009	2010	2011	2012	2013*
Nº Famílias Cadastradas	2661	2595	2687	3087	3169
Nº de Pessoas Cadastradas	8919	8644	8941	10134	10462
Nº de Atendimentos Pré-Natal	629	625	592	659	732
Consultas de Enfermagem	4357	2727	2129	3082	5362
Consultas Médicas	14820	13840	15642	17895	17855
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	584	1297	621	770	1072
Administração de Medicamentos	3481	6355	6538	8218	8314
Curativos	2045	4659	3670	4949	5859

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica
*Dados parciais.

A tabela acima demonstra aumento de 16% no número de famílias cadastradas pela estratégia Saúde da Família entre o ano de 2009 e 2012 e aumento de 13,6% de pessoas cadastradas. A demanda por consultas médicas na atenção básica teve aumento expressivo de 20% no mesmo período. Outros procedimentos realizados pela atenção básica do município também tiveram acréscimos significativos como, por exemplo: 16% atendimento pré-natal; 136% administração de medicamentos e 142% de curativos. Dados preliminares do ano de 2013, no período de janeiro à setembro, já apontam aumento na produtividade, em relação ao ano anterior em todos os procedimentos avaliados.

Relatório Mensal de Informações dos Serviços Públicos de Saúde de Paranaita-MT/2013.

Competência: JANEIRO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	778	730	695	818	3021
Nº de Pessoas Cadastradas	2956	2774	2641	3108	11479
Nº de Atendimentos Pré-Natal	8	26	9	8	51
Consultas de Enfermagem	0	56	87	39	182
Consultas Médicas	350	214	338	282	1184
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	133	7	0	30	170
Administração de Medicamentos	280	178	230	0	688
Curativos	50	87	84	14	235

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: FEVEREIRO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	781	737	699	811	3028
Nº de Pessoas Cadastradas	2968	2801	2656	3082	11506

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Nº de Atendimentos Pré-Natal	16	28	16	15	75
Consultas de Enfermagem	210	176	206	74	666
Consultas Médicas	564	619	556	525	2264
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	58	8	0	45	111
Administração de Medicamentos	220	312	165	39	736
Curativos	150	297	33	34	514

Fonte: SIAb - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: MARÇO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	680	742	700	820	2942
Nº de Pessoas Cadastradas	2584	2820	2660	3116	11180
Nº de Atendimentos Pré-Natal	0	27	18	3	48
Consultas de Enfermagem	59	68	56	32	215
Consultas Médicas	117	220	350	147	834
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	15	5	0	16	36
Administração de Medicamentos	150	200	113	19	482
Curativos	60	102	24	16	202

Período referente a 20/03 até 31/03 devido alteração do período de coleta dos dados pelo Ministério da Saúde
Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: ABRIL/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	695	752	696	818	2961
Nº de Pessoas Cadastradas	2641	2858	2645	3108	11252
Nº de Atendimentos Pré-Natal	15	35	5	19	74
Consultas de Enfermagem	280	155	57	122	614
Consultas Médicas	586	690	301	483	2060
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	87	23	0	27	137
Administração de Medicamentos	290	457	137	0	884
Curativos	390	395	40	54	879

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: MAIO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	677	752	697	812	2938
Nº de Pessoas Cadastradas	2572	2857	2648	3085	12162
Nº de Atendimentos Pré-Natal	5	27	23	18	73

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaita melhor para todos

Gestão 2013 - 2016

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Consultas de Enfermagem	190	118	20	112	440
Consultas Médicas	479	745	560	548	2332
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	99	15	0	30	144
Administração de Medicamentos	340	421	151	218	1130
Curativos	230	377	44	94	745

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: JUNHO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	680	750	698	820	2948
Nº de Pessoas Cadastradas	2584	2850	2652	3116	11202
Nº de Atendimentos Pré-Natal	12	42	22	23	99
Consultas de Enfermagem	299	245	131	108	783
Consultas Médicas	412	929	681	349	2371
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	71	21	0	13	105
Administração de Medicamentos	110	612	255	128	1105
Curativos	349	566	64	60	1039

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: JULHO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	691	758	701	822	2972
Nº de Pessoas Cadastradas	2626	2880	2664	3124	11294
Nº de Atendimentos Pré-Natal	14	47	12	29	102
Consultas de Enfermagem	230	360	0	108	698
Consultas Médicas	359	683	602	580	2224
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	62	39	0	32	133
Administração de Medicamentos	230	591	38	251	1110
Curativos	210	407	61	95	773

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: AGOSTO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	684	762	699	830	2975
Nº de Pessoas Cadastradas	2724	2896	2656	3154	11430
Nº de Atendimentos Pré-Natal	12	58	19	22	111

4809
CH 1/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaita melhor para todos

Gestão 2013 - 2016

Secretaria Municipal de Saúde
Coordenadoria de Atenção Básica

Consultas de Enfermagem	340	351	0	108	799
Consultas Médicas	532	485	511	538	2066
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	86	6	0	19	111
Administração de Medicamentos	280	373	0	351	1004
Curativos	350	321	0	53	724

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Competência: SETEMBRO/2013

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS				
	PSF I	PSF II	PSF III	PSF IV	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	792	764	780	833	3169
Nº de Pessoas Cadastradas	2536	2576	2659	2691	10462
Nº de Atendimentos Pré-Natal	17	43	18	21	99
Consultas de Enfermagem	320	477	71	97	965
Consultas Médicas	393	771	618	738	2520
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	69	32	0	28	129
Administração de Medicamentos	306	414	68	397	1175
Curativos	320	337	30	61	748

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Relatorio de Produção da Atenção Básica do município de Paranaita -MT, de janeiro de 2013 à setembro de 2013.

PROCEDIMENTOS	SERVIÇOS DE SAÚDE/QTD. MÊS									
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL
Nº Famílias Cadastradas	3021	3028	2942	2961	2938	2948	2972	2975	3169	
Nº de Pessoas Cadastradas	11479	11506	11180	11252	12162	11202	11294	11430	10462	
Nº de Atendimentos Pré-Natal	51	75	48	74	73	99	102	111	99	732
Consultas de Enfermagem	182	666	215	614	440	783	698	799	965	5367
Consultas Médicas	1184	2264	834	2060	2332	2371	2224	2066	2520	17855
Consultas Médicas fora da área de Abrangência	170	111	36	137	144	105	133	111	129	1072
Administração de Medicamentos	688	736	482	884	1130	1105	1110	1004	1175	8314
Curativos	235	514	202	879	745	1039	773	724	748	5859

Fonte: SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica

Alessandra dos Reis Bezerra
Coordenadora da Atenção Básica de Paranaita

4870
671 / 08

Gestão 2013 - 2016

RELATÓRIOS DE ATENDIMENTO REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PARANAÍTA PERÍODO DE ABRIL DE 2012 À OUTUBRO DE 2013

4871
67 11 08

Quadro demonstrativo de atendimentos/procedimentos realizados no HMP

1. Atendimento Assistencial Realizada no HMP	DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE POR PROCEDIMENTO/ABRIL a JULHO/2012			
Indicador	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
Atendimento de Urgência Emergência	867	1.015	1.029	1.085
Consulta Cardiológica	-	-	-	
Consulta Pré Natal	10	09	24	19
Internação Hospitalar	105	95	118	93
Parto Natural	03	04	06	04
Parto Cesáreo	06	04	06	02
Cirurgias Ambulatoriais	25	04	01	0
Cirurgias (geral)	0	02	02	03
Procedimento Anestesiologia	31	10	13	06
Inalação e Nebulização	-	11	25	22
Retirada de Pontos	31	12	18	23
Curativos	-	74	122	43
Exames Ultrassom	-	-		
Eletrocardiograma	-	-	26	17
Nascidos Vivos	09	08	12	06
Atendimento de Psicologia	-	-	-	-
Atendimento do Serviço Social	-	-	-	-
Serviço de RX	-	-	-	-
Transferências	32	29	42	44
Óbitos	02	02	05	01
TOTAL	1.121	1.277	1.421	1.348
Alimentações Servidas	272	335	896	718

Quadro demonstrativo de atendimentos/procedimentos realizados no HMP

1. Atendimento Assistencial Realizada no HMP	DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE POR PROCEDIMENTO/AGOSTO a DEZEMBRO/2012				
Indicador	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Atendimento de Urgência Emergência	1.732	1.846	1.914	1.958	2.648
Consulta Pré Natal	18	16	12	25	21
Internação Hospitalar	99	110	108	110	133
Parto Natural	01	01	03	02	02
Parto Cesáreo	02	03	06	05	05
Cirurgias Ambulatoriais	01	05	06	01	01
Cirurgias (geral)	03	01	0	01	02
Procedimento Anestesiologia	03	06	10	08	08
Inalação e Nebulização	26	20	19	28	35
Retirada de Pontos	23	19	19	21	31
Curativos	189	19	132	122	148
Exames Ultrassom	-	-	-		-
Eletrocardiograma	65	96	81	72	56
Nascidos Vivos	03	04	09	07	07
Atendimento de Psicologia	-	-	-		
Atendimento do Serviço Social	-	-	-		
Serviço de RX	-	-	-		
Transferências	41	45	54	46	55
Óbitos	02	01	0	01	03
TOTAL	2.208	2.192	2.373	2.407	3.155
Alimentações Servidas	1.251	1.480	1.684	2.215	2.710

Quadro demonstrativo de atendimentos/procedimentos realizados no HMP

1. Atendimento Assistencial Realizada no HMP	DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE POR PROCEDIMENTO JANEIRO A JUNHO/2011					
Indicador	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Parto Natural	04	02	03	05	02	04
Parto Cesáreo	06	07	03	03	07	06
Cirurgias Ambulatoriais						
Cirurgias (geral) Eletivas	03	02	01	01	01	03

Quadro demonstrativo de atendimentos/procedimentos realizados no HMP

1. Atendimento Assistencial Realizada no HMP	DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE POR PROCEDIMENTO JULHO A DEZEMBRO/2011					
Indicador	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Parto Natural	05	08	02	08	04	09
Parto Cesáreo	05	01	01	04	07	0
Cirurgias Ambulatoriais						
Cirurgias (geral) Eletivas	03	0	02	0	04	03

TOTAL DE PARTOS NORMAIS - 2011 - 56

CESAREAS – 2011 – 50

OUTRAS CIRURGIAS – 23

TOTAL DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES – 2011 – 1.810

TOTAL DE ATEMDIMENTOS MEDICO HOSPITALAR EM GERAL – 6.201

Quadro demonstrativo de atendimentos/procedimentos realizados no HMP

1. Atendimento Assistencial Realizada no HMP	DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE POR PROCEDIMENTO de JANEIRO a MAIO/2013				
Indicador	Janeiro	Fevereiro	Março	ABRIL	MAIO
Atendimento de Urgência Emergência	1.748	1.555	1.233	1.587	1.345
Consulta Cardiológica	-	-	-	-	36
Consulta Pré Natal	46	27	80	26	18
Internação Hospitalar	128	78	93	99	78
Parto Natural	07	05	05	05	7
Parto Cesáreo	03	04	03	06	5
Cirurgias Ambulatoriais	01	01	01	01	3
Cirurgias (geral)	-	01	01	02	8
Procedimento Anestesiologia	12	12	10	13	13
Inalação e Nebulização	19	18	07	27	17
Retirada de Pontos	19	21	09	16	9
Curativos	141	58	54	65	82
Exames Ultrassom	-	-	-	20	101
Eletrocardiograma	47	75	79	80	83
Nascidos Vivos	10	09	08	11	12
Atendimento de Psicologia	-	-	-	6	4
Atendimento do Serviço Social	-	-	-	0	0
Transferências	36	31	39	40	29
Óbitos	02	01	04	2	1
Total	2.219	1.895	1.625	2.004	1.851
Alimentações Servidas	1.695	1.118	2.854	2.677	2.251

4875
Gtis 108

Quadro demonstrativo de atendimentos/procedimentos realizados no HMP

1. Atendimento Assistencial Realizada no HMP	DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE POR PROCEDIMENTO/OUTUBRO/2013				
Indicador	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Atendimento Médico Hospitalar	1.483	1.812	1.920	2.015	2.227
Consulta Cardiológica	30	49	27	53	47
Consulta Pré Natal	23	41	29	24	22
Internação Hospitalar	86	102	94	91	67
Parto Natural	5	6	03	03	04
Parto Cesáreo	2	6	11	05	05
Cirurgias Ambulatoriais	3	1	01	05	02
Cirurgias (geral) Eletivas	8	8	06	16	07
Procedimento Anestesiologia	11	14	15	19	10
Inalação e Nebulização	14	53	22	16	27
Retirada de Pontos	7	12	16	12	18
Curativos	91	74	77	69	78
Exames Ultrassom	110	161	126	140	83
Eletrocardiograma	58	68	43	82	75
Nascidos Vivos	7	12	14	08	09
Atendimento de Psicologia	2	12	06	15	-
Atendimento do Serviço Social	17	51	29	25	11
Serviço de RX			67	90	92
Transferências	42	34	52	44	36
Óbitos	03	0	0	02	03
Total	2.002	2.517	2.558	2.734	2.823
Alimentações Servidas	2.544	2.502	3.539	2.515	2.353

DIGITALIZADO NO IBAMA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LISTA DE PRESENÇA EM REUNIÃO - Assunto: _____ Data: 02 / 12 / 13

	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1.	Maria Fonseca da Cunha	CHTP	(66) 99149389	mfonseca@uhetelespires.com.br
2.	Luiz C. Ramirez Nunes	CHTP	(65) 9687 3792	lramirez@uhetelespires.com.br
3.	MARCOS DUARTE	CHTP / DMA	(65) 9619 5491	MDUARTE@UHETELESPIRES.COM.BR
4.	Mônica Fonseca	Ibama	(61) 3316 1596	monica.fonseca@ibama.gov.br
5.	Rodrigo P. Pereira	CHTP / ITPED	(63) 9633 4135	rodrigo@geogis.com.br
6.	JONATAS COSTA PEREIRA	CHTP - HICON	(21) 2576-6090	jonatas@hicon.com.br
7.	Janaina J. M. L. Silva	Ibama	(61) 3316 1174	janaina.juliana.silva@ibama.gov.br
8.	Lívia Helena C Silveira	Ibama	(61) 3316 1174	livia.silveira@ibama.gov.br
9.	José Geraldo L. de Souza	Ibama	(85) 3307-1122	jotageral59@gmail.com
10.	MARIANA TENÉDINI	IBAMA	(61) 3316-11 74	mariana.tenedini@ibama.gov.br
11.	RAFAEL MELO DOS REIS	IBAMA	(61) 3316-1174	RAFAEL.REIS@IBAMA.GOV.BR
12.	OBAIR SIGAFUS	CHTP	66 9650 5153	OSigafus@UHETelesPires.com.br
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				

4876
27/11/13

02001.022900/2013-20
02-12-13. 4877
6711108

Hidrelétrica
TELES PIRES

Paranaíta, 02 de Dezembro de 2013.

Carta CHTP – 353/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Solicitação da ASV Complementar – Traçado LT 500 kv Torre 18 – Subestação Coletora Norte

Senhor (a) Coordenador (a):

Vimos através desta solicitar a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) complementar para atendimento às necessidades referentes às instalações da Linha de transmissão de 500 Kv da Usina Hidrelétrica Teles Pires considerando que:

1. O traçado da Linha de Transmissão compreendido no escopo do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, que interliga a subestação de manobra à subestação coletora norte, está incluído na ASV 565/2011 – 2ª Retificação emitida em 19/04/2013 pelo IBAMA.
2. A empresa Matrinchã Transmissora de Energia S.A, com licenciamento ambiental na SEMA/MT (LI nº 61687/2013), é a responsável pela construção da subestação coletora norte, denominada por essa empresa como Subestação Paranaíta.
3. Em virtude de aspectos relacionados ao projeto e/ou licenciamento ambiental a empresa Matrinchã realizou uma alteração locacional da subestação, sendo essa alteração alheio à responsabilidade da CHTP.
4. A alteração locacional da subestação provocou uma mudança no trecho final do traçado da Linha de Transmissão sob responsabilidade da CHTP.
5. A CHTP entende que a emissão de uma ASV complementar seria adequado em detrimento à retificação da ASV 565/2011, pois a alteração do traçado na referida ASV teria interferência com trechos da poligonal do canteiro e do traçado do acesso definitivo.
6. O trecho localizado entre as torres 18 e a subestação coletora norte correspondem a 3,46 km de extensão com um quantitativo total 31,77 hectares conforme a tabela abaixo e mapa apresentado no **Anexo 02** deste documento.

DIGITALIZADO NO IBAMA

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 - Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaíta – MT
www.uhetelespires.com.br

4878
6/11/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Tipologia	Hectare (ha)	
	Área de Intervenção da ASV LT 500 kV Alteração do Traçado (Torrres 18 - 26)	Área de Intervenção em APP
Floresta Ombrófila densa Submontana (ha)	1,62	0,76
Área Antropizada (ha)	30,15	0
Total (ha)	**31,77**	**0,76**

7. A Área de Preservação Permanente (APP) corresponde ao mesmo valor do traçado compreendido pela ASV 565/2011 – 2ª Retificação, sendo igual a 0,76 hectares. Para o trecho fora da área de APP a alteração do traçado ampliou em 4,13 hectares o valor de supressão de vegetação que poderá ser suprimido.
8. A CHTP reitera que, conforme procedimento utilizado na supressão vegetal atualmente no canteiro de obras, ASV 565/2011 - 2° retificação, a interferência nessa área será pontual minimizando ao máximo as áreas de supressão vegetal ao estritamente necessário, tendo o acompanhamento de equipes de Resgate de Flora e Fauna.
9. Fazem parte deste documento:

Anexo 01: Via digital (shape).
Anexo 02: Mapa com o Uso e Ocupação do solo e tabela com coordenadas do traçado alterado da Linha de Transmissão LT 500 Kv.

Certos de estarmos cumprindo com os requisitos para obtenção da ASV, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente

4879
6911/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo 01
Via digital (shape).

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaíta – MT
www.uhetelespires.com.br

4880
6711/08

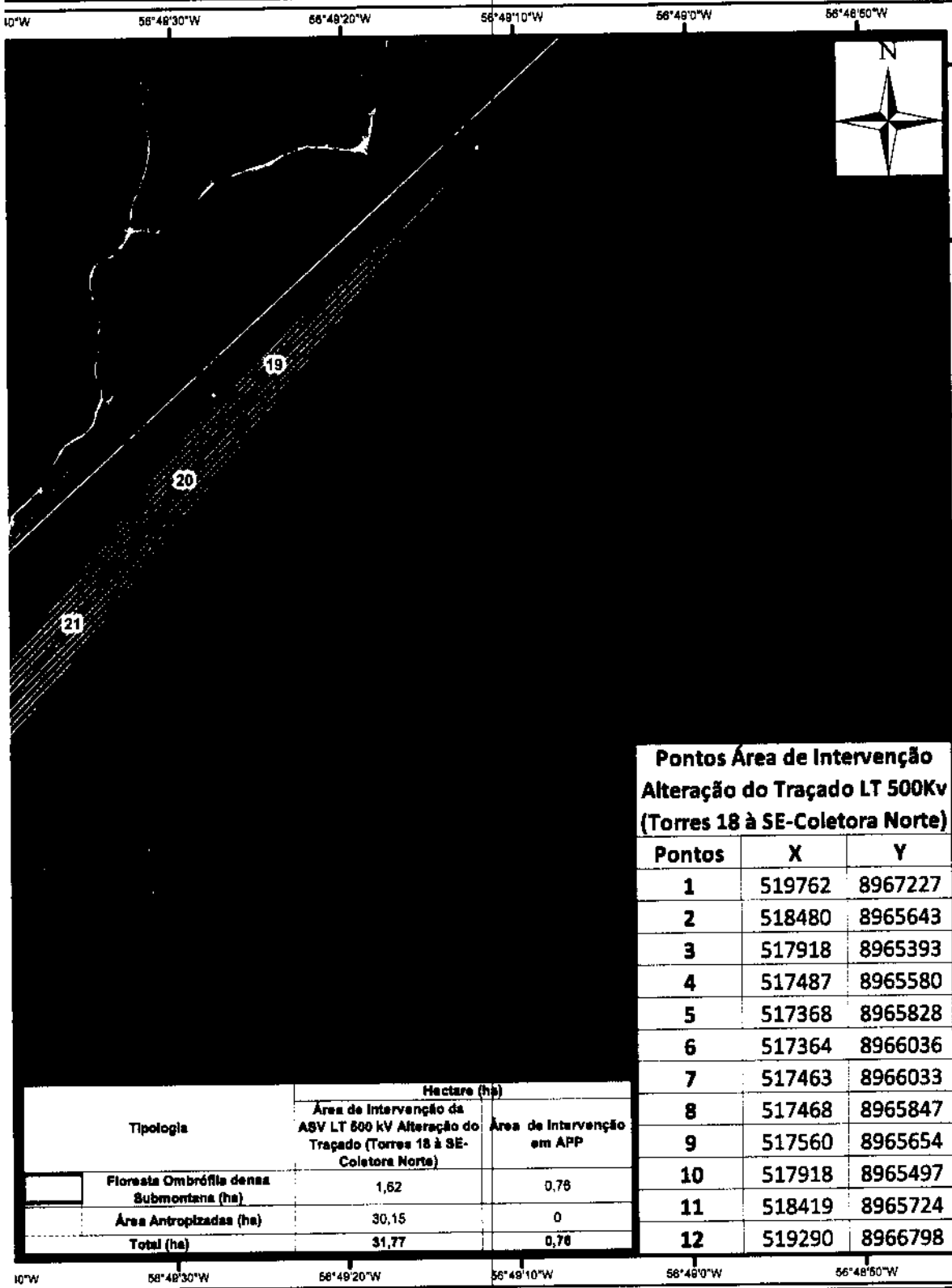
Hidrelétrica
TELES PIRES

Anexo 02

Mapa com o Uso e Ocupação do solo e tabela de Coordenadas do Traçado alterado da Linha de Transmissão LT 500 Kv.

Pontos Área de Intervenção Alteração do Traçado LT 500Kv (Torres 18-Subestação) SAD69.		
Pontos	**X**	**Y**
1	519762	8967227
2	518480	8965643
3	517918	8965393
4	517487	8965580
5	517368	8965828
6	517364	8966036
7	517463	8966033
8	517468	8965847
9	517560	8965654
10	517918	8965497
11	518419	8965724
12	519290	8966798

4881
671/08



Pontos Área de Intervenção Alteração do Traçado LT 500Kv (Torres 18 à SE-Coletora Norte)		
Pontos	X	Y
1	519762	8967227
2	518480	8965643
3	517918	8965393
4	517487	8965580
5	517368	8965828
6	517364	8966036
7	517463	8966033
8	517468	8965847
9	517560	8965654
10	517918	8965497
11	518419	8965724
12	519290	8966798

Tipologia	Hectare (ha)	
	Área de Intervenção da ASV LT 500 kV Alteração do Traçado (Torres 18 à SE-Coletora Norte)	Área de Intervenção em APP
Floresta Ombrófila densa Submontana (ha)	1,62	0,76
Área Antropizadas (ha)	30,15	0
Total (ha)	31,77	0,76

REFERÊNCIAS

BASE CARTOGRÁFICA: IBGE - geoftp.ibge.gov.br;
IBAMA - http://siscom.ibama.gov.br/shapes/;
SEMA - MT - http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/
BASE CARTOGRÁFICA -PBA - Empresa JGP.
EIA RIMA
Imagem Spot 2008, World View e Geo eye 2011.

Escala 1:10.000

0 70 140 280 420 560 Meters

Projeção: Universal Transverse Mercator - UTM
Sistema Geodésico de Referência: South American Datum - SAD 69

Data:28/11/2013 | Mxd: Canteiro de Obras - UHE Teles Pires

PROJETO:
UHE TELES PIRES

MAPA:
Solicitação da ASV para LT 500 Kv
Alteração do Traçado
(Torres 18 à SE coletora Norte)

TELES PIRES

Elaboração: JROCHA

EM BRANCO

4882
6/11/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PAR. 007481/2013 COHID/IBAMA

Assunto: Análise das Cartas CHTP 244/2013 e 270/2013 e anexos.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Este parecer analisa as Cartas CHTP 244/2013 e 270/2013 e anexos, nas quais a CHTP consulta ao Ibama sobre a possibilidade de doar a madeira da espécie Bertholletia excelsa (castanheira) para construção de casas no município de Paranaíta/MT.

I. INTRODUÇÃO

A CHTP solicitou, por meio das Cartas CHTP 244/2013 e 270/2013, autorização para doar madeira da espécie Bertholletia excelsa (castanheira) oriunda de Supressão de Vegetação do empreendimento, em atendimento a pedido da prefeitura de Paranaíta que pretende usá-la para construção de casas populares.

II. ANÁLISE

A prefeitura de Paranaíta solicitou à CHTP a doação da madeira da espécie Bertholletia excelsa (castanheira), produto da supressão de vegetação da UHE Teles Pires, para construção de casas populares no município de Paranaíta/MT.

Os projetos apresentados são para casas de 2 quartos e 53,46m², a serem construídas no Residencial Teles Pires, bairro Jardim Novo, Paranaíta/MT. Os terrenos, de propriedade da prefeitura, serão de 240m² para cada residência e o padrão construtivo segue as normas ABNT.

Ao que se entende, a partir da análise do material enviado para apreciação do Ibama, os projetos, bem como a definição dos locais de construção são de responsabilidade da prefeitura. Os projetos foram formulados pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.

A castanheira (*Bertholletia excelsa*) não é passível de exploração para fins madeireiros

em florestas naturais, primitivas ou regeneradas (Art. 29 do Decreto n 5.975, de 30 de novembro de 2006). O Estado do Pará publicou a Lei n 6.895, de 1 de agosto de 2006, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune ao corte a castanheira em todo o estado. Antes, o art. 33 da Lei Estadual n 6.462, de 4 de julho de 2002, que institui aPolítica Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação no estado do Pará, já proibia o corte e a comercialização da espécie sob qualquer hipótese em florestas nativas, primitivas ou regeneradas.

O projeto técnico da Prefeitura estima que serão necessários 2,6706 m³ de madeira na forma de tábuas e 1,9801 m³ em pilares para a construção de cada unidade residencial, totalizando 4,6507 m³. No entanto, não foi informado o número de casas a serem construídas e, consequentemente, o montante de madeira a ser doado pela CHTP.

Outra questão a ser definida é se a doação será em toras ou em madeira serrada. Em se tratando de madeira em toras, necessário informar o responsável pela serragem, considerando que tanto a CHTP quanto a Prefeitura de Paranaíta não possuem unidades industriais especializadas no desdobro e beneficiamento de madeiras.

Esta equipe desconhece se existem normas ou procedimentos estabelecidos para o uso social da madeira de espécie protegida oriunda de áreas com supressão para implantação de empreendimento considerado de interesse público, contudo sugere-se adoção dos procedimentos a seguir:

1. Termo de Doação especificando o volume e tipo da madeira (toras, serrado ou beneficiado);
2. A CHTP deverá solicitar Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal (AUMPF) junto à SUPES/MT, apresentando o romaneio da madeira de castanheira a ser doada;
3. Informar onde será feito o desdobro e o beneficiamento das toras de castanheira.

Considerando que os empreendimentos hidrelétricos por vezes têm dificuldade em destinar a madeira suprimida e que o uso proposto pela Prefeitura e CHTP é de dar uso social à madeira de qualidade, esta equipe não vê óbices em atender ao pleito e autorizar a destinação do recurso, desde que adotados os procedimentos elencados acima.

III. CONCLUSÃO

Considerando que os empreendimentos hidrelétricos por vezes têm dificuldade em destinar a madeira suprimida e que o uso proposto pela Prefeitura e CHTP é de dar uso social à madeira de qualidade, esta equipe não vê óbices em atender ao pleito e autorizar a destinação do recurso, desde que adotados os seguintes procedimentos:

1. Termo de Doação especificando o volume e tipo da madeira (toras, serrado ou

4883
G11/08

beneficiado);

2. A CHTP deverá solicitar Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal (AUMPF) junto à SUPES/MT, apresentando o romaneio da madeira de castanheira a ser doada;
3. Informar onde será feito o desdobro e o beneficiamento das toras de castanheira.

Brasilia, 03 de dezembro de 2013

Aline Fonseca Carvalho
Analista Ambiental da Coordenação de Energia Hidrelétrica

José Geraldo Lopes de Souza
Analista Ambiental do NUFLORA/CE

De acordo.
Solicito à TRP Mariana Tenedini que elabore a minuta de ofício para conhecimento da empresa

24/1/2014

Cristina Cordeiro da Fonseca
Gerenadora de Licenciamento de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

4884
6711/05

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.014889/2013-51 COHID/IBAMA

Brasilia, 04 de dezembro de 2013.

Ao Senhor
Marcos Azevedo Duarte
Diretor da COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES SA
RUA REAL GRANDEZA, 274. Botafogo.
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
CEP.: 22.281-036

Assunto: **2ª fase de resgate da ictiofauna - AHE Teles Pires.**

Senhor Diretor,

1. No âmbito do processo de licenciamento do AHE Teles Pires, foi produzida a Nota Técnica 6315/2013 COHID/IBAMA (anexo), a qual registra as considerações derivadas da vistoria realizada no período de 23 a 25 de julho de 2013, que teve por objetivo acompanhar o resgate da ictiofauna aprisionada na ensecadeira de jusante.

2. Como apontado na Nota supracitada, solicito que a empresa:

- contate a Capitania dos Portos - Setor de Sinalização Náutica do Oeste, no intuito de buscar formas de minimizar os problemas havidos com embarcações de pesca esportiva, principalmente nas áreas de emboque e desemboque do desvio do rio. As tratativas mantidas com a Capitania devem ser relatadas ao Ibama;
- encaminhe a avaliação das atividades da 2ª fase de resgate da ictiofauna nas áreas das ensecadeiras, apontando expectativa original, resultados obtidos, assim como dificuldades e soluções encontradas durante o desenvolvimento da atividade.

Atenciosamente,

MONICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora da COHID/IBAMA

02001.023870/2013-03
16/12/2013
4885
6711/08

TELES PIRES

Paranaíta-MT, 11 de dezembro de 2013.

Carta CHTP 382-2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref.: 4º Relatório Semestral de Andamento dos PBAs
CNPJ.: 12.810.896/0001-53

Assunto: Envio dos Relatórios do Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas a Implantação - P.03.

Senhor Coordenador:

Em atendimento a solicitação realizada através de telefone, no dia 05 de dezembro de 2013, encaminhamos em anexo os Relatórios do Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas a Implantação - P.03 (Canteiro de obras e Reservatório).

Os relatórios acima mencionados foram encaminhados anteriormente no âmbito do 4º relatório semestral, através da carta CHTP 260/2013, em 19/09/2013 e através do e-mail mariana.tenedini@ibama.gov.br em 05 de dezembro de 2013.

Sendo o que temos para o momento.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Duarte
Diretor de Meio Ambiente

À TRP Mariane Tonedi
para conhecimento e
inclusão de análise
da equipe.

17/12/2013

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

02001.024394/2013-30
20.12.13

4886
6711/08

TELES PIRES

Paranaíta, 16 de Dezembro de 2013.

Carta CHTP – 388/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Atendimento a condicionante específica 2.3 da ACCTMB 002/2011 – 1ª Renovação, 2ª Retificação – Relatório Trimestral.

Senhor (a) Coordenador (a):

Em atendimento a condicionante específica 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 002/2011 (1ª Renovação de 09/07/2012 – 2ª Retificação de 04/06/2013), encaminhamos através desta, Relatório Trimestral das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna Silvestre no Canteiro de Obras e Manutenção do Centro de Triagem da Fauna Silvestre, correspondente aos meses de Agosto a Outubro de 2013.

Fazem parte deste documento:

Anexo I – Relatório Trimestral das atividades do Programa de Resgate e Salvamento Científico de Fauna Silvestre – Canteiro de Obras.

Anexo II – Versão digital do relatório e mídia com arquivos em Excel com os dados brutos coletados.

Certo de sua compreensão, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

À analista Mariana Tredini,

para análise.

07/01/2014

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

02001.024394/2013-30
20.12.13

4887
6711/08

Hidrelétrica
TELES PIRES

Paranaíta, 16 de Dezembro de 2013.

Carta CHTP – 388/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Atendimento a condicionante específica 2.3 da ACCTMB 002/2011 – 1ª Renovação, 2ª Retificação – Relatório Trimestral.

Senhor (a) Coordenador (a):

Em atendimento a condicionante específica 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 002/2011 (1ª Renovação de 09/07/2012 – 2ª Retificação de 04/06/2013), encaminhamos através desta, Relatório Trimestral das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna Silvestre no Canteiro de Obras e Manutenção do Centro de Triagem da Fauna Silvestre, correspondente aos meses de Agosto a Outubro de 2013.

Fazem parte deste documento:

Anexo I – Relatório Trimestral das atividades do Programa de Resgate e Salvamento Científico de Fauna Silvestre – Canteiro de Obras.

Anexo II – Versão digital do relatório e mídia com arquivos em Excel com os dados brutos coletados.

Certo de sua compreensão, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

02001.024391/2013-04
20.12.13

1888
6711/04

Hidrelétrica
TELES PIRES

Paranaíta, 16 de Dezembro de 2013.

Carta CHTP – 390/2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C Sra. MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.
CNPJ: 12.810.896/0001-53

Assunto: Complementação da CHTP 060/2013 – ASV 651/2012

Senhor (a) Coordenador (a):

Vimos através desta apresentar o mapa comparativo das áreas e poligonais das Autorizações de Supressão de Vegetação do Canteiro de Obras da UHE Teles Pires, ASV 651/2012 e ASV 565/2011 – 1ª Retificação, em complementação ao Relatório encaminhado através da CHTP 060/2013 objetivando o encerramento da Autorização de Supressão Vegetal Nº 651/2012, de 17 de Abril de 2012.

1. Faz parte deste documento:

Anexo 01: Mapa com a localização dos polígonos e áreas compreendidas pelas Autorizações de Supressão Vegetal do canteiro de obras: ASV 651/2012 e ASV 565/2011 – 1ª Retificação.

Certos de estarmos cumprindo com os requisitos para o encerramento da referida ASV, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

PROTOCOLADO NO IBAMA

À analista Lívia Cotta,
para análise com contribuição
do analista José Geraldo Souza
do NLA - CE.

07/01/2014

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

4889
6711/08

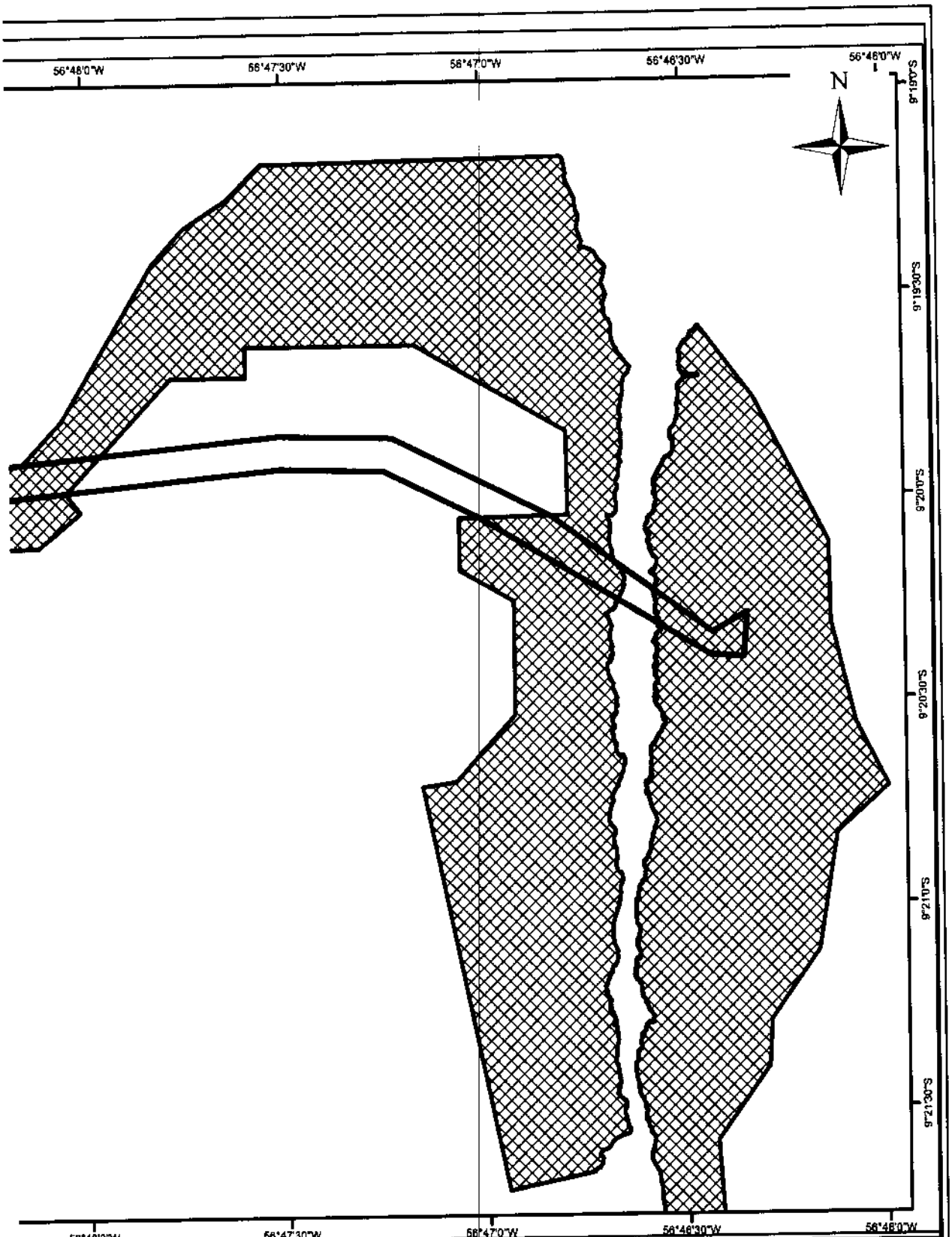
TELES PIRES

Anexo 01

Mapa com a localização das ASVs do Canteiro de Obras da UHE Teles Pires.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaíta - MT
www.uhetelespires.com.br

4890
671/108



REFERÊNCIAS

BASE CARTOGRÁFICA: IBGE - geoftp.ibge.gov.br;
IBAMA - http://siacom.ibama.gov.br/shapes/;
SEMA - MT - http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/
BASE CARTOGRÁFICA -PBA - Empresa JGP.
EIA RIMA
Imagem Spot 2008, World View e Geo eye 2011.

Escala **1:24.000**

0 160 320 640 960 1.280 Meters

Projeção: Universal Transverse Mercator - UTM
Sistema Geodésico de Referência: South American Datum - SAD 69

Data:05/11/2013 | MXD: Canteiro de Obras

PROJETO:
UHE TELES PIRES

MAPA:
Localização das ASV
Canteiro de Obras UHE Teles Pires

TELES PIRES

Elaboração: JROCHA

0200/. 024561/2013-42
23.12.13

4891
6911/08

TELES PIRES

Paranaíta-MT, 20 de dezembro de 2013.

Carta CHTP nº 385-2013

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
C/C MÔNICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Brasília - DF

Ref.: Agendamento de Workshop de Andamento dos Programas do PBA da UHE Teles e Reunião de Planejamento para obtenção da L.O.
CNPJ.: 12.810.896/0001-53

Senhor Coordenador:

Conforme previamente discutido com este órgão, concordamos com a realização do 4º Workshop de andamento dos Programas Socioambientais na semana de 17 a 20 de fevereiro de 2014. Sendo assim, sugerimos os dias 18 e 19 de fevereiro para a realização do mesmo nas instalações do IBAMA Brasília.

Nesta oportunidade, estaremos apresentando também os resultados finais do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA.

Aproveitamos o momento para solicitar um agendamento de reunião, no melhor horário para os Senhores, no dia 20 ou 21 de janeiro de 2014 para tratarmos do planejamento para obtenção da Licença de Operação da UHE TELES PIRES. Temos a previsão preliminar de darmos entrada na solicitação da L.O no IBAMA em 15 de abril de 2014.

Sendo o que temos para o momento, aproveitamos para desejar um Feliz Natal e muita ENERGIA para vencer todos os obstáculos em 2014.

Atenciosamente,

PROTOCOLADO NO IBAMA

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Duarte
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Rua Real Grandeza, 274 – Tel. (21) 3253 0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ
Av. Ayrton Senna, 355 – Tel. (66) 3568 1468 – Centro – CEP. 78.590-000 – Paranaíta – MT
www.telesp.com.br

À TRP Mariana Tenedini,
para providências no sentido
de viabilizar a realização do
4º Workshop.

07/01/2014

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

4892
Rubr.

TELES PIRES

02001.024374/2013-69
20.12.13

Paranaíta, 17 de dezembro de 2013.

Carta CHTP – 393/2013

Ao
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
ESCRITÓRIO REGIONAL DE ALTA FLORESTA
ILMA. SRA. JOCELITA GIORDANI TOZZI
Alta Floresta - MT

C/C:
COORDENADORIA GERAL DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA.
ILMA. SRA. MONICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Brasília - DF

Ref.: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Resposta ao Oficio 02052.000170/2013-37/ESREG Alta Floresta/IBAMA.

Senhora Chefe,

Com os nossos cumprimentos, apresentamos resposta ao Oficio 02052.000170/2013-37/ESREG Alta Floresta/IBAMA, anexando os seguintes documentos:

1) Cronograma previsto x realizado do Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra;
2) Cronograma previsto x realizado do Programa de Controle e Prevenção de Doenças;
3) Cronograma previsto x realizado do Plano de Ação e Controle da Malária;
4) Cronograma previsto x realizado do Programa de Reforço a Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais;
5) Cronograma previsto x realizado do Programa de Apoio e Fomento das Atividades Econômicas Locais;
6) Cronograma previsto x realizado do Programa de Apoio e Incremento da Atividade do Turismo;
7) Cronograma previsto x realizado do Plano de Desenvolvimento de Territórios;
8) Cronograma previsto x realizado do Programa de Educação Ambiental;
9) Cronograma previsto x realizado do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira;
10) Planilhas detalhadas dos investimentos previstos x realizados do Programa de Reforço a Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais nos municípios Alta Floresta, Jacareacanga e Paranaíta;

À TRP Mariana Tenedini
para conhecimento da equipe.

07/01/2014

Cristina Carloso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

4893
6/11/08

TELES PIRES

11) Planilhas detalhadas dos investimentos realizados no âmbito do Plano de Ação e Controle da Malária, nos municípios de Alta Floresta, Jacareacanga e Paranaíta, Estado do Pará e Estado do Mato Grosso;
12) Documentos comprobatórios dos investimentos realizados e entregues, nos municípios de Alta Floresta, Jacareacanga e Paranaíta, bem como, documentos que justificam itens do acordo ainda não entregues.

Aproveitamos a oportunidade para colocar-nos a inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Alysson Cassio Miranda
Gerente de Socioeconomia

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A.
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.281-036 – Rio de Janeiro, RJ.
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro - CEP.78.590-000 - Paranaita – MT
www.uhetelespires.com.br

02001.024566/2013-75
23.12.13

DIGITALIZADO NO IBAMA

4894
6711/08

ICMBio/CDoc
0695854

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE
Caixa Postal: 7993 CEP: 70673-970

Ofício nº 230/2013/DIBIO/ICMBio

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

À Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiental – DILIC
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede IBAMA
Brasília-DF Caixa Postal: nº 09566
70818-900

Assunto: **Impactos ambientais à unidades de conservação federais pela instalação da UHE Teles Pires, no rio Teles Pires**

Senhora Diretora,

1. Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos solicitar, com a maior brevidade possível, os estudos ambientais aprovados por essa autarquia no processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, no rio Teles Pires.

2. Caso disponham de parecer técnico para a emissão da licença prévia, agradeceríamos disponibilizar cópia a este Instituto Chico Mendes.

3. Agradecendo a atenção e a disponibilidade em nos auxiliar, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA
Diretor

A TRP Mariana Tendini,
para juntar ao processo.
Minuta de Ofício em
resposta em e-mail ao
Coordenador Geral

08/01/2014

Ana Lucia Cristina Corrêa da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento
de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

4895
27/11/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

PROTOCOLO GERAL/ICMBio
RECEBIDO EM 10/01/14
10/01 DOCUMENTAL 0737936
ASSINATURA

OF 02001.000111/2014-45 DILIC/IBAMA

Brasilia, 08 de janeiro de 2014.

Ao Senhor
Marcelo Marcelino de Oliveira
Diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.670-350

Assunto: **UHE Teles Pires**

Senhor Diretor,

1. Em resposta ao Ofício n° 230/2013/DIBIO/ICMBio, informo que o EIA/RIMA relativo à UHE Teles Pires está disponível no sítio eletrônico do Ibama (https://www.ibama.gov.br/licenciamento/) na pasta referente ao empreendimento, acessível no repositório EIAs - Relatórios - Monitoramento disponíveis.

2. O Parecer Técnico nº 111/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que trata da análise técnica do EIA/RIMA da UHE Teles Pires, também pode ser consultado *on line*, na seção do empreendimento no SisLic (https://ibamanet.ibama.gov.br/licenciamento/sislic/), no item do menu Documentos do Processo.

3. Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

4896
6/1/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.000115/2014-23 COHID/IBAMA

Brasilia, 08 de janeiro de 2014.

Ao Senhor
Marcos Duarte
Diretor da COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES SA
RUA REAL GRANDEZA, 274 - Botafogo
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
CEP.: 22.281-900

Assunto: **Workshop de andamento do PBA da UHE Teles Pires e Reunião de planejamento para LO.**

Senhor Diretor,

1. Em resposta à Carta CHTP nº 385-2013, confirmo o período de 18 a 19 de fevereiro de 2014 para a realização do *workshop* de apresentação e discussão do andamento dos Programas Ambientais da UHE Teles Pires, no Auditório 1 do Ibama Sede.

2. A reunião solicitada na supracitada correspondência fica agendada para 21 de janeiro de 2014, às 14:30 na DILIC no Ibama Sede.

Atenciosamente,

MONICA CRISTINA CARDOSO DA FONSECA
Coordenadora da COHID/IBAMA

1897
6711/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.000181/2014-01 DILIC/IBAMA

Brasilia, 10 de janeiro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Antônio Domingo Rufatto
Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Paranaita
Rua Alceu Rossi s/n, Centro
PARANAITA - MATO GROSSO
CEP.: 78.590-000

Assunto: **UHE Teles Pires**

Senhor Prefeito Municipal,

1. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apresentado para avaliação da viabilidade ambiental, identifica e caracteriza os impactos socioambientais decorrentes do empreendimento. Posteriormente, como pré-requisito para a emissão da Licença de Instalação (LI), o Projeto Básico Ambiental (PBA) apresenta o conjunto de Programas a serem desenvolvidos pelo empreendedor, com objetivo de mitigar e/ou compensar os impactos anteriormente levantados.

2. Em resposta ao Ofício nº 86/PMP/DCPC/2013, esclareço que o órgão licenciador pode rever as medidas mitigadoras previstas no processo de licenciamento ambiental, quando comprovada, por meio de estudos técnicos, a ocorrência de impactos não previstos ou subestimados no EIA.

3. Caso fique comprovado, a partir de dados concretos, que há impactos não previstos ou de magnitude superior à prevista no EIA, o Ibama poderá determinar ao empreendedor a adoção de medidas mitigadoras suplementares.

4. Sendo assim, registro a possibilidade de apresentação, por parte desta Prefeitura, de

dados técnicos comprovando a magnitude, superior àquela estimada pelo EIA, dos impactos socioambientais sofridos em consequência da instalação da UHE Teles Pires, para análise deste Instituto.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PAR. 000125/2014 COHID/IBAMA

Assunto: Análise do Ofício nº 433/2013 da 1ª Projus Cível da A/F-MT e anexos, Ofício nº171/2012 Gabinete Municipal da Prefeitura de Paranaíta e Carta CHTP nº 352/2013.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do Ofício nº 433/2013 da 1ª Projus Cível da A/F-MT e anexos, Ofício nº171/2012 Gabinete Municipal da Prefeitura de Paranaíta e Carta CHTP nº 352/2013, de forma a instruir resposta ao pleito do Ministério Público do Estado do Mato Grosso e ajustar ações do programa P-36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

I. INTRODUÇÃO

O empreendimento UHE Teles Pires encontra-se em implantação no rio Teles Pires, municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA e terá capacidade instalada de 1820MW e reservatório de aproximadamente 150km2.

O objetivo deste parecer é analisar o pleito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e prefeituras de Paranaíta e Alta Floresta sobre o atendimento do programa ambiental P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

Para tanto, serão avaliados os documentos: enviados pelo MPE-MT, por meio do Ofício nº 433/2013 da 1ª Projus Cível da A/F-MT e anexos; Ofício nº171/2012 Gabinete Municipal da Prefeitura de Paranaíta; e as informações enviadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP acerca dos programas da LI nº 818/2011, especialmente o P-36 e a Carta CHTP nº 352/2013 e demais documentos do processo.

II. ANÁLISE

Foi enviado ao Ibama o Ofício nº 433/2013 da 1ª Projus Cível da A/F-MT, no qual o MPE - MT expõe seu entendimento do P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, que faz parte do PBA aprovado pelo Ibama quando da Emissão de Licença de Instalação da UHE Teles Pires.

O documento afirma que a CHTP - Companhia Hidrelétrica do Teles Pires - estaria descumprindo programas e condicionantes que se referem à mitigação/compensação dos impactos socioeconômicos. Também menciona que do orçamento para execução dos programas apenas uma pequena parcela teria sido aplicada em infraestrutura para os

municípios de Alta Floresta e Paranaíta.

Cabe esclarecer que, para o Ibama, os estudos e propostas de programas são divididos em 3 meios para facilitar o trabalho e designar os técnicos de acordo com seus conhecimentos acadêmicos. Estes meios (físico, biótico e socioeconômico) não têm, para este órgão, hierarquia em termos de importância, até porque são interligados tendo entre si relação de codependência para o equilíbrio socioambiental e para que os programas alcancem seus objetivos. O PBA da UHE Teles Pires tem ao todo 44 programas distribuídos entre os 3 meios citados, sendo 13 deles voltados ao meio socioeconômico. O orçamento previsto para ser aplicado em programas ambientais é proposto quando do leilão de concessão do empreendimento e se destina a esses 44 programas que devem ser todos executados.

Estes valores são determinados pelos órgãos que tratam das questões energéticas propriamente ditas, para o Ibama não faz diferença o valor que se aplica, desde que o impacto seja mitigado. O empreendedor pode gastar mais ou menos que o previsto, sem ter que prestar contas financeiras a este Instituto, até porque o Ibama não dispõe de peritos para determinar se a quantia destinada a uma ação específica está adequada ou não.

Sobre o investimento inicial de R$11.090.000,00 destinados aos municípios atingidos, observa-se que apenas estão computados gastos com Alta Floresta e Paranaíta. Deve ser acrescentado àquele valor o investimento de R$4.550.000,00 em obras para a sede municipal de Jacareacanga, também contemplado para efeito de compensação, visto que a sede em si está fora da AID, mas o município é afetado diretamente pelo empreendimento.

Discorda-se da abordagem do MPE, quando este afirma que este montante gasto e as obras já realizadas não fazem parte do P.36, pois seriam obras emergenciais a critério do município. Estas obras são sim parte do P.36, inclusive elas são o escopo de uma das duas ações do Subprograma de Compensação Financeira. A outra ação deste subprograma é a de combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O P.36 – Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais é dividido em 3 subprogramas. Entre eles o Subprograma de Compensação Financeira, que trata da execução dos acordos firmados com os municípios de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga, que resultou na aplicação do montante de recursos para incremento da infraestrutura citados anteriormente. Os demais subprogramas do P.36 são: Monitoramento socioeconômico e Compensação financeira complementar.

Na maioria dos empreendimentos licenciados pelo Ibama, estas obras só ocorrem durante a fase de instalação do empreendimento. Entretanto, alguns dos últimos empreendimentos que deram entrada em processos de licenciamento ambiental neste órgão, tinham histogramas de mão de obra elevados, portanto tem-se solicitado firmar

acordos entre os empreendedores e prefeituras para iniciar o programa que apoia as municipalidades antes mesmo da emissão da LI. Este foi o caso da UHE Teles Pires e o objetivo era, se possível, fazer com que os efeitos do inchaço populacional praticamente não fossem sentidos. Com base nesse histograma e nessa premissa, as prefeituras indicaram quais investimentos deveriam ser feitos.

O Subprograma de Monitoramento Socioeconômico prevê acompanhar a evolução da movimentação de população e dos impactos sociais causados pelo empreendimento. Os resultados deste monitoramento são apresentado semestralmente ao Ibama por meio de relatórios. A partir destes dados determina-se a necessidade ou não de novos investimentos em infraestrutura para os municípios de Alta Floresta e Paranaíta.

Além dos investimentos aportados para as obras de adequação e infraestrutura definidas pelo Subprograma de Compensação Financeira, existe a previsão de um fundo garantidor, que seria objeto de reparações indicadas pelo Subprograma de Monitoramento Socioeconômico, cujos gastos seriam gerenciados pelo Subprograma de Compensação Financeira Complementar. De acordo com o 4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais enviado pela empresa, o Fundo Garantidor começou a ser utilizado pelo município de Paranaíta. De acordo com o 4º Relatório, parte deste recurso foi utilizado para incrementos na área de segurança pública com: compra de equipamentos/mobília para Delegacia de Polícia Civil; aluguel da Delegacia provisória; aquisição de dois veículos 4x4 cabine dupla, quatro motos e uma unidade móvel; construção da Delegacia de Paranaíta (custeio de 50% do valor da obra). No momento de fechamento do referido relatório as obras da delegacia estariam em andamento.

É importante esclarecer que, detectada a necessidade, a destinação do recurso é negociada entre as prefeituras impactadas e o empreendedor, isto porque se entende que as próprias administrações são os entes mais indicados para determinar o uso do recurso. O Ibama pode conversar com os gestores e emitir opiniões técnicas, mas não mudar a negociação. Também é importante esclarecer que quaisquer negociações extralicenciamento entre prefeituras e empreendedores podem ocorrer livremente sem o aval ou conhecimento do Ibama.

No âmbito do licenciamento federal, as obras ou repasse de verbas para apoio aos municípios têm que ter lastro no monitoramento, uma vez que se destinam a manter as condições de atendimento anteriores à chegada do empreendimento. Desta forma, o Ibama pode intervir solicitando mais investimentos quando fica provado que o impacto foi maior do que o esperado, lembrando sempre que a maior parte dos municípios do Brasil tem graves problemas na oferta de serviços básicos, que são questões relacionadas a ausência de políticas públicas. O empreendedor é responsável pelos problemas acarretados pela instalação e operação de determinada obra, neste caso uma usina hidrelétrica.

Por meio de Termos de Compromisso (TC), firmado entre Prefeituras de Paranaíta e Alta Floresta, CHTP e MPE-MT, ficou determinado que o empreendedor custearia uma consultoria que realizaria monitoramento socioeconômico paralelo ao da CHTP. O Ofício nº 433/2013 da 1ª Projus Cível da A/F-MT, diz *"Os demais impactos decorrentes do afluxo populacional, seriam identificados por meio de assessoria técnica, disponibilizada pelo empreendedor, a ser prestada aos municípios e Ministério Público."*

Este Ofício do MPE-MT trouxe como anexo os relatórios da consultoria independente, contratada pelas prefeituras e custeada pela CHTP, conforme previsto no TC. Sobre o conteúdo destes relatórios, um deles se trata de pesquisa socioeconômica e o outro de uma listagem elaborada a partir desta pesquisa.

A pesquisa em si, foi um trabalho bem feito, que poderia ser comparado com informações de um Estudo de Impacto Ambiental - EIA, por exemplo, quando se colhe dados generalizados sobre o estado da infraestrutura com o objetivo de traçar um perfil amplo da realidade social local. Ele poderia ser usado como um marco para futuras comparações, mas não como parâmetro de ações de responsabilidade do empreendedor, visto que não há comparações de antes e depois.

Quando se diz, por exemplo, que uma determinada escola era deficitária em 100 vagas e após o empreendimento se tornou deficitária em 300 vagas, este deficit de 200 vagas é de responsabilidade do empreendedor, as 100 anteriores são questões para se resolver com o poder público. Para isso é fundamental estabelecer um marco temporal inicial e a partir dele, utilizando dados oficiais, traçar as alterações que a atração populacional em virtude da instalação de uma grande obra podem ter acarretado.

Da maneira como o estudo da consultoria independente foi conduzida ela não demonstra o nexo de causalidade necessário para imputar ao empreendedor novos investimentos.

Dados passíveis de contraposição, ou seja comparáveis metodologicamente, aos levantados pela CHTP, no âmbito do licenciamento, podem ser encaminhados ao Ibama e serão analisados. Entretanto, se não oferecem auxílio na análise dos impactos, serão considerados apenas os dados enviados nos relatórios semestrais da empresa licenciada.

Outra questão levantada pelo MPE-MT foi a participação da CHTP nas reuniões do Grupo de Trabalho - GT, que faz parte dos Termos de Compromisso e foram incorporados à licença de instalação, conforme solicitado pelo Ministério Público.

Como determinado na Licença de Instalação nº 818/2011, na condicionante 2.19 item c, o empreendedor deveria *"Apresentar no prazo de 90 dias, comprovação da instalação e do funcionamento de Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental"*. Por meio da Carta CHTP 183/2011, de 29/09/11, a CHTP informou ao Ibama ter criado o grupo de trabalho em 24/08/2011. O PT nº 23/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA considerou atendido este item.

Entretanto, este GT tem uma função, que extrapola sua mera criação. Visto pela ótica dos TCs, que no caso da UHE Teles Pires foi o que ensejou a criação do GT, deveriam ser dois GTs (um em Paranaíta e outro em Alta Floresta), cada um conduzido por 3 membros: um representante da respectiva Prefeitura, um do MPE e outro da CHTP. Para o MPE, quando propôs os TCs, os GTs teriam função de acompanhar o avanço dos impactos socioambientais decorrentes da chegada de novos trabalhadores e a sobrecarga aos serviços públicos. Os TCs também estabeleceram a quantia do Fundo Garantidor (R$10.000.000,00) que seria gasto ou não dependendo das decisões tomadas conjuntamente nos GTs. O valor reservado para o Fundo Garantidor seria aplicado aos dois municípios: Alta Floresta e Paranaíta.

De acordo com as denúncias feitas pelo MPE-MT, a CHTP não estaria participando das reuniões do Grupo de Trabalho. Entre os anexos do documento em questão o MPE apresentou algumas atas de reunião assinadas por representante da CHTP, no ano de 2012, entretanto, para o ano de 2013, apenas consta assinatura da CHTP em uma ata. Esta reunião ocorreu no dia 12 de março e decidiu pela construção da nova delegacia de Paranaíta/MT.

Ao que parece, pela leitura das atas, existe discordância entre as partes sobre o que deve ser executado pela empresa e o que é responsabilidade dos impactos do empreendimento. Discordância não configura ausência ou falta de participação no GT. Talvez uma outra configuração para estes trabalhos pudesse colaborar com resultados mais satisfatórios para as partes. Obviamente, esta proposta de novo andamento para o GT mudaria todo o andamento dos trabalhos conduzidos pelo MPE-MT, visto não ser esse o tipo de reunião que faz parte dos trabalhos deste Instituto.

Sobre a participação da CHTP no GT no ano de 2013, embora o MPE-MT tenha anexado apenas uma ata, o Ibama teve acesso a mais duas atas, uma de reunião no dia 8 de março e outra no dia 21 de maio. É importante destacar que estas duas reuniões cujas atas especificamente decidiram pela contratação de nova consultoria independente, o que deixa óbvia a constatação de que o trabalho que vinha sendo realizado pela antiga consultoria não produziu dados capazes de confrontação com os dados da CHTP, não configurando, portanto, lastro capaz de tornar exigíveis os investimentos que as prefeituras alegam ser necessários.

Os relatos da equipe sobre vistoria realizada em fevereiro de 2013 foram registrados na NOT. TEC. 000317/2013. Uma das impressões em relação às reuniões com as prefeituras foi o descontentamento dos gestores em relação ao trabalho realizado pela consultoria independente prevista em TC e custeada pela CHTP. Naquele momento a equipe do Ibama ressaltou que para o acompanhamento do licenciamento ambiental acatava-se os dados produzidos e disponibilizados pela CHTP nos relatórios semestrais, mas que dados capazes de serem confrontados poderiam ser encaminhados e seriam igualmente analisados para determinar o correto cumprimento das medidas mitigadoras. A empresa

naquele momento informou que era possível trocar a consultoria contratada pelas prefeituras que se mostraram favoráveis a esta possibilidade.

A CHTP havia declarado em reunião ocorrida durante a vistoria realizada em fevereiro de 2013, que estaria tendo dificuldade em participar do GT no formato em que este funcionava. Posteriormente, após avaliação da vistoria o Ibama respondeu à empresa que outra forma de participação popular poderia ser proposta para substituir o GT e seria avaliada pela equipe, pelo menos no que tange ao condicionado no licenciamento. Porém, a julgar pela participação da empresa nas reuniões do primeiro semestre de 2013, a empresa retornou às atividades do GT. As cópias das atas dos encontros do segundo semestre serão enviadas ao Ibama no 5º relatório semestral que deve ser protocolado por volta do mês de março de 2014.

Um GT de participação paritária (mesmo número de atingidos e de representantes da empresa) com moderação imparcial levaria a conclusões acordadas e soluções práticas e executáveis.

Especificamente em casos como o P-36, em que a decisão sobre como o recurso deve ser gasto cabe à prefeitura, o Ibama poderia acompanhar como um moderador, mas não como quem determina como deve ser aplicado. O que é de responsabilidade deste órgão é, uma vez identificado o impacto, cobrar do empreendedor propostas para mitigação/compensação do problema, que deve ser executada a partir do diálogo e da assinatura de termos de compromisso com a prefeitura que sofreu o impacto.

Segundo a CHTP, um GT de acompanhamento do P.36 está em funcionamento no município de Jacareacanga. O 4º relatório semestral (fevereiro a julho de 2013) afirma que a CHTP participou de 3 reuniões em fevereiro, março e maio de 2013. Solicita-se que o empreendedor preste informações detalhadas sobre o funcionamento deste GT.

Como mencionado acima, com o relatório da Consultoria Independente, foram apresentadas listagens de necessidades e prioridades para os municípios de Alta Floresta e Paranaíta. Após leitura da referida lista, ficou patente para a equipe técnica que alguns dos pedidos devem ser avaliados. Sendo estes os que se referem ao abastecimento de água, rede de esgoto e aterro sanitário. Por outro lado, a maior parte dos pedidos está desacompanhada de fundamentação nos impactos, refletindo anseios e necessidades dos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, mas sem demonstrar porque aqueles investimentos são responsabilidade do empreendedor. Não se discute aqui a necessidade de tais investimentos nos municípios, apenas a responsabilidade. O relatório produzido seria bem aproveitado como plano de investimento regional para as esferas do executivo municipal e estadual, mas não pode ser imputado ao empreendedor, pelo menos não se baseando nos dados em que se fundamentam.

Esta percepção, está também presente na NOT. TEC. 000317/2013. O mencionado

documento é a nota técnica que corresponde ao relatório da vistoria realizada entre 18 e 22 de fevereiro de 2013, em que uma das atividades foi reunião com as prefeituras de Alta Floresta e Paranaíta. Foi então proposto, em 11 de março de 2013, por meio dos Ofícios 4112/2013 e 4113/2013 CGENE/IBAMA, a realização de seminário, a ser ministrado pelo Ibama, para explicar a função de um programa de apoio aos municípios e demais dúvidas sobre o licenciamento ambiental. Até o momento, nenhuma das duas prefeituras manifestou interesse no referido seminário.

Em 7 de outubro de 2013, estiveram no Ibama, para uma reunião com a Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, o Prefeito de Paranaíta, Senhor Antônio Domingo Rufatto, e os senhores Paulo Correa e André Figueira, representantes da Prefeitura Municipal de Paranaíta. Nesta reunião foi protocolado o Ofício nº171/2013 Gabinete Municipal.

Uma das preocupações mais evidentes presentes no Ofício da Prefeitura de Paranaíta, foi abordada no PAR. 7109/2013 COHID/IBAMA, que é um dos documentos que avaliou o projeto do empreendimento UHE São Manoel, em especial no que tange as Audiências Públicas. Na documentação recebida em Audiência observou-se que a apreensão da população e dos entes governamentais regionais quanto à sobreposição de mão de obra daquele empreendimento com a UHE Teles Pires era recorrente. Segundo a equipe técnica que elaborou o PAR. 7109/2013:

"Como a questão das APs foi respondida acima e a da construção da eclusa também, passa-se à segunda que trata da sobreposição de afluxo populacional das UHEs Teles Pires e São Manoel. A previsão de término da desmobilização de mão de obra da UHE Teles Pires é maio de 2015. No mês de agosto de 2013 o empreendimento contava com 5287 trabalhadores sendo o início do pico de contratação para as obras. O pico que nas previsões do PBA deveria ter sido em maio, só ocorreu em agosto e está previsto para durar até o mês de novembro. Após esta fase, inicia-se a desmobilização de mão de obra, ou seja, as pessoas que trabalham na construção da UHE Teles Pires serão dispensadas aos poucos de suas funções e grande maioria deve retornar a seus locais de origem ou procurar vagas de trabalho em outras localidades. Outro aspecto a se levar em conta, é que o pico de obras desta usina em particular era previsto para ter 7000 funcionários, cerca de 1800 a mais que o contingente efetivamente contratado. O empreendedor, CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires - relatou reiteradas vezes a dificuldade de contratar pessoas para este trabalho, especialmente pessoas da própria região, mesmo tendo oferecido treinamento, por meio do programa ACREDITAR.
Supõe-se que a UHE São Manoel seja leiloada em dezembro de 2013 e que a LI seja emitida no meio do ano de 2014, quando parte da mão de obra da UHE Teles Pires estará desmobilizada e em diminuição crescente. Entre os meses de junho e agosto de 2014, a UHE Teles Pires contará com 3500 funcionários aproximadamente, devendo terminar o ano com cerca de 2000 em dezembro. Neste contexto hipotético, a UHE São Manoel atingirá seu pico de contratação de mão de obra quando a outra estiver finalizado a sua

Lucs

construção. Assim sendo, não haverá sobreposição de picos de obra e os municípios não conviverão com contingente populacional superior ao que já vivenciaram."

Este fragmento, responde a maior parte das questões formuladas pela prefeitura. Todavia, em relação aos aspectos em que abordam as interferências do empreendimento UHE Teles Pires o Ofício nº171/2013 Gabinete Municipal ofereceu dados que devem ser comentados neste parecer, em especial os itens:

1. Segurança: aumento populacional na ordem de 50%, circulação de pessoas estranhas "muitas delas de caráter duvidoso e moral questionável", dificuldade de ampliar o número de policiais.
2. Sistema de Abastecimento de Água: entre os anos de 2005 e 2009 o consumo aumentou em 9,45%, ao passo que entre 2009 e 2013 o aumento foi de 84,34%. Alega-se que "a pressão sobre a rede de abastecimento de água também encontra-se limítrofe às qualidades mínimas de atendimento".
3. Resíduos sólidos: solicita compra de veículos coletores, bem como ampliação do sistema de esgotamento sanitário.
4. Saúde: Requer novo hospital, leitos, equipamentos e contratação de pessoal sendo dois médicos e dois enfermeiros.
5. Habitação: antes do empreendimento a prefeitura teve dificuldade em ocupar as 99 casas disponíveis. Depois do início da implantação da UHE Teles Pires houve ocupação de "quase totalidade dos imóveis disponíveis", inflacionamento do mercado imobiliário, processos de despejo compulsório, 374 solicitações de moradia popular feitas à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Os dados fornecidos para o quesito segurança não trazem comparativo ao longo do período de instalação, apenas a porcentagem do aumento. A partir desta informação esta equipe não consegue inferir a responsabilidade nem mesmo concluir que realmente este aumento ocorreu. Seria necessário informar em números como eram as ocorrências registradas em 2011 (antes da LI) e depois em 2012 e 2013 para que se estabeleça a base comparativa.

O mesmo pode ser dito sobre o abastecimento de água. É necessário separar o consumo por ano. Uma questão que chama atenção e deve ser registrada é que durante a semana os trabalhadores (5000 pessoas aproximadamente) ficam no canteiro de obras, que tem captação própria. Entretanto este ponto também requer melhor investigação.

Ao que consta no processo de licenciamento, estava prevista a construção de aterro sanitário no município de Paranaíta a ser custeado pelo empreendedor. A prefeitura, declarou formalmente não ter interesse na construção deste equipamento, solicitando apenas os projetos. A Sema/MT foi à região e definiu possíveis terrenos para o aterro sanitário para que a municipalidade escolhesse entre eles ou indicasse outro local que poderia ser avaliado mais tarde. Até o momento, o Ibama não foi informado da indicação

do terreno. Este órgão não pode autorizar a compra de equipamentos que levem resíduos sólidos para locais que não estejam em cumprimento das normas ambientais de destinação do lixo.

A CHTP construiu e reformou, adequando às exigências do Sistema Único de Saúde (SUS), 4 postos de saúde na cidade de Paranaíta. Quando foi feita a vistoria de fevereiro de 2013, observou-se pouco movimento nestas instalações. Depois de fevereiro, a empresa aumentou seu quantitativo de trabalhadores em cerca de 1500 pessoas o que poderia ter ampliado a demanda. Apenas precisa ser lembrado que o canteiro de obras conta com estrutura própria de atendimento médico. Também cabe mencionar que foi municipalizado no mês de janeiro de 2013, um hospital que até então era particular, o que certamente contribuiu para o aumento de gastos do município com consultas, exames e outros procedimentos médicos.

Sobre a questão da habitação, trata-se de impacto comum em instalação de usinas hidrelétricas o aumento dos preços. O monitoramento da CHTP indicou até o terceiro relatório que não havia pressão sobre este setor. O que traz a necessidade de investigar o motivo do aumento da procura sobre os imóveis.

No dia 3 de dezembro de 2013, a equipe técnica do Ibama emitiu o PAR. 7481/2013 COHID/IBAMA, que avaliou o pleito da CHTP, que por sua vez recebeu solicitação da prefeitura, de doação das castanheiras (*Bertholletia excelsa*), que seriam usadas para construção de casas populares no município. O parecer em questão sinalizou que se trata de pedido passível de atendimento, desde que sanadas algumas dúvidas e pendências.

"Considerando que os empreendimentos hidrelétricos por vezes têm dificuldade em destinar a madeira suprimida e que o uso proposto pela Prefeitura e CHTP é de dar uso social à madeira de qualidade, esta equipe não vê óbices em atender ao pleito e autorizar a destinação do recurso, desde que adotados os seguintes procedimentos:
1. Termo de Doação especificando o volume e tipo da madeira (toras, serrado ou beneficiado);
2. A CHTP deverá solicitar Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal (AUMPF) junto à SUPES/MT, apresentando o romaneio da madeira de castanheira a ser doada;
3. Informar onde será feito o desdobro e o beneficiamento das toras de castanheira."

Esta medida deve ajudar a minimizar os problemas de habitação no município.

É de conhecimento do Ibama que está estabelecido na cidade de Paranaíta/MT um canteiro de obras, com alojamento para trabalhadores, destinado a construir a Linha de Transmissão - LT Paranaíta - Riachinho, que escoará a energia produzida pela UHE Teles Pires. Esta LT é empreendimento licenciado pelo estado do Mato Grosso e não é conduzido pelo mesmo empreendedor que constrói a UHE Teles Pires. Segundo consta, o canteiro de obras da LT, diferentemente do canteiro de obras da UHE Teles Pires, está

LHCS

localizado muito próximo ao centro urbano de Paranaíta.

Há que se consultar o empreendedor da LT, a Sema/MT ou outros órgãos competentes com a finalidade de obter as seguintes informações: quantos trabalhadores estão na região hoje? Quantos destes trabalhadores levaram suas famílias? Qual o histograma de contratação? Qual a localização do canteiro de obras em relação à sede urbana de Paranaíta? Qual a previsão de tempo de permanência deste canteiro, quando foi instalado e quando será desmobilizado? Existe alguma previsão ou ação de apoio à prefeitura de Paranaíta por parte do empreendedor da LT?

Estas questões são fundamentais para se estabelecer a responsabilidade de cada empreendimento sobre os impactos incidentes na região, visto ser Paranaíta cidade localizada na área de influência de ambos os empreendimentos. Mesmo sem saber o quantitativo exato de trabalhadores contratados para construção da LT, é muito provável que a atração populacional de operários para instalar a usina seja maior. Entretanto, outros aspectos devem ser levados em conta: distância dos canteiros em relação ao centro urbano e qualidade de vida no canteiro de obras.

Desde o início da vigência da Licença de Instalação nº818/2011, a CHTP têm relatado dificuldade em contratar mão de obra para a instalação, sobretudo devido à distância entre o alojamento e a cidade. Muitos trabalhadores que precisam deslocar suas famílias para a cidade de trabalho, não se sentem estimulados a se mudar para um alojamento cujas possibilidades de deslocamento não são favoráveis.

Quando o canteiro está próximo à cidade, se torna mais simples instalar os membros da família que precisam trabalhar em outras funções, estudar, ter acesso a saúde e etc. Desta forma a atração populacional acaba sendo superior ao mero número de contratações, as pessoas recepcionadas pelo município utilizarão a infraestrutura disponível e pode acabar onerando a prefeitura mais do que sua capacidade de resposta. Por este motivo licenciamentos de usinas hidrelétricas preveem apoio às prefeituras em seus processos. Entretanto, não é de conhecimento desta equipe técnica se a Sema/MT faz uso desta prerrogativa para licenciamentos de Linhas de Transmissão, inclusive porque o tempo de permanência das pessoas que constroem este tipo de empreendimento é bem menor que o necessário para uma UHE. Reitera-se a necessidade de consulta.

Se um canteiro não oferece antedimento médico, lazer adequado, refeitório e espaço de convivência, tratamento de esgoto e captação própria de água, obviamente os funcionários usufruirão destes serviços no município em que estão instalados. Por experiência acumulada em processos de licenciamento, esta equipe pode afirmar que um número menor de operários residindo em canteiro próximo à cidade tendem a causar mais transtornos que um quantitativo bem superior instalado em melhores condições de habitabilidade e longe da sede urbana.

Embora não se trate de uma sugestão para o empreendedor da UHE Teles Pires, na questão da segurança pública, a prefeitura sugere que o vencedor do leilão de São Manoel crie e mantenha uma guarda municipal. Em um primeiro momento esta solução parece plausível, visto que o governo do Mato Grosso não prevê incremento de contratação de agentes de segurança para a região norte do estado no ano de 2014. Entretanto, existem dúvidas sobre as atribuições e funções de guardas municipais. Outra questão é que o empreendedor somente teria responsabilidade financeira sobre este serviço enquanto perdurasse o impacto, ou seja, uma vez inciada a operação da usina, a prefeitura teria que assumir os custos. Talvez o empreendedor possa apoiar a prefeitura na criação da guarda, com equipamentos e auxiliando na captação de recursos públicos estaduais ou federais que mantenham essa estrutura, inclusive em caso de realização de concurso público. Sugere-se, até porque questões como essa podem surgir em outros licenciamentos, que seja feita consulta à PFE sobre a legalidade e as limitações deste tipo de ação. Sugere-se, também, consultar a prefeitura sobre a possibilidade de assumir os custos destes servidores a partir da fase de operação do empreendimento.

Um procedimento usual, nos casos de recebimento de pedidos e questionamentos com teor parecido com os feitos pelo MPE-MT e Prefeitura de Paranaíta, é enviar cópias dos documentos ao empreendedor solicitando resposta, para ter conhecimento dos fatos pela ótica da outra parte envolvida.

No dia 16 de outubro de 2013, a CHTP e os técnicos do Ibama se reuniram para tratar desses assuntos. Posteriormente, a CHTP reuniu a documentação que considera comprobatória de suas percepções sobre os pleitos e enviou ao Ibama a Carta CHTP nº 352/2013, contendo diversos anexos.

Sobre os assuntos tratados na reunião, destaca-se: (i) a troca da consultoria independente estaria acertada aguardando apenas questões burocráticas; (ii) o pico de obras ocorreu entre agosto e novembro de 2013, a partir desta data entraria em processo paulatino de desmobilização dos trabalhadores; (iii) dos cerca de 400 funcionários ligados à CHTP que residem em Paranaíta, 366 pessoas seriam da empresa Conserva, subcontratada da Odebrecht, e seriam desmobilizados na data prevista de novembro de 2013, quando terminariam as obras da MT-206; (iv) a pavimentação citada no item (iii), se trata de liberalidade da empresa, sendo obra extralicenciamento; (v) a prefeitura de Paranaíta teria consentido na implantação do canteiro de obras da LT Paranaíta-Riachinho em local próximo ao centro urbano, o que pressionaria os serviços públicos; (vi) seria possível, caso demonstrado o interesse por parte da municipalidade, utilizar o Fundo Garantidor para melhorar o sistema de abastecimento de água de Paranaíta; (vii) CHTP se propôs a auxiliar tecnicamente a empresa de abastecimento de água; (viii) CHTP deve realizar campanhas no âmbito do Programa de Comunicação Social para educação no trânsito e consumo consciente de água.

Sugere-se que a empresa seja oficiada a responder se os prazos informados em reunião,

LHCS

indicados nos itens (ii) e (iii) foram cumpridos, em caso negativo, deve informar ao Ibama qual a nova previsão. Os itens (vi) e (vii) devem ser discutidos com a prefeitura e executados, caso haja interesse. Tais tratativas devem ser registradas em memória de reunião, assinadas pelos envolvidos e enviadas cópias para conhecimento do Ibama. As campanhas citadas no item (viii) devem ser organizadas e executadas imediatamente e os resultados devem constar no relatório semestral subsequente ao término das campanhas.

Conforme mencionado anteriormente, além da reunião, a CHTP também enviou resposta comentando ponto a ponto os ofícios do MPE-MT e Prefeitura de Paranaíta, por meio da Carta CHTP nº 352/2013. Sobre este documento não serão abordados neste momento todo o conteúdo, apenas os mais relevantes ou que não foram abordados acima.

Sobre a questão do andamento do GT, a opinião desta equipe técnica foi explicada anteriormente neste parecer, entretanto, cabe mencionar que a CHTP entende que o GT teve um bom e produtivo funcionamento até a data de 19/10/2012, sendo a reunião do dia 10/01/2012 considerada um marco na capacidade de resolução de problemas. Também cita o conteúdo dos TCs e questiona a mudança de foco, que deveria ser o acompanhamento do monitoramento.

A CHTP informa que os dados utilizados no monitoramento dos impactos sociais são feitos por meio de dados oficiais fornecidos pelas próprias prefeituras.

A empresa questiona o fundamento científico para abordagem dos números relativos à segurança pública, devido à falta de base comparativa para se chegar a tais porcentagens de aumento da criminalidade. De acordo com a CHTP, apenas no 2º semestre de 2012 os dados começaram a ser produzidos com o detalhamento dos registros mensais e por tipo de crime.

"Ora, se a Delegacia de Polícia Civil não possuía infraestrutura física, de recursos humanos e tecnológicos para armazenar informações de ocorrências, a ponto de fornecer somente dados amostrais referentes a 2011, não há referência para os cálculos apresentados. O apontamento da Prefeitura de Paranaíta não apresenta base de cálculo da variação de ocorrências como homicídio, tentativa de homicídio, etc."

De fato, como mencionado anteriormente, esta equipe concorda que os dados apresentados carecem de base comparativa. A prefeitura diz se basear em dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, entretanto, a partir de uma busca por estes dados esta equipe apenas encontrou dados para a regional de Alta Floresta, sem separação por município. Nestes dados, esta região demonstrou aumento crescente em homicídios e tráfico e uso de drogas; oscilação entre os anos para tentativa de homicídios, roubo e crimes ambientais; na tipologia furto houve visível diminuição de casos ao longo desses 3 anos. Ressalta-se que os dados foram obtidos diretamente no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, no dia 9/12/2013 e se

referem aos anos de 2010, 2011 e 2012.

De acordo com a Carta CHTP 352/2013, o Plano Estadual de Segurança Pública 2013-2015 não contempla investimentos para a região polarizada por Alta Floresta.

Na questão da saúde, a empresa alega ter feito investimentos suficientes, tendo dotado a cidade de capacidade de atendimento em saúde superior ao exigido pelo SUS. Também aponta para o fato de a cidade possuir um hospital público e ter sinalizado dificuldade em arcar com custos operacionais deste serviço. Estas seriam duas justificativas para não atendimento do pleito por um novo hospital municipal na cidade.

Outras justificativas seriam: ações implementadas pelo programa de Controle de Prevenção de Doenças e pelo Plano de Ação de Controle da Malária; equipe multiprofissional de saúde para atendimento dos trabalhadores do canteiro de obras e convênios com laboratórios particulares de Paranaíta e Alta Floresta; os trabalhadores da Odebrecht teriam convênio médico particular da Rede Vida e os da CHTP seriam atendidos pela Sul América Saúde. Sobre as campanhas de vacinação o empreendedor informa serem responsabilidade do SUS, mas que teriam sido feitos investimentos nesse setor.

O aumento do tráfego de veículos pesados é impacto comum nesse tipo de empreendimento. A CHTP reconhece esta questão, mas assinala que o fluxo destinado à obra é realizado pela MT-206, que liga Alta Floresta a Paranaíta e também ao acesso do canteiro, "sem a necessidade de adentrar o perímetro urbano".

O PBA previa auxílio técnico para projetos de saneamento básico e apoio no estabelecimento de convênios visando acesso a recursos federais para implantação da rede. O MPE-MT questiona porque isso não ocorreu, ao que a CHTP responde que não foi indicado como prioritário no momento dos acordos com as prefeituras. Na visão desta equipe técnica, os acordos para aplicação do Subprograma de Compensação financeira, realmente não apontaram para a indicação de aplicação no setor, o que atesta que este não era prioritário para as prefeituras naquele tempo. Por outro lado, isso não quer dizer que o impacto não tenha sido sentido no decorrer da implantação, fazendo com que esta medida prevista em PBA fosse reconsiderada como interessante para reequilibrar o serviço no município. Por este motivo, sugere-se que o empreendedor seja oficiado a iniciar conversas com as prefeituras oferecendo o que era previsto no PBA. Tais tratativas devem ser registradas em memória de reunião, assinadas pelos envolvidos e enviadas cópias para conhecimento do Ibama.

As questões de resíduos sólidos e abastecimento de água são comentadas duas vezes na carta, visto terem sido tema tanto da abordagem da Prefeitura quanto do Ministério Público.

Resíduos sólidos: além de abordar as implicações ambientais de se manter o

funcionamento de um lixão, a carta fala da insuficiência da coleta de lixo, como sendo problema anterior ao empreendimento. A CHTP reitera ter solicitado várias vezes o pedido para que a prefeitura indique terreno onde será projetado o Aterro Sanitário em Paranaíta. Para comprovar foram anexadas cópias das Cartas CHTP nº 47/2013; 95/2013; 145/2013 e 213/2013, todas com recebido de funcionário da Prefeitura de Paranaíta.

Abastecimento de água: assim como no caso do saneamento básico, o PBA previa auxílio técnico para projetos de abastecimento de água e apoio no estabelecimento de convênios visando acesso a recursos federais para implantação da rede. Além disso, a empresa previa que ocuparia 350 casas no centro de Paranaíta e que ampliaria a rede de fornecimento para atender a estas casas. Como dito acima, tanto a prefeitura quanto o MPE-MT fazem apontamentos sobre este setor. A primeira diz estar operando em situação limítrofe e que o consumo aumentou bastante desde o início da implantação da UHE Teles Pires. Esta afirmação foi comentada em outro ponto deste parecer.

O MPE-MT, por sua vez, questiona porque o PBA não foi cumprido, ao que a CHTP responde que não foi indicado como prioritário no momento dos acordos com as prefeituras. A opinião desta equipe técnica é a mesma emitida para o saneamento básico, com a diferença de que a CHTP deve ser questionada sobre a ocupação das 350 casas previstas em PBA. Se estas casas ainda estiverem ocupadas, deve-se iniciar tratativas para oferecer o cumprimento integral do previsto em PBA. Caso contrário, esta ação deve ser avaliada. De qualquer forma o projeto de ampliação e a busca por recursos federais para sua implementação, podem ser iniciados, se for de interesse da municipalidade. Tais tratativas devem ser registradas em memória de reunião, assinadas pelos envolvidos e enviadas cópias para conhecimento do Ibama. Recorda-se que o empreendedor se ofereceu, conforme está registrado neste parecer, para treinar os funcionários da operadora do sistema de captação e tratamento de água de Paranaíta.

O Subprograma de Monitoramento do P.36 será analisado posteriormente em parecer que avaliará o 4º Relatório Semestral da CHTP. Porém, com intuito de instruir este parecer, a equipe técnica realizou leitura dos dados enviados.

Por meio desta leitura, uma incongruência foi detectada no que tange ao monitoramento específico da situação da educação. O monitoramento considera os números de matrícula por escola, mas não as listas de espera por vagas. Isto é fundamental porque as matrículas podem não apresentar aumento expressivo por estarem as escolas trabalhando no máximo do seu limite de oferta de vagas. Sugere-se que a CHTP seja oficiada a explicar porque não usa as listas de espera em seus monitoramentos e a refazer esta parte do relatório considerando uma análise que contemple esses dados. O 5º Relatório deve seguir esta orientação.

Dentre a lista de impactos incidentes sobre o meio natural, levantados pela Prefeitura de Paranaíta-MT no Ofício 171/2013, cabe esclarecer que o projeto da UHE Teles Pires,

assim como da UHE São Manoel, preveem a construção de usinas hidrelétricas com regime de operação a fio d'água, ou seja, após o enchimento do reservatório a lâmina d'água atinge a cota do nível normal de operação (NA), a qual deve ser mantida durante todo o período de operação da usina, não sendo previsto acumulo ou deplecionamento do volume d'água no reservatório em nenhum tempo.

Este regime de operação proporciona alguns benefícios ambientais, como por exemplo: 1) requer menor área de alagamento, o que reduz a área florestada a ser desmatada ou afogada; 2) promove a alteração das características hidráulicas de escoamento apenas na área do reservatório, mas não altera o regime fluvial da bacia a jusante e a montante do empreendimento, exceto no período de enchimento, isto porque, após atingida a cota de NA, o volume d'água que chegar no início do reservatório tem que ser devolvido ao rio a jusante do empreendimento pelo vertedouro e/ou canal de fuga, de forma a manter as vazões sazonais inalteradas no rio Teles Pires.

Esclarecido este ponto, deve-se observar que ao emitir a LI nº 818/2011, este Instituto condicionou a instalação da usina, dentre outras, ao atendimento do Projeto Básico Ambiental – PBA, que detalhou um conjunto de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos gerados pelo empreendimento identificados no EIA. Dentre os impactos identificados estão aqueles levantados pela Prefeitura de Paranaíta-MT, por meio do Ofício 171/2013, referentes à possíveis processos erosivos nas encostas marginais, alteração na velocidade do escoamento do rio, impactos sobre a flora, fauna terrestre e ictiofauna, alterações no microclima etc.

No que tange a preocupação da municipalidade em relação a possíveis prejuízos sobre a agricultura local decorrentes da alteração do microclima gerada pela formação do lago, deve-se esclarecer que é pouco provável que um evento desta proporção ocorra. Primeiramente, deve-se considerar que a área do reservatório a ser formado é relativamente pequena, abrangendo cerca de 150 km², o que diminui a magnitude deste impacto. Em segundo lugar, o espelho d'água é largo apenas próximo ao eixo do barramento no rio Teles Pires, notadamente nos primeiros 16 km, e o reservatório permanece ou extrapola poucos metros a calha maior do rio nos 49 km seguintes. Portanto, espera-se que a alteração no microclima seja localizada e afete principalmente a região do lago próxima ao barramento, onde o espelho d'água será maior.

Diante disto, não se espera que o empreendimento cause uma alteração significativa no clima da bacia. Ademais, nas proximidades da área que será provavelmente afetada não há propriedades dedicadas à produção agrícola. As propriedades atingidas são latifúndios cobertos com vegetação nativa ou com pastagens, e dedicam-se a pecuária extensiva. Contudo, o PBA estabeleceu a execução de um programa de monitoramento climatológico para monitorar e identificar as reais alterações climáticas produzidas pelo empreendimento na fase de operação e de acordo com as informações geradas pelo programa, se for o caso, medidas compensatórias adicionais poderão ser requeridas ao

LUCS

empreendedor.

No que se refere a geração de gás metano (CH4) na zona de deplecionamento do reservatório, vale reforçar que o reservatório operará a fio d'água e, portanto, não haverá zona de deplecionamento. O prognóstico de qualidade de água para o enchimento e a operação do reservatório, realizado por meio de modelos matemáticos, também não indicam tendência a estratificação térmica no lago. Além disso, previamente ao enchimento, estão sendo adotadas as medidas necessárias para proporcionar uma boa qualidade de água no reservatório e no trecho do rio a jusante do empreendimento.

Os impactos relacionados a perda de solos agricultáveis, processos erosivos nas encostas marginais e elevação do nível de lençol freático decorrentes da formação do reservatório estão sendo monitorados, mitigados e compensados em programas específicos do PBA desde a fase de instalação da obra e, boa parte desses programas, perdurarão durante a operação da usina.

Outro impacto apresentado pela prefeitura de Paranaíta é referente ao deslocamento de animais de topo de cadeia para propriedades criadoras de gado. O Ofício 171/2013 indica a necessidade de criação de um fundo compensatório ou de um instrumento preventivo a perda de gado e abate de felinos de grande porte e a contratação de empresas especializadas em manejo de felinos silvestres.

Cabe esclarecer, que no licenciamento da UHE Teles Pires são desenvolvidos os programas de resgate e monitoramento de fauna e não é esperado um aumento no deslocamento de grandes felinos para as fazendas de gado da região. Nas atividades de supressão de vegetação são adotadas medidas de afugentamento de forma a conduzir os animais para as áreas de florestas preservadas. Os animais eventualmente resgatados são levados para áreas de soltura previamente definidas. As solturas em áreas particulares tem autorização dos proprietários e não há soltura de grandes felinos nas proximidades de fazendas de gado.

Na Carta CHTP 352/2013, a CHTP informa que mantém um canal direto e contínuo com a população da área diretamente afetada e da área de influência direta da UHE Teles Pires, além de possuir uma ouvidoria que analisa as duvidas e perguntas relacionadas ao empreendimento. Segundo a empresa, não há nenhum questionamento ou informação referente a problema com felinos em áreas de gado.

Também não é de conhecimento deste Instituto, nenhuma denúncia ou informação sobre ataque de felinos ao gado na área da UHE Teles Pires.

Para a UHE São Manoel, é esperado que o processo de migração, resgate e monitoramento da fauna ocorra de forma semelhante ao que vem ocorrendo no licenciamento da UHE Teles Pires e não é previsto um grande aumento do ataque de predadores ao gado local. Entretanto, caso haja indicação de aumento de ataque de

felinos nas fazendas da região, que conforme já mencionado não é esperado, o Ibama indicará as medidas a serem adotadas para este impacto.

O Ofício 171/2013 apresenta a preocupação com o desmatamento e ocupação da área de preservação permanente (APP) da represa e supressão de 4.800 hectares de floresta nativa para a instalação do canteiro de obras e preparação para a inundação, que no entendimento da prefeitura, colocaria o município de Paranaíta em condições desfavoráveis à exclusão da lista negra do desmatamento. Neste ponto, cabe esclarecer que a empresa CHTP está executando 5 sub-programas relacionados diretamente com os questionamentos apresentados. Esses sub-programas visam minimizar os impactos previstos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), incluindo o desmatamento. A partir de relatórios semestrais e vistorias, o IBAMA acompanha o processo de desmatamento (P.3), o salvamento de germoplasma vegetal e implantação do viveiro de mudas (P.14), implantação da APP do futuro reservatório (P.33) e recomposição florestal (P.34).

O desmatamento legal é feito após emissão da Autorização de Supressão Vegetal (ASV) emitida pelo órgão ambiental competente. Neste empreendimento o canteiro de obras foi desmatado segundo a poligonal autorizada pela ASV 565/2011 - 2º Retificação. Nas áreas do reservatório foram liberados a ASV 712/2012 que corresponde à área 1, na foz do rio Paranaíta e a ASV 748/2013 que corresponde à área 2 ao longo do rio Paranaíta. Nas áreas restantes do reservatório, a empresa já solicitou ASV e essa solicitação está em análise neste órgão.

Desse modo, as áreas de desmatamento legal não são computadas para determinar os municípios prioritários no combate ao desmatamento. A área diretamente afetada foi estudada no processo de EIA/RIMA e a área de influencia direta será monitorada após enchimento do reservatório (P.15). Os técnicos contratados pelo empreendedor CHTP elaborarão um livro sobre a flora da região, a partir dos dados coletados. A APP do reservatório está em fase de implementação, com construção de cercas para delimitar a área e produção de mudas no viveiro do Assentamento Rural São Pedro.

O Ofício 171/2013 indica ainda, que o desmatamento contribuirá para a perda de habitat e sítios reprodutivos e interferência na alimentação de mamíferos semi-aquáticos na área da represa. Esses impactos são previstos nos processos de licenciamento de usinas hidrelétricas e são desenvolvidos programas para inventariar, resgatar e monitorar a fauna nas áreas de influência dos empreendimentos, de forma a mitigar o impacto sobre esse grupo. Além disso, existe a compensação ambiental no âmbito de cada processo de licenciamento ambiental federal, que destina recursos para as Unidades de Conservação próximas à região do empreendimento, o que contribui para a redução do impactos sobre a fauna e flora causados pela implantação desses empreendimentos.

III. CONCLUSÃO

Após análise de extensa documentação, realização de reuniões e vistoria, esta equipe sugere que sejam emitidos os seguintes ofícios solicitando:

À CHTP:

- Informar detalhes sobre o GT que está em funcionamento em Jacareacanga.
- Informar se os prazos informados em reunião do dia 16 de outubro de 2013, foram cumpridos, em caso negativo, deve informar ao Ibama qual a nova previsão.
- As campanhas de educação no trânsito e consumo consciente de água devem ser organizadas e executadas imediatamente, no escopo do Programa de Comunicação Social. Os resultados devem constar no relatório semestral subsequente ao término das campanhas.
- Discutir com as prefeituras de Paranaíta e Alta Floresta oferecendo o que era previsto no PBA, no que diz respeito a saneamento básico.
- Considerando que o PBA previa ampliação da rede de abastecimento de água para suprir 350 casas que seriam ocupadas pela CHTP em Paranaíta, informar sobre a ocupação destes imóveis. Se estas casas ainda estiverem ocupadas, deve-se iniciar tratativas para oferecer o cumprimento integral do previsto em PBA. Caso contrário, esta ação deve ser avaliada. De qualquer forma, o projeto de ampliação e a busca por recursos federais para sua implementação, podem ser iniciados, se for de interesse da municipalidade.
- Reiterar oferta para treinar os funcionários da operadora do sistema de captação e tratamento de água de Paranaíta.
- Todas as tratativas, que se referem a saneamento básico e abastecimento de água devem ser registradas em memória de reunião, assinadas pelos envolvidos e enviadas cópias para conhecimento do Ibama.
- Explicar porque não usa as listas de espera por vagas nos monitoramentos do sistema educacional e a refazer esta parte do relatório considerando uma análise que contemple esses dados. O 5º Relatório deve seguir esta orientação.

Ao empreendedor da LT Paranaíta/Riachinho, Sema/MT ou outros órgãos competentes para solicitar as seguintes informações:

- Quantos trabalhadores estão na região hoje?
- Quantos destes trabalhadores levaram suas famílias?
- Qual o histograma de contratação?
- Qual a localização do canteiro de obras em relação à sede urbana de Paranaíta?
- Qual a previsão de tempo de permanência deste canteiro, quando foi instalado e quando será desmobilizado?
- Existe alguma previsão ou ação de apoio à prefeitura de Paranaíta por parte do empreendedor da LT/PFE:

4907
6711/08

- Se trata de uma sugestão da Prefeitura de Paranaíta/MT ao empreendedor da UHE São Manoel, a criação e manutenção de uma Guarda Municipal. Questiona-se, até porque questões como essa podem surgir em outros licenciamentos, a legalidade e as limitações deste tipo de ação.

À Prefeitura Municipal de Paranaíta:

Uma vez sugerida a criação de uma Guarda Municipal às expensas do empreendedor da UHE São Manoel, a Procuradoria Federal Especializada do Ibama está sendo consultada para saber da legalidade e possibilidades de tal pedido.
Por outro lado, é imprescindível alertar que, caso seja possível exigir tal ação como medida mitigadora, o empreendedor apenas assumiria os custos enquanto causasse o impacto, ou seja, durante a fase de instalação do empreendimento. A partir da fase de Operação esta medida se torna não exigível, passando a manutenção da Guarda Municipal (uniformes, equipamentos, salários e etc.) para a responsabilidade da Prefeitura.
Questiona-se à Prefeitura Municipal de Paranaíta sobre a possibilidade de assumir os custos de uma Guarda Municipal a partir da fase de operação do empreendimento, na hipótese de o entendimento jurídico da Procuradoria Federal Especializada apontar a legalidade de tal medida.

Brasilia, 16 de janeiro de 2014

Aline Fonseca Carvalho
Analista Ambiental da COHID/IBAMA/IBAMA/IBAMA

Janaina Juliana Maria Carneiro Silva
Analista Ambiental da COHID/IBAMA/IBAMA/IBAMA

Lívia Helena Carrera Silveira
Analista Ambiental da COHID/IBAMA/IBAMA/IBAMA

Mariana Tenedini
Analista Ambiental da COHID/IBAMA/IBAMA/IBAMA

Rafael Melo dos Reis
Analista Ambiental da COHID/IBAMA/IBAMA/IBAMA

Solicito à TRP Mariane Tenedini que elabore minutas dos ofícios à CHTP, ao MPE e à Matrinchã Transmissora de Energia S.A.

Monica Cristina Cardoso da Fonseca
Coordenadora de Licenciamento de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Errata: informo que a linha de transmissão citada nas páginas 9, 11 e 18 deste parecer trata-se da LT Paranaíta/Ribeirãozinho e não LT Paranaíta/Riachinho.

Mariana Tenedini
Matrícula: 1716843
Analista Ambiental
IBAMA

MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

DILIC/IBAMA
Fl. 4908
Ass.:

DESP. ENC. VOL. 000108/2014 COHID/IBAMA

Brasilia, 03 de fevereiro de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento de volume do processo de nº 02001.006711/2008-79, Após encerramento tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

Atenciosamente,

MARIANA TENEDINI
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

DILIC/IBAMA
Fl. 4909
Ass.:

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 03 dias do mês de fevereiro de 2014, procedemos ao encerramento deste volume nº XXV do processo de nº 02001.006711/2008-79, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº XXVI. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Martins

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA